Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 59**

II Sessão Legislativa **Horta, quarta-feira, 10 de setembro de 2025**

Presidente: *Deputado Luís Garcia.*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 02 minutos.

Após a chamada dos Deputados, a sessão iniciou-se com o **Debate de urgência sobre "Incumprimentos do Governo Regional" (PS).** Após a apresentação do debate pelo Deputado Berto Messias (PS), o Deputado Francisco Lima (CH) e o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão) intervieram da tribuna. Pediram a palavra para participar no debate os Deputados António Lima (BE), João Bruto da Costa (PSD), Nuno Barata (IL), Vasco Cordeiro (PS), José Pacheco (CH), João Mendonça (PPM), Paulo Simões (PSD), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi), o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura) e a Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro).

Posto o debate, passou-se à apresentação e discussão do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XIII – "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores" (PS).** A apresentação da iniciativa coube à Deputada Inês Sá (PS), intervindo posteriormente os Deputados Hélia Cardoso (CH), António Lima (BE), Pedro Neves (PAN), Délia Melo (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), Nuno Barata (IL), bem como a Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro). Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria. Concluída a votação, usaram da palavra para proferir declarações de voto os Deputados Délia Melo (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), Inês Sá (PS) e Nuno Barata (IL).

Posteriormente, avançou-se para o **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XIII – "Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi" (GRA).** Tendo sido apresentado pela Secretária

Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral), pediram para usar da palavra os Deputados José Pacheco (CH), Nuno Barata (IL), Francisco Gaspar (PSD), Jorge Paiva (CDS-PP), Marlene Damião (PS) e João Mendonça (PPM). Em votação final global, o projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram com o **Projeto de Resolução n.º 27/XIII – "Recomenda ao Governo Regional a realização de um plano estratégico de redução da despesa" (IL).** Feita a apresentação do projeto pelo Deputado Nuno Barata (IL), pediram a palavra os Deputados Francisco Lima (CH), Carlos Silva (PS), Joaquim Machado (PSD), António Lima (BE), Pedro Pinto (CDS-PP), José Pacheco (CH) e o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão). Posto à votação, o projeto de resolução foi aprovado por maioria.

Por último, deu-se início ao debate sobre o **Projeto de Resolução n.º 47/XIII – "Recomenda a criação das condições necessárias para a formação em medicina desportiva de, pelo menos, um médico por unidade de saúde de ilha, da Região Autónoma dos Açores" (PS)**, apresentado pelo Deputado Lúcio Rodrigues (PS). Após leitura do projeto, participaram no debate os Deputados: Nuno Barata (IL), Jorge Paiva (CDS-PP), Hélia Cardoso (CH), António Lima (BE), Salomé Matos (PSD), João Mendonça (PPM), Paulo Gomes (PSD) e a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 28 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional.

Eram 10 horas e 02 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Márcia Fernanda Oliveira **Goulart**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Marco Euclides Lemos **Martins**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)
António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)
Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)
Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.
Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.
Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, conforme deliberado na Conferência de Líderes, na organização dos nossos trabalhos, esta manhã está reservada ao ponto 2 da nossa agenda, **Debate de urgência sobre "Incumprimentos do Governo Regional"**. É um debate solicitado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Os tempos são os seguintes: o Governo, os Grupos Parlamentares do PSD e do PS têm cada 25 minutos; o Grupo Parlamentar dos CHEGA tem 15 minutos; o CDS-PP tem 12 minutos; as Representações Parlamentares do PPM, do BE, da IL e do PAN, têm cada 10 minutos.
Para dar início ao debate, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

(*) **Deputado Berto Messias** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entende o Partido Socialista agendar um debate de urgência neste Parlamento sobre os incumprimentos do Governo Regional. Fazemo-lo porque, todos os dias, temos notícias, relatos e protestos de líderes de agentes económicos, sociais, culturais e desportivos sobre os incumprimentos reiterados do Governo Regional relativamente a ele e os compromissos que foram assumidos pelo Governo relativamente à vida dessas instituições. Temos vários exemplos; dou-vos apenas alguns, porque o tempo que tenho disponível não daria para falar e para referir todos os incumprimentos do Governo Regional na atualidade.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A dívida a fornecedores aumentou 300 milhões de euros em 5 anos; os apoios às empresas continuam atrasados…

Deputado Paulo Chaves (PSD): Uma catástrofe.

O Orador: …as análises às candidaturas estão atrasadas; as concessões de apoios dos sistemas de incentivos continuam atrasados; temos cerca de mil doentes à espera dos seus reembolsos das diárias…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é verdade!

O Orador: …doentes que fizeram deslocações para as suas assistências — deslocações no âmbito dos seus problemas de saúde — e que continuam à espera do reembolso das suas diárias; temos relatos de atrasos nos apoios no âmbito do CEDO, o Complemento Especial dos Doentes Oncológicos; temos falta de pagamentos de acordos de cooperação das instituições particulares de solidariedade social, relativos a 2025; temos o calvário das casas de saúde na nossa região, que ou recebem tarde, ou não recebem, ou nem sequer têm respostas do Governo Regional.

No desporto ,é um verdadeiro inferno a vida dos órgãos sociais dessas instituições.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Não é verdade!

O Orador: Temos clubes que, durante uma época, não receberam um único cêntimo do Governo Regional; que começaram a preparar a nova época sem receber o que lhes era devido da época anterior e sem saber o que vão receber na nova época desportiva.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não apoiado!

O Orador: Não se pode, nem se consegue trabalhar assim.

Na cultura, a mesma situação: os apoios do RJAAC (Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais) não chegam; os apoios do SOREFIL (Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas) não chegam; as instituições não conseguem planear nem definir o seu futuro, porque ou não têm resposta, ou não recebem, ou recebem tarde, ou têm, da parte do Governo, única e simplesmente silêncio.

E depois, adotam o *modus operandi* que não é correto: publicam o despacho com os mapas das candidaturas aprovadas e dão nota pública da aprovação dessas candidaturas, como se da concessão dos apoios se tratasse, o que não é verdade. A publicação dos mapas das candidaturas aprovadas não tem nada que ver com a concessão dos apoios e com o dinheiro a chegar às instituições, que tarda em não chegar.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem.

O Orador: E ainda, no âmbito do desporto, não posso deixar de referir a "trapalhada" dos apoios da *Marca Açores.*

O Governo alterou a concessão dos apoios designados pelos apoios da palavra "Açores": tirou esses apoios do turismo, passou-os para o desporto. Rapidamente, o Sr. Secretário Regional da Agricultura apressou-se a dizer que iria conceder apoios, no âmbito da *Marca Açores,* aos clubes que não eram abrangidos pelos apoios da palavra "Açores".

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Exatamente!

O Orador: E o que é que acontece? Esses apoios não chegaram aos quatro clubes definidos.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas quando é que estava para chegar?

O Orador: Um deles, o Marítimo, extinguiu a sua equipa de hóquei porque nunca recebeu apoios do Governo. O Barbarense tem o primeiro jogo da 2.ª Divisão Nacional no dia 27 de setembro e continua sem receber nada do Governo.

Deputado Russell Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Um apoio anunciado há mais de um ano, e os clubes, que geraram expectativa, que se organizaram com base nesses apoios, continuam sem receber nada e, em alguns casos, sem receber resposta do Governo Regional.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Não se consegue trabalhar assim. Hoje, a vida dos órgãos sociais das instituições da nossa Região é um inferno, por culpa do Governo Regional, que gerou expectativas, que disse que ia apoiar e que depois não apoia.

E, para não falar naquilo que se passa com os apoios ao turismo, do conhecido Decreto Legislativo Regional — conhecido por todos como os *Apoios do 18* — foi um inferno para essas instituições, ao longo do ano, que se planificaram e que se organizaram. O Governo disse-lhes que ia apoiar; depois não apoiou.

Depois, ia apoiar mais ou menos; depois, ia dar um bocadinho; depois, já não dava; depois, todos tinham que esperar; depois, a plataforma dos apoios foi suspensa; depois, foi reposta; e continuam sem saber o que vão receber.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso não é verdade!

O Orador: Não se pode trabalhar assim.

Os senhores estão a degradar a credibilidade das instituições públicas e o contrato de confiança que tem que existir entre o Governo, entre a Região e as instituições e as forças vivas da nossa Região, e isso retira credibilidade às instituições públicas dos Açores.

É por isso que, nesta matéria, é fundamental, Sras. e Srs. Deputados, dar uma nota de solidariedade a todos os órgãos sociais destas instituições, que vivem um verdadeiro inferno todos os dias.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Numa altura em que todos nós, todas e todos os deputados, têm contatos com instituições, com forças vivas das nossas comunidades, que têm um papel absolutamente fundamental nas suas diversas pretensões, nas suas freguesias, nas suas comunidades. É sempre difícil, como todos sabemos, que, todos os anos, no fim dos mandatos, tenhamos novas direções para se chegarem à frente com empenho na vida e na dinâmica dessas comunidades. Mas ninguém se quer chegar à frente com um Governo assim. Ninguém tem confiança no Governo Regional a trabalhar desta maneira.

E há uma segunda questão relativamente a este assunto, que não podemos deixar de referir, que é um *modus operandi* politicamente cobarde. Não estamos a falar de um Governo que assume, como opção política, que vai deixar de conceder estes apoios.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Gera expectativas; diz que vai dar por telefone; dá apoios de boca, …

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem?

O Orador: …não os regista nem os escreve; em alguns casos contratualiza-os e não os paga — isto é cobardia política!

Deputada Inês Sá (PS): Muito bem!

O Orador: É muito grave este *modus operandi* do Governo…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Era aquilo que o senhor estava habituado a fazer!

O Orador: …que não assume, com transparência, a opção política que tem de cortar apoios, ou pior, de não ter dinheiro nem recursos para apoiar as instituições com base naquilo com que se comprometeu.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

E, Sras. e Srs. Deputados, os incumprimentos continuam no nosso setor primário.
Na agricultura, os atrasos são gritantes.
Deputado Paulo Chaves (PSD): Onde é que eles estão?!
O Orador: E quem o diz não é o PS; quem o diz são os representantes do setor.

Risos do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

O Orador: O SAFRIAGRI, o Sistema de Apoio Financeiro à Agricultura, está apenas 40 % pago.
Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Vocês levavam 2 anos a pagar!
O Orador: O prémio ao abate de bovinos de 2021 continua sem ser pago!
Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Isso são só um ou dois.
O Orador: De 2021! O prémio de abate aos bovinos, no âmbito da pandemia, continua sem ser pago desde 2021; o apoio à aquisição de sementes de milho e sorgo continua atrasado; o apoio às cooperativas e associações foi cortado e está atrasado; a degradação dos caminhos agrícolas é evidente; a necessidade de acelerar a execução do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) é fundamental; a necessidade de rever o PRORURAL+ continua atrasada.
E o que é que nós temos perante isto? Temos um Presidente do Governo Regional que justifica estes atrasos com um apagão no nosso país no dia 28 de abril, num número,

no mínimo, Sr. Presidente, desculpe que lhe diga, de *stand-up comedy*.

Protestos dos Membros do Governo.

Justificar atrasos no setor da agricultura, alguns deles que não são pagos desde 2021, com um apagão de abril deste ano é, no mínimo, um número de comédia barata que não devia, em nome do rigor e da responsabilidade, ser utilizado.

Ainda no âmbito do setor primário, nas pescas temos, infelizmente, o caos: os pescadores e os armadores, quando precisam de um governo, têm um secretário que se esconde, que não se chega à frente, que se esconde em desculpas e em subterfúgios para não assumir as suas responsabilidades.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): A prática do PS é a mentira, a aldrabice!

O Orador: Temos atrasos sucessivos nos pagamentos às associações, cortes significativos; temos o caos na gestão do armazenamento do atum; temos uma boa safra de atum e o Governo não garante, nas suas infraestruturas, o armazenamento devido do atum que foi capturado.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Rui Pinho): Isso é falso, Sr. Deputado!

O Orador: Os apoios aos operadores de pescas pelos custos adicionais de produção, devido aos impactos da Guerra da Ucrânia, continuam atrasados, sendo que, os pedidos de pagamento foram entregues até ao final de maio deste ano. O IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P) está pronto para pagá-los. Não paga porque falta a parte correspondente ao Governo Regional — ninguém consegue trabalhar assim.

A vida das empresas, a vida das instituições dos Açores, é um verdadeiro inferno porque o Governo Regional falha. Temos um Governo que falha com os açorianos: um Governo cansado, sem energia, sem visão de futuro, que apenas se limita à gestão corrente e que não consegue cumprir a sua palavra.

Está em causa, Sras. e Srs. Deputados, uma matéria de grande relevância institucional, independentemente do partido político que lidera os destinos de uma região, que é o contrato social entre o Estado, — no caso, a Região — as forças vivas e os cidadãos.

Ninguém hoje confia no Governo. O Governo não acerta num único *timing*: diz que vai pagar até ao fim do mês; não paga. Afinal, é no mês seguinte; também não paga. Diz que vai resolver num certo dia; não resolve.

As instituições confiam cada vez menos no Governo. É possível dizer, Sras. e Srs. Deputados, que tudo o que depende do Governo está atrasado, não anda ou anda devagarinho. E não há um único departamento do Governo Regional que não tenha apoios em atraso.

Vozes de alguns Membros do Governo: Falso! Falso!

O Orador: Não se consegue trabalhar assim. Não se consegue planificar o futuro assim.

Não somos apologistas da teoria do caos, nem da política feita assente na teoria do caos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e da Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Que ideia!

O Orador: Mas o Governo Regional, todos os dias, empenha-se muito para transformar a aplicação de políticas públicas na nossa Região num verdadeiro caos.

E há um pormenor importante nesta abordagem e nesta matéria: é que quem definiu, quem desenhou e quem pôs em prática a política orçamental e financeira da nossa Região nos últimos 5 anos, quer agora discutir a qualidade da despesa.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, as preocupações com a qualidade da despesa devem ser tidas em conta todos os dias, com as opções que se tomam.

E se nós, hoje, estamos a discutir os incumprimentos do Governo Regional é porque o Governo Regional foi tremendamente irresponsável no âmbito das opções que definiu com os recursos que tinha disponível.

Todos nós, nas nossas vidas, nas nossas casas, queríamos mais; queríamos ter mais; queríamos adquirir mais; queríamos comprar mais; queríamos fazer mais. Mas temos que ter a responsabilidade de gerir os nossos recursos devidamente e, com base nisso, definir as nossas opções. Não o fazer é ser irresponsável. E o Governo, com a situação financeira que criou hoje, com o aumento da dívida de mais de mil milhões de euros em 5 anos — repito, com o aumento da dívida da Região que, em 5 anos, aumentou mais de mil milhões de euros — não tem hoje a capacidade de cumprir os seus compromissos e é, por isso, politicamente irresponsável.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que fica aqui um apelo: que o Governo Regional meta a mão na consciência, que consiga definir uma agenda de previsibilidade, garantir que as instituições dos Açores, os empresários, os cidadãos e os beneficiários de apoios públicos na nossa Região, — sejam eles de que dimensão forem — tenham a capacidade de ter previsibilidade para quando vão receber esses apoios.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Era isso que não tinham!

O Orador: É fundamental que se crie um mecanismo em que qualquer apoio concedido pela Região, depois de estar o contrato desse apoio assinado e depois de estarem reunidos todos os pressupostos administrativos e legais, qualquer pessoa, qualquer instituição, qualquer empresa tem que saber e tem que ter uma estimativa clara de quando vai receber esses apoios.

Deputado José Pacheco (CH): Bem-vindo ao CHEGA!

O Orador: Em nome da boa governação…

Deputado Carlos Freitas (PSD): Era assim que se fazia?!

O Orador: …e da credibilidade das instituições públicas da nossa Região, aquilo que se espera é que o Governo, falando depois desta intervenção, venha aqui primeiro

anunciar quando é que cada departamento do Governo vai pagar aquilo que deve aos beneficiários de apoios públicos e mostrar-se disponível para definir um plano de previsibilidade, para que todos saibam quando vão receber os seus apoios.

É assim que se reforça a credibilidade das instituições e é assim que se reforça o contrato social entre entidades públicas e entre os cidadãos, independentemente do partido político que lidera os destinos da Região.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está aberto o debate.

Tem agora a palavra, por parte do Governo Regional, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Membros do Governo:

Ontem, o Sr. Deputado Carlos Silva arrumou a questão do crescimento económico dos Açores numa frase que demorou 4 segundos a dizer: "A economia está bem, apesar deste Governo."

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, Membros do Governo e do Deputado José Pacheco (CH).

Hoje, o Sr. Deputado Berto Messias, antigo Membro do Governo — acho que muitos poucos açorianos se esqueceram disso —, veio aqui dizer: "Os senhores estão obrigados a fazer aquilo que eu não consegui fazer enquanto integrei o Governo dos

Açores."

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

É impressionante como as pessoas têm falta de memória. Alguém que integrou um Governo, que acumulava sucessivos atrasos nos pagamentos, tem a coragem de vir aqui dizer estas coisas como se as pessoas não tivessem memória, como se não existissem registos, como se o senhor não tivesse passado político.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não se esqueça que você também tem passado político!

O Orador: Os senhores não querem que vos lembrem do vosso passado, mas é necessário que seja feito.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Dizia eu que valia a pena perder mais alguns segundos do que o Sr. Deputado Carlos Silva e o Sr. Deputado Berto Messias perderam ao analisar a situação económica da Região. Vale a pena perder mais alguns segundos e minutos na análise desta questão.

O que está a acontecer verdadeiramente na economia dos Açores — o que levou o Deputado em questão e, hoje, também o Deputado Berto Messias, a *fugir como o diabo da cruz* de uma análise mais séria e mais demorada — será lembrado, um dia, na história económica dos Açores, como o período de maior crescimento alguma vez alcançado na nossa história. Nunca, meus senhores, nunca a economia dos Açores registou um crescimento de tão grande dimensão.

Deputado José Pacheco (CH): Somos ricos e não sabemos!

O Orador: No final deste ano, o PIB (Produto Interno Bruto) dos Açores superará os

6 mil milhões de euros. Em 2012, no início dos dois governos de Vasco Cordeiro, que o Sr. Deputado Berto Messias integrou, o PIB era de 3546 milhões de euros.

Nos últimos 8 anos do Governo do Partido Socialista, liderados por Vasco Cordeiro, que o Sr. Deputado Berto Messias integrava, o PIB dos Açores cresceu uns raquíticos 450 milhões de euros em 8 anos.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Que horror!

O Orador: Se contabilizarmos o crescimento previsto para este ano, os Açores terão registado, em apenas 5 anos — repito, em apenas 5 anos —, um crescimento do PIB superior a 2 mil milhões de euros.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Recapitulando, nos últimos 8 anos do Governo do Partido Socialista, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro liderou e que o Sr. Deputado Berto Messias transportou o estandarte, o PIB dos Açores cresceu apenas 450 milhões de euros. Em apenas 5 anos do Governo da coligação, o PIB dos Açores cresceu 2 mil milhões de euros. São valores verdadeiramente incomparáveis.

A este ritmo, no final desta legislatura, o PIB dos Açores — ou seja, a riqueza produzida na nossa Região — terá duplicado de dimensão. Em apenas 8 anos, duplicámos a riqueza dos Açores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Não existe nada que se compare a estes números na história dos Açores. O que estamos a viver são momentos históricos para a economia dos Açores. É por isso que o Partido Socialista despassa este assunto em apenas 4 segundos: “A economia está bem.”, diz o

Partido Socialista.

A segunda parte da frase do já citado Deputado do Partido Socialista é a expressão: "apesar do Governo". Ou seja, o PS atribui estes números ao acaso. É uma espécie de cruzamento cósmico que não consegue explicar. Olha para o céu e interpreta o que está a acontecer como os antigos druidas.

No fundo, o que está a dizer aos ouvidos dos mais incautos é que o crescimento económico que se está a registar também sucederia se o PS ainda fosse Governo.

Estava escrito e gravado nas estrelas, dizem eles, diz o Sr. Deputado Berto Messias.

Mas será assim? Não.

Se o Dr. Vasco Cordeiro ainda fosse Presidente do Governo, se o PS ainda fosse Governo, os impostos não teriam diminuído!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Eu não estou a fazer nenhum exercício de adivinhação, sabem porquê? Porque está nos registos deste Parlamento que o Partido Socialista votou contra a diminuição dos impostos!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E a Tarifa Açores, que dinamizou como nunca o mercado interno, teria sucedido? Não. Não teria sucedido. O PS achava a medida impraticável e ilegal, até.

E a diminuição de 60 % dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção teria sucedido? Não. O PS não teria prescindido do controlo social que isso lhe dava, assim como dos programas ocupacionais e dos recibos verdes, que mantinham no limbo milhares de açorianos…

Deputado António Lima (BE): E como é agora?!

O Orador: …tornando-os dependentes do Governo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Essa imensa mão de obra necessária para fazer crescer a economia dos Açores não estaria agora integrada na economia açoriana. Não teríamos agora 121 500 açorianos empregados e uma taxa de desemprego de apenas 3,9 %.

Nunca tantos, nos Açores, dependeram do seu trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E não, a economia dos Açores não registaria 50 meses de crescimento consecutivo da atividade económica, nem 52 meses de crescimento consecutivo do consumo privado, se o PS ainda fosse Governo.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: E sim, este crescimento económico só está a acontecer devido a este Governo e às políticas que foram implementadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Diminuíram-se os impostos e mesmo assim aumentaram-se enormemente os apoios sociais e requalificaram-se as carreiras profissionais.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Tudo isso fez aumentar o consumo e contribuiu para aquecer ainda mais a economia açoriana.

Deputado Carlos Silva (PS): Está a escaldar!

O Orador: É por isso que, no espaço de duas legislaturas, o PIB dos Açores — a riqueza produzida pela Região — terá duplicado.

Tudo isto está a pressionar o orçamento dos Açores? Sim, está.

Para usar uma gíria futebolística: *Metemos toda a carne no assador.*

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não pagaram a carne.

O Orador: Aquecemos até o limite a economia dos Açores, apostámos tudo no crescimento económico e fomos bem-sucedidos. Mais bem-sucedidos do que quaisquer outros antes, ao longo da nossa história.

Existem atrasos nos pagamentos da Região? Sim, existem.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muitos!

O Orador: É um problema que temos que resolver, e já o estamos a fazer, na saúde, por exemplo. Mas, em todas as outras áreas, é vital colocar os pagamentos em dia.

Esse é o nosso foco e é o nosso compromisso.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem.

O Orador: E sabem uma coisa? Vamos conseguir!

Vamos manter o crescimento económico, os impostos baixos, manter e até incrementar os apoios sociais, continuar a valorizar as carreiras, vamos apostar no crescimento das receitas através do crescimento económico e vamos afinar o esforço orçamental.

Cortar os vícios que restam de 24 anos de socialismo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Temos de criar mais disponibilidade de tesouraria, e para isso é necessário comprimir todas as despesas que não ponham em causa o crescimento económico da Região, os apoios sociais e o aumento de rendimento das famílias.

Vamos fazer isso e vamos voltar a ter sucesso.

Quem está à beira de duplicar o PIB em apenas duas legislaturas pode comprometer-se com isso. Não é impossível, e já conseguimos fazer o que quase todos os outros consideravam impossível.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Viva os Açores!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima por parte do CHEGA. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Lima (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ser *caloteiro*, à luz da Doutrina Social da Igreja, é considerado uma injustiça grave. O Governo dos Açores — ontem do Partido Socialista, hoje desta coligação — transformou-se num *caloteiro institucional.*

Deputado Carlos Silva (PS): O CHEGA apoia!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Vocês são tão maus, tão maus, que eles nunca vos vão apoiar!

O Orador: Não paga aos agricultores, não paga aos fornecedores, não paga os apoios devidos às empresas, não paga as horas extraordinárias vencidas aos funcionários públicos, não paga os apoios que anuncia; enfim, não paga *a tempo e horas* a ninguém. Mas será que este mal que nos assola — os excessivos governos da nossa Região e do país — é algo desconhecido em Portugal?

Fui revisitar a história, tão amada pelo Sr. Secretário Paulo Estêvão; não só é tão contemporânea como antiga.

Começo por citar o que diziam os nossos ilustres escritores sobre esta forma de atuar do nosso Governo Regional.

Fernando Pessoa, nos seus textos de reflexão política, escritos em 1910, da República, diziam o seguinte: O Estado português é um mau gestor: promete escolas, constrói ruínas; jura justiça, cria sinecuras; arrecada como credor, gasta como devedor.

Antes dele, Eça de Queirós, dizia, nos seus trechos, *A Correspondência de Fradique Mendes*, de 1890: O Estado português é um grande trapaceiro, que cobra com severidade, mas paga com desculpas.

Deputado António Lima (BE): O senhor apoia!

O Orador: E repetia, nas *Cartas de Londres*, publicadas já postumamente: Em Portugal, o Tesouro é sempre devedor; o Governo, em vez de saudar a dia, o orçamento não é uma conta, é uma ficção.

Mas, afinal, é grave ou não ser *caloteiro*?

Esta questão só poderá ser respondida, não à luz do que se aprende atualmente nas nossas escolas, na disciplina de Cidadania, mas à luz do que a minha geração, e a que me antecedeu, aprendeu na Catequese e na disciplina de Religião e Moral.

O que diz a Bíblia? No Novo Testamento, o caloteiro é comparado ao ímpio, àquele que vive contra a lei de Deus: "O ímpio toma emprestado e não paga; mas o justo compadece-se e dá." — Salmos, capítulo 37, versículo 21.

Tiago, capítulo 5, versículo 4 … ouça, Sr. Deputado Joaquim Machado: "o salário […] retido com fraude" clama "aos ouvidos do Senhor dos Exércitos."

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é um "Livro de Mórmon"!

O Orador: Mas, antes, o Velho Testamento também dizia: Deuteronómio, capítulo 24, versículos 14 e 15: "Não oprimirás o jornaleiro pobre e necessitado. […] No seu dia, pagarás o salário antes do pôr-do-sol, porque é pobre e disso depende a sua vida."

Portanto, estamos, aqui, perante um pecado mortal, …

Protestos dos Deputados da bancada do PSD.

… porque, segundo o Catecismo da Igreja Católica, número 1857 a 1859, publicado pelo Santo Papa João Paulo II, …

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): 1859?! Não pode ter sido João Paulo II!

O Orador: …que já faleceu, reúne as três condições para ser pecado mortal.

Primeiro, matéria grave, pois trata-se de não pagar subsídios, apoios e retroativos salariais a agricultores, empresas, enfermeiros e professores.

Plena consciência de que é pecado. Acho que nenhum governante ignora a imoralidade da situação.

Consentimento deliberado. Todos sabemos que estes não pagamentos são feitos de forma e consciência deliberada, pois, aliás, são prometidos e não são cumpridos.

Um governante que deliberadamente não paga a fornecedores, não paga salários ou pensões, sabendo que prejudica famílias, incorre claramente num pecado mortal contra a justiça de acordo com a teoria social da Igreja — que, por acaso, até é a base de inspiração de alguns partidos que fazem parte dessa coligação.

Claro que todas estas citações bíblicas que aqui fiz são adequadas, porque não só os nossos governantes são participantes assíduos das festas profanas — aqui, na Terceira, apelidamos do Quinto Touro —, como participam ativamente em procissões e creio que a maioria são homens de fé.

E, aliás, para gerir uma região à beira da falência é preciso ter muita fé, Sr. Presidente.

Por isso, a maioria dos nossos governantes aqui presente vive em pecado mortal, …

Protestos dos Deputados da bancada do PSD.

…com os riscos que isto acarreta, num futuro que se espera distante, porque a morte é

uma condição humana, correndo o sério risco de irem todos parar o inferno.
Politicamente, já sabemos, são condenados pelo povo em eleições. Mas o dano maior não é perder eleições: é perder credibilidade.
A falta de confiança que o povo tem nos políticos não é um problema do povo; é sim, o resultado das atitudes e comportamentos dos políticos.
Por isso, Sras. e Srs. Deputados, não se admirem que quase ninguém quer vir para a política, nem que seja para fazer parte de uma simples lista para uma junta de freguesia.
Deputado Joaquim Machado (PSD): O Deputado Francisco Lima é um anjinho! Está cheio de anjinhos ali!
O Orador: Como diz o povo: "Diz-me com quem andas e eu digo quem tu és."
Disse.
Vozes dos Deputados José Pacheco (CH) e Olivéria Santos (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima.
(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Este Governo Regional e a maioria que o apoia — que inclui o CHEGA, que agora diz que o Governo é que *caloteiro*, mas apoia — prometeu um tempo novo: que seria possível aumentar apoios a diversos setores, aumentar investimento público, resolver problemas relativos a carreiras da Administração Pública, salvar a SATA, ao mesmo tempo que baixava impostos a quem mais tem e, imagine-se, mantendo o equilíbrio das contas públicas da Região.

Sobre os apoios, já sabemos: anúncios é com o Governo Regional; pagar é que é pior. É o caso dos apoios emblemáticos à agricultura. Eu já não consigo memorizar nem metade da lista de apoios.

Mas também é difícil memorizar a lista de apoios que não são pagos. Basta ouvir o rol de calotes que o Presidente da Federação Agrícola repetidamente critica na comunicação social. Outros apoios demoram uma eternidade. É o caso da SOLENERGE, da PROENERGIA, dos Programas de Manutenção de Emprego e de tantos outros, devido, como sabemos, às dificuldades de tesouraria da Região, que obrigam quem por eles espera a um calvário, a um labirinto burocrático que o Governo monta que serve apenas para dizer, nos debates parlamentares e à comunicação social, que os processos estão em análise.

Na cultura, os agentes culturais esperam, ano após ano, e todos os anos é a mesma coisa, para apoios que chegam tarde, reateados e, muitas vezes, apenas depois do evento ou da iniciativa que pretendem executar já ter acontecido.

Na saúde, o Presidente do Governo Regional prometia, em 2021, atingir a cobertura total de médicos de família nos Açores. Hoje, quase 5 anos depois, não está cumprido. Os investimentos na saúde, na sua maioria, não passam de anúncios: centros de saúde das Lajes do Pico e da Ribeira Grande são motivos de debate, ano após ano, neste Parlamento, há 5 cinco anos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor está desatento!

O Orador: O Hospital de Ponta Delgada, cujas obras, imagine-se, no ano passado se dizia que iriam começar no segundo semestre deste ano, ainda não tem o tal plano funcional concluído.

Na habitação, os preços sobem de forma galopante e cada vez mais, nos Açores, à medida que a crise aumenta e os investimentos do PRR, que ainda não estão sequer concluídos, já percebemos que não vão resolver problema nenhum na habitação. Continua a não haver alguma regulação do alojamento turístico nos Açores que impeça

a saída de casas do mercado habitacional para o alojamento temporário turístico.

E alguém ainda se lembra do plano de ordenamento turístico? Em 5 anos, este Governo não conseguiu fazer um plano de ordenamento turístico para os Açores. Em quase 5 anos.

Na educação, tantas vezes o Governo Regional prometeu deixar de recorrer à precariedade dos programas ocupacionais. Ainda há dias, a Secretária Regional de Educação e Assuntos Culturais assume que os trabalhadores assistentes operacionais continuarão a ser substituídos através de programas ocupacionais. A Bolsa de Ilha, essa engenharia espacial que é tão complicada, ainda não está sequer a funcionar em pleno.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não quer perceber!

O Orador: Tantas vezes o Governo Regional prometeu pagar as valorizações remuneratórias de trabalhadores, principalmente na área da saúde, mas não só. O que temos, no entanto, são atrasos, planos de pagamentos *ad aeternum* e aceleradores de carreira que não são pagos. Embora já reposicionado, continua em falta o pagamento dos retroativos dos técnicos auxiliares de saúde …

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é verdade!

O Orador: …referentes a 1 de janeiro de 2024, conforme foi aprovado em julho, neste Parlamento.

O programa Novos Idosos, que era a panaceia para todos os problemas, afinal, não resolveu nada: temos 540 idosos — como foi publicado na comunicação social — à espera de vaga num lar nos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas isso é outra coisa!

O Orador: E isso porquê? Porque o Governo, nesta área, praticamente não investiu. Não há novas residências, estruturas residenciais para idosos construídas por este Governo.

A lista de espera para creches só se reduz por via administrativa, porque novas creches… nem vê-las.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor está completamente distraído!

O Orador: E, terminando, o que dizer da grande promessa de regime deste Governo? Salvar a SATA. O Governo deixou de falar em salvar para falar em fechar, acabar, encerrar. Passou de salvar para fechar.

O mesmo Governo que, durante 5 anos, dizia que a sua política para o transporte aéreo era maravilhosa — com uma Tarifa Açores, que seria a solução para todos os problemas — agora ameaça pessoas, trabalhadores e a economia com o encerramento da empresa, que é fundamental para a nossa economia, sem solução à vista que a substitua.

Todas essas promessas seriam cumpridas, dizia o Governo, sem colocar em causa o equilíbrio das contas públicas — que a direita sempre colocou como uma das suas grandes prioridades. A realidade é totalmente diferente: uma dívida pública galopante, enormes défices orçamentais recorrentes, uma revisão de leis de finanças regionais que não sai dos discursos e nem chega ao papel, e, lá está, um plano de austeridade e privatizações a ser preparado — que é sempre a solução da direita quando não tem outra.

Os maiores problemas da Região continuam, pouco diferentes do que estavam em 2020, com a agravante de termos novos problemas a que o Governo não dá resposta e ignora totalmente, como é o caso da habitação.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faça a favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer que, nesta quarta-feira, sou tentado a concluir que trouxemos ao Parlamento dos Açores uma verdadeira quarta-feira santa.

Começámos com a "chegada do Messias"; depois tivemos um sermão do Deputado Francisco Lima…

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Membros do Governo.

… e depois, o Deputado António Lima veio-nos mostrar, mais uma vez, a sua total descrença em tudo e mais alguma coisa e a anunciar o fim do mundo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Na verdade, este debate, trazido pelo Partido Socialista, chegou-nos pelo Deputado Berto Messias — qual Messias ao contrário — porque não veio anunciar a salvação; veio anunciar a desgraça e veio anunciar que estamos perdidos.
Este é o Deputado Berto Messias e o Partido Socialista que se esquecem que, atualmente, este Governo dos Açores paga a fornecedores em menos de 39 dias do que aquele que o seu Governo pagava em 2020…

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

… em que, se calhar, hoje há mais queixas — ou são mais visíveis as queixas que haveria nessa altura — porque empresários, dirigentes de clubes, dirigentes associativos, toda a gente sabia que quem reclamasse ia para o fim da fila, quem reclamasse não recebia, quem reclamasse recebia mais tarde.
Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Essa era a verdade do vosso tempo, Sr. Deputado.

Podemos dizer — já foi assumido, todos assumimos, todos sabemos, faz parte do próprio funcionamento até — que, em algumas situações, há alguns atrasos, mas certamente todos também reconhecem que são muito mais os apoios que não estão atrasados, são muito mais os pagamentos que têm sido feitos do que aqueles que vamos sabendo dos seus atrasos.

Por exemplo, não é verdade, Sr. Deputado Berto Messias, que haja 700 pessoas a guardar pagamentos no Hospital da Horta. São 160, se não estou em erro, ou perto disso.

Não é verdade, Sr. Deputado Berto Messias, que não estejam feitos os pagamentos às Casas de Saúde. Não é verdade!

O senhor mentiu neste Parlamento. O que o senhor não foi capaz de assumir foi que, em 2019, havia 7500 açorianos de mão estendida no Serviço Regional de Saúde, à espera de que os senhores pagassem aquilo que lhes era devido pelas suas despesas.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É verdade!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: 7500, Sr. Deputado! Não são 700!

O Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares e Comunidades já aqui teve oportunidade de elencar inúmeras situações que nos trouxeram, no dia de hoje, à transformação que estamos a fazer dos Açores, a esta mudança de paradigma que os senhores teimam em não compreender.

E é natural que não compreendam, porque, no vosso tempo, o paradigma era outro: o

paradigma era manter tudo bem sossegadinho — os professores sem os vínculos necessários, as carreiras por resolver, o "cheque pequenino" *bem pequenino*, para as pessoas continuarem bem necessitadas de uma ajuda do Governo, …

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tal tristeza!

O Orador: …e o que havia no vosso tempo, por exemplo, naquele que é o maior indicador da situação de pobreza de uma região — que é o Rendimento Social de Inserção (RSI) — o que havia em 2020, quando os senhores deixaram o poder, eram à volta de 14 500 titulares ou beneficiários do RSI. Hoje, são 5800, um terço.

Para encontrarmos um número tão baixo de beneficiários do RSI nos Açores, temos que retroceder a setembro de 2004, curiosamente, o primeiro mês em que ele foi aplicado depois de instituído. Ou seja, apenas naquele mês em que os Srs. Deputados do PS ainda andavam a aprender como é que se preenchia a declaração para andarem atrás das pessoas, para elas receberem o RSI, …

Risos dos Deputados da bancada do PSD.

…ainda não havia muitos beneficiários, mas a partir do segundo mês, já era um número superior àquele que temos hoje!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Nós conseguimos o número mais baixo do Rendimento Social de Inserção nos Açores desde que ele foi instituído, Sras. e Srs. Deputados.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, para este debate, eu lembrei-me, entretanto, de uma situação que é, talvez, reveladora desta hipocrisia que tomou conta do Partido Socialista na oposição. Hipocrisia política, bem dizendo, de quem vem aqui primeiro anunciar este debate

como sendo um debate sobre o atraso dos pagamentos na agricultura.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Quem é que disse isso?!

O Orador: Aliás, o Partido Socialista, com uma preocupação com a agricultura dos Açores, como, aliás, eu nunca tinha visto, a não ser em propaganda, porque, na verdade, a vossa hipocrisia política, vejam bem, chega ao ponto de se esquecerem que tinham rateios.

Pois, não havia atrasos nos apoios porque toda a gente sabia que havia um rateio e não havia apoios. Portanto, chegava ali e acabava. Isso é que era a previsibilidade da vossa gestão política, assim é que era bem visto, como se, nesse tempo, os rateios não fossem uma forma de resolver esse problema.

Mas deixem-me denunciar esta hipocrisia política: o Sr. Presidente do Partido Socialista/Açores anunciou este Debate de Urgência sobre os atrasos nos pagamentos aos agricultores, e depois o Sr. Deputado Berto Messias elencou uma série de outras áreas e disse que ia apresentar uma resolução na Assembleia da República para garantir também que o POSEI…

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Já tinha votado contra há 2 anos! Que cambalhota!

O Orador: …e outros apoios aos agricultores açorianos fossem pagos pela República. E eu quero dizer que eu fiquei indignado, politicamente indignado, e seriamente convencido de que este Partido Socialista — como diz o Deputado Berto Messias — "não tem mesmo salvação." Então não é que o Partido Socialista apresentou, pelo seu líder açoriano na Assembleia da República…

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, isto tem enquadramentos neste debate?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Tudo tem enquadramento.

O Orador: Ó Sr. Deputado, foi o seu líder que fez o enquadramento e que juntou as duas coisas.

Que vem dizer que o Governo da República tem que pagar as portarias, que pagou aos agricultores do continente, que excluiu os açorianos e que ele votou contra o pedido de

pagamento feito pelos Deputados açorianos na República!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Votou contra!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Que hipocrisia é esta? Que falta de senso!

O senhor votou contra o pagamento deste apoio! Eu acho que isto até é um descrédito para o vosso líder vir apresentar na Assembleia da República um diploma no qual ele votou contra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isto está no âmbito da discussão?! Já fomos calados por muito menos!

O Orador: Mas, pior do que isso, eu, vendo isto, lembrei-me que talvez seja uma espécie de redenção do Partido Socialista/Açores.

Porque, para que os açorianos saibam, no passado, desde maio, o Deputado Europeu Paulo Nascimento Cabral organizou uma conferência na Europa sobre...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso também tem enquadramento?

O Orador: Ó Sr. Presidente, eu posso fazer o enquadramento, é muito simples.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Nós estamos num debate genérico, conforme foi apresentado pelo Sr. Deputado Berto Messias, acerca de atrasos de pagamento…vou-lhe fazer o enquadramento.

Presidente: Sr. Deputado, não é necessário o enquadramento. Prossiga a sua intervenção.

O Orador: Eu não quero que ninguém fique com dúvidas sobre a relação entre estas coisas. Porque, de facto, os Açores têm o POSEI Agricultura…

Deputado Nuno Barata (IL): Já não têm!

O Orador: …e o Sr. Deputado Paulo Nascimento Cabral organizou essa conferência para o POSEI Agricultura, Transportes e Pescas.

E foi feita uma declaração conjunta assinada por todos os Presidentes das RUP (Regiões Ultraperiféricas), assinada por Deputados Europeus, inclusive de muitos partidos, de outros partidos, assinado por 78 individualidades da Região, de todas as RUP.

Quem é que se recusou a assinar uma declaração conjunta de defesa do POSEI, Agricultura, Transportes e Pescas? Quem é que recusou?! Quem é que não quis?! Foi o Partido Socialista e foi o Deputado Europeu do Partido Socialista, eleito pelos Açores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E, portanto, eu olho para a resolução sobre as dificuldades que os Açores atravessam na agricultura e os incumprimentos para com os agricultores açorianos na Assembleia da República, e penso: isto só pode ser a redenção que o Deputado Berto Messias quis hoje trazer aqui sobre as faltas do Partido Socialista e as mentiras do seu líder Francisco César.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, durante o Debate de Urgência da manhã, foi reconhecido pelo Governo que existiam dificuldades orçamentais.

Deputado Carlos Silva (PS): Hoje já não há!

O Orador: Hoje, está tudo bem.

Temos que nos recentrar no problema de ontem para chegar àquilo que é o problema de hoje.

Mas, antes disso, vou revisitar a intervenção do Sr. Secretário Regional daquela tribuna e relembrar a Câmara e, através dela, os açorianos, algumas questões que me parecem importantes realçar neste momento. No fim de contas, vêm ao encontro daquela que é a preocupação da Câmara sobre a despesa corrente da Região e sobre as dificuldades de tesouraria do Governo Regional para fazer face aos compromissos que, bem aqui, foram elencados pelo Sr. Deputado Berto Messias.

A economia dos Açores cresce, de facto, como nunca cresceu. Mas cresce, essencialmente — e quem fizer essa análise, com seriedade, vai perceber bem — cresce, essencialmente, à custa de um setor emergente…

Deputado António Lima (BE): O PRR.

O Orador: …e de algum investimento público com base no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Ou seja, a tal "bazuca" que, no fim das contas, se vai transformar numa pistola de água — daquelas pistolas de água feitas no chinês, que fazem uns *esguichos fraquitos*.

Risos de alguns Deputados das bancadas do PS e do CH.

A economia cresce, mas tudo isso é de uma fragilidade enorme. E tudo isso é feito sem que seja garantida uma rede de suporte, uma rede de segurança. Se houver um problema neste tal setor emergente, seja ele qual for — que esperamos todos nós que não

aconteça tão cedo —, não há rede de segurança para a economia açoriana. Não há rede de segurança para os açorianos!

E este é o grande problema que, neste momento, nós temos. Há uma rede de segurança: um eventual resgate da República, se a República, entretanto, não *desbaratar* a folga orçamental que tem.

O PRR, como eu dizia, acabou por ser uma pistola de água fraquita. Mas o PRR tem um outro problema: não deixa resiliência à economia açoriana para o futuro — bem pelo contrário.

As opções que foram tidas no PRR, com exceção do SOLENERGE, e um parco, — meçam as minhas palavras — um parco investimento na habitação, porque, infelizmente, não foram capazes, nem o Governo nem as autarquias, de executar convenientemente os fundos do PRR para fazer face ao 1.º Direito, e nós, aqui nesta Casa, alertámos para isso, …

Deputado Pedro Neves (PAN): E nós avisámos.

O Orador: …e eu alertei, numa reunião com a Associação de Municípios. O que acontece é que, no dia a seguir ao PRR estar executado e pago, constitui uma enorme despesa para a Região Autónoma dos Açores. E disso não tenham dúvidas! Façam as contas, e lá chegaremos.

Mas há aqui, das palavras do Sr. Secretário, uma outra frase que me ficou bem na minha memória: "As culpas são todas do passado." 5 anos depois, continuam a apontar o dedo ao passado. E o passado tem enormes erros, enormes vícios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nomeadamente juros!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): O passado esteve ali a falar.

O Orador: E, portanto, nisto estamos de acordo.

Mas também é preciso reconhecer que, neste setor económico emergente, há um trabalho que foi feito no passado, e este Governo Regional está a usufruir deste trabalho que foi feito no passado, nomeadamente na promoção e na notoriedade do Destino

Açores, e isso ninguém pode esquecer.

E, a esse respeito, o Sr. Secretário Regional também disse uma frase que me ficou na cabeça: "Expurgar os vícios de 24 anos do Partido Socialista."

E eu disse aqui em aparte: "E recuperar os vícios de 20 anos do PPD-PSD"

E eu vou dar um exemplo sobre notoriedade do Destino Açores, que vai incomodar o Sr. Secretário, vai incomodar o Sr. Deputado João Mendonça, e vai incomodar o Sr. Deputado Pedro Pinto e o Sr. Deputado Jorge Paiva, que são os vícios do PPD-PSD do antes de Mota Amaral. Eu vou-vos mostrar duas coisas.

Neste momento, o Deputado exibe uma gola azul.

Sabem isto o que é?

Isto é uma gola do tipo *buff*, daquelas que o ex-Secretário Regional António Cabrita, em 2019, mandou fazer, antifumo, que era utilizada nos *kits* de promoção do Destino Açores há uns anos.

É bonitinha, é azul, (até uso isto várias vezes nas minhas corridas) com uns tubarões-baleia, umas baleias azuis, umas mantas, é muito engraçado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E um cachalote, não há?!

O Orador: Isto era o que o Partido Socialista distribuía nos *kits* de promoção do Destino Açores.

Sabem o que é que agora é distribuído nos *kits* de promoção do Destino Açores? Isto.

Neste momento, o Deputado exibe uma gola laranja.

Isto não é um pano de pó. Isto é uma gola igual às outras!

Além do mau gosto, e de ser uma coisa bem *empastada*, …

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito mais bonito!

O Orador: …devia incomodar o Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando estava naquela

bancada, se isto fosse feito no passado!

Mas devia incomodar muito mais o Sr. Secretário, e agora o Sr. Deputado João Mendonça, o Sr. Deputado Pedro Pinto, o Sr. Deputado Jorge Paiva. Isto é o que o PPD faz agora!

Voltámos a recuperar vícios do passado *Motamaralista*, em que as gruas eram pintadas de cor de laranja e em que as estradas eram pintadas com as setas do PPD. E é contra isso, foi contra isso que eu lutei em 1996 e que vim parar a esta Casa, sentado naquela bancada! Foi contra estes vícios! E é contra estes vícios que eu vou continuar a lutar nesta Casa, porque isto é inadmissível.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Ruido na Câmara.

O Orador: Isto é insignificante, mas representa bem aquilo que é a atitude do PSD, em relação à confusão entre o Partido e o Governo, entre o Partido e as entidades que representam o Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, e mais não digo sobre esta matéria, porque ainda vou ter muito para dizer, certamente, se essa atitude continuar. E nem quero imaginar, o que diria o então Deputado Paulo Estêvão…

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ui, ui!

O Orador: …sentado naquela tribuna se algum partido do Governo tivesse feito uma coisa dessas com a cor do seu partido.

Muito obrigado.

Deputada Marlene Damião (PS): Muito bem!

Protestos dos Deputados da bancada do PSD.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Diálogos paralelos entre alguns Deputados da bancada do PSD e o Deputado Nuno Barata (IL).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, deixemos os *kits*.

Ruído na Câmara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Nuno Barata, poderá entregar na Mesa, que eu farei distribuir esse *kit* por todas as Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para rapidamente corrigir dois lapsos involuntários, certamente involuntários, que o Sr. Secretário Paulo Estêvão cometeu, e para mais duas ou três reflexões que me parecem úteis fazer.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário Regional utilizou números do PIB quando invocou o crescimento do PIB durante os 8 anos em que fui Presidente do Governo, utilizando o PIB de 2020, que significa o PIB de uma região que esteve parada. Se utilizasse o PIB de 2019, veria que a diferença era de 3569 milhões para 4487 milhões. Ou seja, um crescimento de quase mil milhões de euros em menos de 8 anos. Não é isso relevante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Certamente, muito menos do que agora.

O Orador: Segunda questão, em relação a impostos, Sr. Secretário Paulo Estêvão, já muito foi explicado e certamente ainda muito haverá a explicar. Mas há algo que os

senhores, por muito que teimem, não conseguem esconder. O partido que, no Governo, mais baixou impostos nesta Região foi o Partido Socialista e não essa coligação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Em terceiro lugar, dizer-lhe o seguinte, os senhores invocam a economia pujante, mas, certamente, percebem que se a economia está tão pujante como os números demonstram…

Deputada Sabrina Furtado (PSD): O Partido Socialista é que fez.

O Orador: …e a situação das finanças públicas da Região está como está e que os senhores próprios reconhecem, isso é o maior atestado de incompetência a este Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Porque, com a economia pujante como está, as finanças públicas deveriam estar melhor porque a receita fiscal aumenta e tinham a obrigação de gerir melhor aqueles que são os recursos da Região.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Mas aquilo que as intervenções até agora feitas provam é que os senhores estão no Governo há 5 anos.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Um ano eleitoral.

O Orador: 5 anos depois, os senhores continuam a governar esta região mais em função do ódio que têm ao Partido Socialista do que em função ao amor que deveriam ter aos Açores.

Deputada Inês Sá (PS): Muito bem!

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Só isso justifica o tipo de intervenção que fazem e o tipo de critério que utilizam nas vossas intervenções.

Por último, Sr. Deputado Francisco Lima, a sua intervenção fez-me lembrar Mateus, capítulo 7, versículos 15-24: "Acautelai-vos dos falsos profetas. Virão até vós vestidos de ovelhas, mas interiormente são lobos devoradores."

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu às vezes fico com dúvidas se estou no Parlamento ou se estou numa igreja.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e da Representação Parlamentar do BE: O senhor é que começou!

O Orador: Eu ouvi aqui tanta citação da Bíblia: "Acautelai-vos dos falsos profetas." Sim, senhor. Esteve muito bem, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque de "café com leite" vestido e de salvação falando, eu ouvi aqui a voz do passado, que eu já chamei aí, há uns tempos, "as vozes do além".

É preciso não ter um pingo de vergonha na cara para se chegar ao Parlamento Regional e vir apontar os dedos aos outros. Para quem não gosta da linguagem: "Come só as batatas." — é que eu ouvi o aparte e ouço muito bem.

A salvação não se faz com o barco amarrado no porto. A salvação faz-se a navegar. A salvação faz-se com trabalho e com ação, como eu disse ontem e que, nesta bancada, se tem dito.

O passa-culpas, o jogo de pingue-pongue não resultam. E os açorianos já perceberam que estes "falsos profetas", que essas palavras vãs, que esses vendedores de Bíblia porta a porta, não vão salvar ninguém que não eles próprios.

Falou-se da salvação da SATA. Sim, a salvação da SATA Internacional e da SATA Air Açores é fechar uma delas. Essa é a salvação. Caso contrário, enterramos as duas.

A salvação da habitação não é pondo no PRR — que foi fruto ali do Partido Socialista — habitação social. E, quando nós vamos ver o que é, é o Estado a construir mais casas para rendas sociais, que até não são pagas e, como eu vi na Ribeira Grande, o Estado, no dia em que entrega a chave, diz assim: "Isto não é nada comigo e cada um que se *desengate*."

Não é a nossa conceção do mundo. Não é a forma como se faz. Não é assim que se salva esta Região. Não se salva esta Região pondo as culpas nos outros. Salva-se esta Região tendo medidas concretas, sem estudos, sem nada.

Desde que estou aqui, há cinco anos, ouvi falar de estudos para transportes marítimos, para transportes aéreos, para a habitação, para a agricultura.

Na agricultura, os caminhos estão todos escavacados; a primeira coisa que se faz é retirar dinheiro e pô-lo no poder autárquico. Leia-se: campanha autárquica, *pura e dura.*

A salvação da habitação não é proibindo o AL (alojamento local), não é. Porque o AL é a propriedade de alguém que investiu, que foi ao banco, que herdou da maneira que quis. Não é obrigando a pessoa que tem uma propriedade a alugar pelo preço que o Bloco de Esquerda quer.

Mas também não se atraem professores, polícias, enfermeiros — aqueles de que tanto necessitamos nos Açores — com rendas de mil euros. Como é que se resolve isso?

Tira-se o barco do cais, libertam-se os terrenos, acaba-se com essas coisas medonhas que são as reservas ecológicas.

Deixem as pessoas trabalhar! Há terra com fartura e eu não percebo como é que não há habitação. Não há habitação porque há interesses instalados para que não haja habitação.

Nós estamos a ver o mundo rural a ser desertificado. Nós estamos a ver ilhas a ficarem sem gente. Porquê? Porque nós temos leis a mais e pessoas a menos. Nós temos leis contra as pessoas.

Temos que acabar com isto. A salvação desta Região faz-se com ação, com um Governo determinado. Não com um Governo cuja única desculpa, todas as vezes que vai àquela bancada, é: "A culpa é vossa."

Nós sabemos. O povo sabe. O povo disse: "Nós não queremos o Partido Socialista." O que os senhores do Governo estão a dizer ao povo é: "Voltem, que estão perdoados."

E isto o CHEGA não pode aceitar.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para cumprimentar também o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pelo seu regresso aos debates parlamentares.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Saudades minhas, foi?

O Orador: Já há algum tempo que não tínhamos esse gosto.

Mas quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado, que me pareceu incorreta da sua parte em termos da análise política da situação da Região. Estamos aqui num debate promovido pelo Partido Socialista sobre incumprimentos, e o Sr. Deputado Vasco

Cordeiro associa esses incumprimentos à incapacidade de gestão.

Deputado José Miguel Toste (PS): Se não for isso, não é mais coisa nenhuma!

O Orador: Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que essa não é uma forma correta de olhar para este problema. Porque, se nós falarmos de incumprimentos, temos de reconhecer que boa parte da situação que ontem discutimos, e que hoje estamos a discutir — em especial ontem, mas certamente também esta tarde — sobre a situação financeira das finanças públicas regionais, do orçamento da Região, do nosso presente e do nosso futuro, se deve aos incumprimentos que o passado nos trouxe e que nós tivemos de corrigir.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): 5 anos!

O Orador: Incumpriram com os professores, incumpriram com os enfermeiros, incumpriram com os TSDT (Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica), incumpriram com os médicos, incumpriram com a Função Pública, incumpriram com toda a gente.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Porque, se isso, Sr. Deputado, era capacidade de gestão, o senhor acabou de demonstrar o porquê, não de um ódio ao Partido Socialista, mas sim do horror à política que os senhores faziam: a política de manter as pessoas de mão estendida, à espera de um favor, à espera de uma benesse do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.
Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.
(*) **Deputado Berto Messias** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, dizer que eu espero que o PSD tenha a mesma energia que tem a atacar o líder do Partido Socialista dos Açores para pressionar o Governo da República para garantir os 22 milhões de euros de apoios à agricultura açoriana que estão em atraso.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

E, portanto, espero que o faça com a mesma energia e com o mesmo empenho e, já agora, garantir a aprovação na Assembleia da República da resolução proposta pelo líder do PS, Francisco César, …

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

…para garantir que, a partir de agora, todos os apoios concedidos aos agricultores de Portugal continental passem a ser automaticamente estendidos aos agricultores da Região Autónoma dos Açores. Porque é isso que real e verdadeiramente importa.
Sr. Presidente do Governo, o senhor é Presidente do Governo há 5 anos e lidera o Governo Regional há mais de metade do tempo daquele que foi o ciclo político liderado pelo Deputado Vasco Cordeiro. E, portanto, não é tempo de se escudar no passado, nem é tempo de arranjar desculpas.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não há pior do que isso. Vocês são os piores da política!

O Orador: Nós estamos aqui a discutir os incumprimentos do Governo Regional para com as forças vivas — económicas, sociais, culturais e desportivas — da nossa Região. Por isso, aquilo que se impõe, Sr. Presidente, é que o senhor nos esclareça, a nós e a quem está a ouvir este debate, quando é que o Governo vai pagar aquilo que é devido aos clubes desportivos, às associações culturais, às empresas que concorreram aos apoios dos sistemas de incentivos, aos utentes que aguardam desesperadamente pelos reembolsos que lhes são devidos na área da saúde, aos agricultores que aguardam apoios que lhes deviam ser pagos há 2 e 3 anos, aos pescadores que continuam a aguardar os seus apoios e àqueles que concorreram aos apoios à habitação e que continuam, desesperadamente, a aguardar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que se impõe hoje, Sr. Presidente, é que o senhor nos esclareça — a nós e a quem nos ouve — quando é que o Governo vai pagar aquilo que deve às forças vivas da nossa Região.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Não o fazendo, está a dar uma machadada incontornável na credibilidade que qualquer Governo Regional deve ter. Aguardamos as suas respostas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social. Faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito

obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É, de facto, lamentável esta postura do Sr. Deputado Berto Messias, mas também confesso que em nada nos surpreende. Efetivamente, hoje o discurso correu-lhe mal. Correu-lhe mal porque, como já foi aqui dito, em relação aos incumprimentos com as Casas de Saúde, tal não corresponde à verdade.

Efetivamente, os pagamentos, perante o acordo que foi firmado, estão em dia, mesmo na área da saúde mental ou das dependências. Inclusive, este ano, aumentámos o valor da diária, coisa que V. Exas. não fizeram durante 16 anos de governação…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: …e que permitiu, naturalmente, aproximar aquilo que é o custo real deste valor que é pago por um serviço que estas instituições prestam à Região. Portanto, essa associação não lhe foi feliz.

Também não lhe foi feliz o pagamento das diárias nem do CEDO, quando, efetivamente, à data de ontem, o número de pagamentos que estava por realizar era muito inferior àquilo que foi tornado público em agosto. Esta é uma situação dinâmica, como o Sr. Deputado bem sabe. E claro, vir o Partido Socialista falar em mil doentes que estiveram, naturalmente, à espera…

Deputadas Andreia Cardoso e Inês Sá (PS): "Naturalmente"?!

A Oradora: …, mas esqueceu-se que, no passado, permitiu que mais de 7500 utentes do Serviço Regional de Saúde estivessem mais de meio ano à espera de que os pagamentos relativamente aos transportes terrestres fossem regularizados.

E, portanto, Sr. Deputado, efetivamente, há aqui um histórico que, por mais que nós não queiramos estar sempre a mencionar, existe e, naturalmente não lhe dá qualquer legitimidade…

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Era o que faltava!

A Oradora: …para vir apontar, muitas vezes de forma indevida, o dedo ao Governo Regional quando, efetivamente, os valores que são pagos neste âmbito têm aumentado muito consideravelmente.

E, portanto, Sr. Deputado, há situações que têm de ser resolvidas e que queremos naturalmente resolver. O que eu acho estranho é que o Sr. Deputado também venha aqui falar das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), quando não há — repito, não há — duodécimos em atraso. Isso não corresponde à verdade. Esses valores mensais, transferidos para as instituições, são pagos através do Instituto da Segurança Social, …

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

A Oradora: …por um orçamento que vem da República e, portanto, não há aqui atraso. O que o Sr. Deputado quer fazer é generalizar uma situação de uma instituição em particular, cujo contrato terminou no dia 30 de junho de 2025. O contrato foi pago até o dia 30 de junho de 2025 e, portanto, Sr. Deputado, não está nada em atraso.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: O contrato simplesmente terminou, não vamos generalizar.

Gostaria só de relembrar e de estranhar que o Sr. Deputado não falou daquilo que foi o incumprimento da EDA, que o Partido Socialista teve durante imensos anos e que

este Governo, quando tomou posse e ainda na atualidade, está a pagar 15 milhões de herança que recebeu de pagamento que não foi feito à EDA.

Ou, por exemplo, relembrar as valorizações dos profissionais de saúde que o Governo do Partido Socialista, durante a sua governação, nunca reposicionou os profissionais de saúde e, até à data de hoje, já valeram ao Serviço Regional de Saúde mais de 21 milhões de euros pagos aos nossos profissionais. É este Governo que está a regularizar a situação.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E, para terminar, relembrar só o Sr. Deputado do Partido Socialista que, em 8 meses do presente ano, os pagamentos feitos pelo setor da saúde ascendem a 380 milhões de euros. Repito: 380 milhões de euros em 8 meses de governação.

Sabe quanto foi o último orçamento de funcionamento que o Partido Socialista fez enquanto governou? 270 milhões de euros.

Portanto, este Governo, em 8 meses, já pagou mais de 100 milhões de euros do que aquilo que os senhores acordaram em 2020 e não fizeram.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Para percebermos se estamos a governar melhor, temos de ter termos de comparação e comparar a governação desta coligação com a governação do PS. Assim é que se torna percetível se, efetivamente, governamos melhor ou pior.

Ora, incumprimentos, descaramento, cobardia, imprevisibilidade e hipocrisia é quando os Governos do PS cortaram, durante 15 anos, mais de 300 milhões de euros aos agricultores à falsa fé. Cortaram à falsa fé 300 milhões de euros. No POSEI, uma média de 16 milhões ao ano, e no PRORURAL+, uma média de 10 milhões ao ano. Para não falar de outros programas.

Ora, Sr. Deputado Berto Messias, sobre esses cortes, o senhor é também um dos grandes responsáveis, porque se sentava no Conselho do Governo a cortar isto aos agricultores. Com o seu voto, sentava-se no Conselho do Governo a dizer: "Não devemos pagar aos agricultores aquilo que anunciámos, então vamos pagar metade daquilo que anunciámos."

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O senhor é um dos grandes responsáveis, também, enquanto membro do Governo. Sentava-se naquele Conselho a votar.

Hipocrisia e incumprimento é quando, no ano de covid, quando os agricultores mais precisavam dos seus apoios, no programa PRORURAL+, naquela que é a medida de manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, o Governo do PS corta 30 % nesta mesma medida. Na altura que os agricultores mais precisavam, cortou 30 % em 2020. A diferença foi de 5 milhões de euros. Em 2020, cortaram 5 milhões de euros.

A 28 de outubro, os agricultores vão receber, nos Açores, 18 milhões de euros deste programa.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A 28 de Outubro deste ano, os agricultores vão receber, nesta medida, 18 milhões de euros.

Deputada Inês Sá (PS): Mas vão mesmo? É desta?

O Orador: Porque eliminámos os cortes em 2021, aumentamos a medida em 10 % e voltámos a aumentar em mais 10 %. Ou seja, na mesma medida que há um aumento dos custos de produção, nós vamos aumentar.

No passado, era ao contrário: à medida que aumentavam os custos de produção, cortávamos os apoios aos agricultores. Esta era a realidade, a diferença é abismal!

E, relativamente aos investimentos em caminhos, abastecimento de água e eletrificação, a diferença também é grande. Se compararmos 4 anos de execução — 2017 a 2020 e 2021 a 2024 — dá uma diferença de 2,4 milhões de euros de investimento a mais em água, caminhos e eletrificação.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, e vai-se sempre encontrar caminhos com buracos. Quem quiser encontrar, vai sempre encontrar, porque as dificuldades são muitas, obviamente.

Até da parte da construção civil, há concursos que estão a ficar desertos — não há resposta. Agora, é preciso perceber que estamos a fazer progressivamente e estamos a fazer mais.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é que é a diferença, porque o grau de degradação também era muito elevado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E uma medida que era fundamental tem a ver com o apoio àquilo que é a nossa alimentação animal. Nós atingimos um novo recorde na produção de milho para a silagem: 14 mil hectares.
Isto, porquê? Porque nós mantivemos a confiança e a credibilidade dos agricultores. Aquilo que anunciámos — os 500 euros por hectare — eram os 500 euros pagos. No passado, anunciava-se 500 e pagava-se 250.
Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.
Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto. Faça favor.
(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (Sofia Ribeiro): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Sr. Deputado Berto Messias, os despachos dos pagamentos aos apoios, quer na cultura, quer ao desporto, são publicados, e bem, sempre em articulação com os agentes culturais e os agentes desportivos, sempre com um regime de transparência total, explicitando os critérios que são aplicáveis na concessão destes despachos, …
Deputada Sabrina Furtado (PSD): É isso que ele acha estranho!
A Oradora: …com atas que são distribuídas perante os candidatos, para evitar situações do passado, em que não se percebia qual era o critério para a atribuição destes

mesmos despachos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E sim, como ainda ontem foi aqui discutido, este ano é um ano de gestão difícil, com uma série de pressões e com as prioridades que nós temos definido ao longo desta governação, em especial no apoio social. Mas é preciso termos também em consideração que este crescimento económico e estas mesmas prioridades também têm um reflexo na vida dos nossos clubes desportivos e das nossas associações culturais, desde logo com a baixa de impostos e, desde logo, com a Tarifa Açores…

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: …que também têm repercussões na vida e na atividade diária destas entidades.

Para além disso, Sr. Deputado Berto Messias, no que respeita a apoios na cultura, os agentes culturais sabem uma coisa: sabem que, em 2019, foram executados 700 mil euros em regime de apoios culturais e que, este ano, estamos a pagar mais do dobro.

Deputada Marta Matos (PS): "Estamos a pagar" quando?

Deputado João Vasco Costa (PS): Demagogia pura!!

A Oradora: Portanto, é um crescimento que é bem assinalável na área da cultura.

Na área do desporto, toda a época transata está paga. Aquilo que não está — e estou a referir-me a 200 mil euros que ficaram por pagar — não posso dizer que seja por incumprimento do Governo, porque corresponde ao termo da época em que os clubes nos enviam os contratos, que chegaram em junho e julho, que são agora por nós assinalados e pagos.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Vocês estrangularam os clubes! Andaram a viajar

às suas próprias custas!

A Oradora: E, portanto, a época está toda ela paga. E, como disse, os despachos são publicados quando temos verificadas todas as condições para podermos fazer essa publicação e fazemo-lo em articulação direta com os agentes culturais e desportivos.

Portanto, não *enfio o barrete* sobre qualquer tipo de opacidade, nem de estarmos a lançar promessas falsas e vãs aos interlocutores para os quais trabalhamos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Francisco Lima, do Grupo Parlamentar do CHEGA, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão essencial aqui é não fugir à verdade. A questão é: o Governo Regional não paga porque não quer? Porque é incompetente? Porque tem má vontade, está de má-fé? Ou o Governo Regional não paga pelas razões que toda a gente sabe — não tem dinheiro.

Deputado Nuno Barata (IL): É isso tudo junto!

O Orador: Portanto, é de humildade democrática responder às outras bancadas e dizer: "Nós não temos dinheiro. Não temos dinheiro porque gastámos mais que a receita que temos; porque não atualizámos taxas; porque temos um Estado enorme e ineficiente; porque não conseguimos negociar com a República, a não ser em alturas eleitorais que prometem, nomeadamente, os rateios, para pagar — mas pagam um ano, e depois não pagam mais."

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Quem é que disse que não pagam mais?

O Orador: Pergunto ao Sr. Secretário se vai pagar no futuro, porque eventualmente há algum grau de desorganização.

Por exemplo, o POSEI dos pescadores chegou a ter 3 anos de atraso; supostamente são fundos comunitários.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi o apagão!

O Orador: A burocracia dos processamentos de pagamentos e dos pedidos de pagamentos é enorme. Ou seja, o Governo Regional, em vez de simplificar, tem por vezes o dinheiro, mas complica e não paga.

E, portanto, há que assumir: é mesmo falta de dinheiro? Assim, o problema fica resolvido, fica tudo esclarecido, não há dinheiro. Ou, então, há também aqueles aspetos de incompetência e de burocracia, que têm que ser melhorados.

Dividindo a minha intervenção em várias partes, também não podia deixar aqui de dizer alguma coisa em relação ao Partido Socialista sobre as empresas públicas, a *Saudaçor* (que não deixa saudades nenhumas), a SATA, que são heranças do passado. Aliás, o relatório de contas do Tribunal de Contas, em 2019 e 2020, já referia a necessidade de reduzir o prazo médio de pagamento, e é o Tribunal de Contas que o diz; não foi o PSD, não foi o CHEGA (que nem existia na altura).

E, portanto, eu acho que é uma desgraça ser o Partido Socialista a falar sobre as dívidas e trazer esse tema. Eu, se fosse do Partido Socialista, trazia todos os temas, menos esse.

Risos de alguns Deputados da bancada do CH e Membros do Governo.

Eu não trazia esse tema, porque é inconcebível, e foi o tema que levou o Partido Socialista a perder as eleições. Aliás, isso todos nós sabemos.

Porque é que agora há uma perceção de que se deve mais dinheiro? É real, porque também se prometeu mais e dá-se mais. Portanto, quem promete mais e dá mais, cria

essa perceção de que se deve mais dinheiro. Mas a perceção acontece porque as pessoas agora têm a liberdade de dizer que lhes devem. Já na altura do Partido Socialista, ai do empresário que, em praça pública, dissesse que lhe deviam dinheiro.

As reuniões na Câmara de Comércio eram feitas à porta fechada, para ninguém saber quem lá ia.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Ui, ui!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tenha santa paciência!

O Orador: Os empresários de saúde iam lá, já depois do pôr-do-sol, pedir ao Presidente da Câmara de Comércio: "Por favor, falem com o Sr. Vice-Presidente Sérgio Ávila, mas não falem em horas e dias que ele esteja muito chateado, porque senão não vendem mais nada para o hospital." Essa era a realidade.

E como é que era na saúde? Na saúde era assim: pagava-se primeiro aos que reclamavam, depois pagava-se aqueles que cobravam juros, depois pagava-se aos que faziam telefonemas; os outros iam ficando para escanteio — *Chuta para canto*, numa linguagem futebolística. Não se pagava a ninguém. Esse sistema é insustentável.

E também, Sr. Secretário da Agricultura, o senhor insiste nos rateios, e foi uma boa medida, mas com um orçamento regional. Ou, um dia, a República ou a União Europeia assumem isso, ou qualquer dia o senhor leva o orçamento todo da Região em rateios e isso é um problema.

O senhor é a maior vítima dessa questão da falta de pagamentos, porque também prometeu muito — e tem cumprido — mas a um ritmo muito lento.

E também lhe falo dos caminhos, pois o senhor disse assim: "É sempre possível encontrar um caminho com buracos." Eu digo de outra maneira: "É impossível encontrar um caminho que não tenha buracos."

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Tenha um bocadinho de respeito à realidade!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

O Orador: Neste momento, a situação é essa — está tudo esburacado.

Sr. Secretário, por vezes um asfalto frio tapava alguns buracos, o Sr. Secretário sabe. O senhor anda nos caminhos, e os caminhos agrícolas estão a uma desgraça. Foi transferida verba para as juntas de freguesia. Convém aqui explicar se houve um reforço de verba para os caminhos agrícolas.

Resumindo isto tudo, eu acho que há que falar a verdade às pessoas: o Governo Regional tem uma parte burocrática e de deficiência administrativa. Eu acho que o fundamental aqui é mesmo a falta de equilíbrio orçamental. Há uma falta de dinheiro, uma falta de tesouraria, que é alarmante, e isso cria dificuldades a nível do investimento.

Eu falo por muita gente: hoje em dia, há empresários que, mesmo com taxas de participação de 50 %, 60 % ou 70 %, não fazem investimento; já têm medo dos atrasos de pagamento e não se conseguem financiar na banca.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas então afinal há medo?

O Orador: Isto vai ser um problema também a nível do investimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço o uso da palavra, primeiro porque aguardo as respostas do Sr. Presidente do Governo sobre a previsibilidade de quando serão pagos os apoios que estão em falta em vários setores, e depois para dizer o seguinte aos Srs. Secretários que usaram da

palavra, porque deve haver aqui alguma confusão, …

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não há nada, o senhor é que está a fazer confusão!

O Orador: …porque os relatos e as informações que nós temos não correspondem àquilo que os senhores dizem.

E, portanto, haverá alguém a mentir…

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o senhor!

O Orador: …e nós usaremos os instrumentos necessários para esclarecer isso. Relativamente à referência da Sra. Secretária da Saúde sobre as casas de saúde, bom, pelo menos uma Casa de Saúde não recebia desde abril.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Qual é? Qual é?

O Orador: Em agosto, teve uma fatura paga e a dívida mantém-se nos 2,5 milhões de euros.

Relativamente à Sra. Secretária da Educação e Desporto, quero dizer-lhe o seguinte: eu não disse nada diferente do que aquilo que a senhora disse. Eu disse que a senhora publicou o despacho com os apoios a conceder, utilizando a mesma metodologia que era usada no passado, e fez crer que a publicação desses mapas era a concessão do apoio. Sabemos bem que não, que a distância entre a publicação em Jornal Oficial e a concessão dos apoios é grande…

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sempre foi!

O Orador: …e, aliás, continuam esses apoios por conceder.

Relativamente ao desporto, Sra. Secretária, tenho relatos de vários clubes desportivos que não receberam os apoios relativos à época passada e, portanto, alguém aqui está a mentir e isso será devidamente esclarecido.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Qual é a fonte?

O Orador: Sr. Secretário da Agricultura, dizer-lhe mais uma vez que as suas referências ao passado sobre os cortes do PS na agricultura são, no mínimo, risíveis e primárias.

Isso é absolutamente lamentável. Basta olhar para o trabalho que foi desenvolvido na área da agricultura, no passado, para perceber que o senhor está a faltar à verdade. Aliás, essas suas referências ao passado são, sobretudo, um grande desrespeito para com os agricultores da nossa Região…

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): O senhor cortava e enganava os agricultores!

O Orador: …que, durante anos e anos, trabalharam e se esforçaram para termos a agricultura que, felizmente, temos nos dias de hoje.

E, para terminar esta intervenção, Sras. e Srs. Deputados, continuamos a aguardar — porque é isso que se impõe num debate sobre incumprimentos — que o Governo nos explique, nos diga e informe quem está lá fora a acompanhar este debate, quando é que vai pagar os apoios que estão em atraso nos diversos setores, porque não há um único departamento do Governo que não tenha apoios em atraso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que retomem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Presidente: Vamos retomar então os nossos trabalhos com a intervenção do Sr. Deputado João Mendonça. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje reunidos para um debate de urgência suscitado pelo Partido Socialista sobre alegados incumprimentos do Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): "Alegados" não!

O Orador: A iniciativa é legítima, mas obriga-nos a colocar as coisas no devido lugar e a distinguir entre o que são acusações falsas e o que são factos objetivos.

Permitam-me, nesta intervenção, centrar-me sobretudo na agricultura. Falo deste setor porque é aquele que melhor conheço melhor, pela experiência direta de agricultor na ilha do Corvo.

Sei, portanto, o que representa para os nossos agricultores cada pagamento que entra ou cada apoio que falha, e é com essa consciência prática que me pronuncio.

E os factos são claros: os fundos comunitários — PRORURAL+, POSEI, PRR e PEPAC — estão pagos e em dia. Não há atrasos. Pelo contrário, há uma gestão mais célere. O PRORURAL+, que antes era processado mensalmente, passou a ser pago de forma bimensal, precisamente para acelerar os fluxos e dar maior estabilidade aos agricultores.

Foi este Governo que eliminou os famosos rateios, que durante anos penalizaram quem trabalhava e investia. Hoje, cada agricultor recebe a totalidade do que lhe é devido.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito bem!

O Orador: E mais: entre 2021 e 2025, os apoios foram reforçados em mais de 16 milhões de euros, garantindo maior justiça e maior capacidade de resposta às necessidades do setor.

Mas não fico por aqui. Foram criadas novas medidas que há muito eram necessárias,…

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Ora bem!

O Orador: …como o suplemento do Prémio ao abate de bovinos machos e o apoio às sementes.

É verdade que estes novos programas estão a ser pagos de forma faseada.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Exatamente!

O Orador: Mas isso não é sinal de incumprimento — é sinal de responsabilidade. O faseamento permite abranger todos os beneficiários, garantindo que ninguém fica para trás.

Assim, ao contrário do que aqui se disse, o Governo Regional cumpre as suas obrigações e tem a coragem de avançar com medidas adicionais. Onde antes havia promessas, hoje há resultados; onde antes havia bloqueios, hoje há execução. E é justamente aqui que o PPM quer deixar a sua nota.

Consideramos essencial que haja debate político regular sobre a governação regional, porque só através da discussão transparente é possível garantir a eficácia das políticas públicas e responder com seriedade aos desafios que se colocam à nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, o PPM não deixará de defender que a verdade dos factos deve prevalecer sobre a retórica fácil. A Região merece trabalho, clareza e compromisso com quem produz e com quem, todos os dias, constrói o futuro dos Açores. E digo-o com a autoridade de quem fala não só como deputado, mas também como agricultor da ilha do Corvo, que conhece a verdadeira realidade do setor agrícola.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça a favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo deste debate, nós assistimos a um processo de negação do Governo Regional — negação e algum desnorte. Porque o Governo tem passado parte do debate de hoje e de ontem a falar de uma economia que estará bem. Mas, de facto, não se percebe porque é que a economia está tão bem, como afirma o Governo estar, e porque é que então não cumpre com o que promete.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Cumpre, sim!

O Orador: Não cumpre com os investimentos, não cumpre com os pagamentos, não cumpre com grande parte daquilo que deveria estar em execução. Essa é uma contradição que o Governo tem que explicar.

E depois, também, se a economia está tão bem, porque é que é preciso o tal Plano de Redução da Despesa, anunciado ontem aqui neste Parlamento? Se está tudo tão bem, nós esperaríamos que, estando a economia bem, não estaríamos aqui a discutir incumprimentos do Governo Regional.

Esta segunda intervenção foi motivada por alguns anúncios de supostos cumprimentos que o Governo acabou por fazer ao longo das suas intervenções.

E há um incumprimento também que, aproveitando a intervenção do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, é reiterado: as perguntas que os deputados fazem ao Governo, mas que ficam sem resposta.

Há duas que eu gostaria de reiterar, porque, para além de existirem 16 requerimentos por responder fora de prazo, há dois que eu gostaria de perguntar, que têm exatamente a ver com o incumprimento.

Deputado Berto Messias (PS): Não posso crer, Sr. Secretário!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deve ser engano!

O Orador: Um deles está por responder desde julho e tem a ver com as dívidas dos hospitais à EDA, que a Sra. Secretária Regional da Saúde disse que já estavam pagas. Nós perguntámos em junho e, desde julho, já devia ter sido respondido. Pedimos os planos de pagamento relativos a todas as dívidas a fornecedores do Serviço Regional de Saúde. No caso da EDA, sabemos que são 26 milhões de euros que estavam em dívida, segundo dados do Governo Regional.

Porque o Governo Regional, ao longo dos anos em que foi governo — este governo do PSD, CDS-PP e PPM — também não pagou a conta da luz dos hospitais. Verdade seja dita: pouco pagou. Porque diz que paga, mas afinal também não paga.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Herdou 15 milhões!

O Orador: E nós queremos saber o que é que já foi pago e qual é a taxa de juros, se é aquela mesma taxa de juros de 7 % que queriam pagar relativamente à iluminação pública. E nós já perguntámos isso em junho, por isso fico a aguardar pela resposta.

Também perguntámos sobre os incumprimentos que os TSDT, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, levantaram em junho. E nós perguntámos também relativamente a atrasos nos pagamentos dos retroativos, …

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não há atrasos!

O Orador: …dos posicionamentos relativamente aos aceleradores de carreira. E onde é que está esse pagamento? Essa pergunta foi feita e já devia estar respondida há mais de um mês, Sra. Secretária. E eu pergunto sobre o incumprimento do prazo de resposta e o incumprimento que os trabalhadores também alegam.

Por isso, fico a aguardar. Ainda tenho 30 segundos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições, neste momento.

Pausa.

Sr. Deputado Paulo Simões, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente este debate e, à medida que o ouvi, veio-me à memória, não uma frase batida, mas algumas coisas que aconteceram.

Desde logo, relembro — talvez tenham esquecido — o resgate financeiro que esta Região teve que fazer em 2012 e que levou à assinatura do célebre memorando.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Eu relembro: foi um resgate de cerca de 185 milhões de euros — 135 milhões de financiamento direto à Região, que não tinha dinheiro para fazer face às suas incumbências financeiras e mais 50 milhões de euros para cessação de contratos com instituições financeiras.

Portanto, estamos a falar de um resgate, esse sim, que condicionou sobremaneira a autonomia dos Açores.

Vozes de alguns Deputado da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Eu relembro: nesse célebre memorando de entendimento, estava lá escrito que a Região tinha que reduzir vencimentos e reduzir o número de funcionários. Para além disso, qualquer documento financeiro desta Região tinha que ir a Lisboa, para o visto prévio do Ministro das Finanças.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Isso sim é comprometer a autonomia e não a imperiosa revisão da Lei das Finanças Regionais.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E, depois, ao ouvir o Sr. Deputado Berto Messias, também viajei no passado e relembro

que, em 2017, o Sr. Deputado, na altura com funções governativas, aplicou um corte de 50 % à difusão para os meios de comunicação social.

Vozes de alguns Deputado da bancada do PSD: Quanto?

O Orador: 50 %! A situação foi tão grave, tão grave, tão grave, que levou a um pedido de reunião urgente de vários jornais dos Açores com o Sr. Deputado, na altura governante, Berto Messias, e à entrega de um manuscrito, de uma carta, subscrita pela maioria dos jornais desta Região, a dizer só isto: "Se isto avançar, há o risco de despedimentos e de os jornais fecharem portas."

E, portanto, quem, no passado, fez isto agora tem um discurso como aquele que ouvimos aqui. A isto chama-se não ter memória — para não chamar outra coisa.

A verdade é esta e a história é sempre bom ser relembrada nesta Casa.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, estamos em condições de partir para o encerramento do debate, é isso?

Pausa.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito poucas vezes, ao longo de todos estes anos que estou no Parlamento, tive a

oportunidade de verificar que nunca um deputado foi tão desmentido em relação aos factos que apresentou como o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

O Orador: Em quase todos os exemplos que apresentou, foram-lhe aqui apresentados factos de que o senhor não estava a dizer a verdade.

E quando, em aparte, lhe foi perguntado: "Mas qual instituição? Que instituição?", o senhor não tinha exemplo; dizia: "Uma, uma instituição." E não teve oportunidade, não teve a presença de espírito — ou se calhar não existe —de dizer e de identificar.

O que lhe quero dizer, Sr. Deputado Berto Messias, é que existem procedimentos legais que têm de ser cumpridos. Era só que faltava! Que o Governo viesse a ser acusado de não cumprir aqueles que são os procedimentos administrativos, aqueles que são os procedimentos legais, até proceder aos pagamentos. Se fosse ao contrário, se esses procedimentos não estivessem a ser executados de acordo com a lei, estaria agora o Governo a ser aqui acusado de populismo, estaria aqui a ser acusado de estar agora a pagar por causa das eleições autárquicas.

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

Eu tenho a certeza absoluta de que essa seria a leitura que os senhores agora estariam aqui a fazer. Mas o que ficou demonstrado, neste debate, é que o Governo cumpre os procedimentos, …

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: …é que o Governo paga aquilo que tem de pagar e paga os seus compromissos.

Quero também dizer-lhe, sobre o que foi aqui afirmado por alguns partidos, de nós fazemos referência ao passado, a rostos do passado. Mas vejam as intervenções que foram realizadas pelo Partido Socialista e pelos seus protagonistas: exatamente, o Sr. Deputado Berto Messias, um rosto do passado, e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, outro

rosto do passado.

O que é que querem que o Governo faça, ou eu, numa situação destas?

Deputado José Miguel Toste (PS): O senhor também é um rosto do passado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor é uma frescura!

O Orador: Querem que eu faça de conta que estou a falar com uma turma de 8.º ano? São rostos do passado.

Ainda por cima, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vem aqui dizer: "Se eu tivesse esse crescimento económico, o que é que eu não faria?" Foi este o sentido das suas afirmações.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas que sentido?

O Orador: Não, o senhor não teve esse crescimento económico porque o seu Governo não conseguiu implementar as políticas para o realizar e para o conseguir, Sr. Deputado.

É por isso que o senhor não teve o crescimento económico que a Região tem, porque nós tomámos as posições políticas a este respeito e as decisões que tivemos de tomar.

Em relação à gola laranja, também gostava de dizer que o Governo…

Deputado Nuno Barata (IL): Não tem nada a ver com isso?

O Orador: …desconhece em absoluto, não é o responsável pela criação dessa gola.

Risos do Deputado Nuno Barata (IL).

Pode ser alguém que gosta de laranjada, mas o Governo, em relação a essa matéria, não tem, evidentemente, qualquer responsabilidade na produção e na divulgação dessa gola.

Dizer também que houve aqui, da parte do Partido Socialista, uma tomada de posição que ficou bastante evidente: o Partido Socialista privilegia o orçamento, privilegia o tal equilíbrio orçamental. Uma coisa que, aliás, o Partido Socialista privilegiava mas não conseguiu fazer e que o Governo respondeu com crescimento económico, com

ambição, com uma duplicação do PIB no prazo de duas legislaturas, ou seja, algo extraordinariamente elevado, algo nunca alcançado na nossa história. Isso é muito, muito relevante e vimos que, da parte do Partido Socialista, há um discurso muito antigo: é o discurso do equilíbrio orçamental, …

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, privilegia o pagamento.

O Orador: …que é o discurso dos cuidados orçamentais, dos impostos para pagar obrigações e, de repente, esse discurso é um discurso que lembra muito o passado. Não resolveu nada, o desenvolvimento das populações não se fez, o Estado era rico, tinha os cofres cheios, mas o povo vivia na miséria.

Deputado José Miguel Toste (PS): Isso era na monarquia

O Orador: Não é essa a forma de desenvolvimento que queremos para os Açores. Queremos uma Região rica, com população com poder de compra, uma população cada vez mais próspera, como a que estamos a conseguir, como o Governo dos Açores está a conseguir.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor. Para o encerramento do debate, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero reiterar tudo aquilo que disse daquela tribuna.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Foi desmentido!

O Orador: Tudo aquilo que afirmei sobre os apoios que estão em atraso em todos os departamentos do Governo Regional não foi, nem de perto nem de longe, desmentido pelo Governo Regional.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Foi, foi!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E, mais grave do que isso, Sr. Secretário, é que quem está lá fora a assistir a este debate, quem está lá fora a dirigir instituições, …

Deputada Andreia Cardoso (PS): Está a mandar mensagens!

O Orador: …quem está lá fora a governar a sua vida, sabe que aquilo que eu estou a dizer é absolutamente verdade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores falam de indicadores. Faz lembrar aquela frase icónica do atual Primeiro-Ministro, quando era deputado, que dizia, quando estava cá a troika,: "Portugal está melhor, mas os portugueses estão pior."

As pessoas não comem indicadores, não vivem de indicadores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O desemprego não é um indicador?! E não melhora a vida das pessoas?!

O Orador: Ninguém, na sua vida, sente essa afirmação que o Sr. Secretário faz reiteradamente. Estamos a caminho do pleno emprego nos Açores, em Portugal continental, na Madeira e por essa Europa fora, fruto de uma conjuntura favorável que, felizmente, acontece.

Sabemos também — e o Sr. Deputado Nuno Barata referiu isso de forma muito correta — o peso que tem tido, felizmente, o crescimento, já há cerca de uma década, do setor do turismo também na nossa Região, que incute bons indicadores na dinâmica económica e social da nossa região.

Mas a verdade é que aquilo que sabemos hoje é que tudo aquilo que depende do Governo Regional, tudo aquilo que decorre da responsabilidade direta do Governo Regional ou não anda, ou anda devagarinho.

Há uma perceção generalizada que nós temos um Governo cansado, sem energia, sem visão de futuro.

E aquilo que se impunha, neste debate, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, é que num debate no Parlamento em que estamos todos aqui sentados, e o Governo também — e tem 25 minutos — num debate sobre incumprimentos do Governo Regional era que o Governo aqui viesse e esclarecesse todos aqueles que estão lá fora, e não recebem há muito tempo, quando e como vão receber os apoios que lhes são devidos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E eu lamento que o Governo não tenha gastado 30 segundos do seu tempo para esclarecer isso…

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: …porque isso degrada em muito a confiança e a credibilidade das instituições públicas da nossa Região, independentemente do Governo e do partido que lidera o Governo.

Custa-me muito dizer isto, pelas responsabilidades institucionais que já tive e que espero continuar a ter. Custa-me muito dizer isto: hoje, o Governo dos Açores é um problema para a vida económica e social da nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, terminamos assim este Debate de Urgência.

Proponho que encerremos os nossos trabalhos para o almoço e regressemos às 15 horas para o ponto 6 da nossa agenda.

Eram 12 horas e 27 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos, entrando no ponto 6 da nossa agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XIII – "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Os tempos para a discussão, debate e votação deste diploma são os seguintes: o Governo, PSD e PS 20 minutos, cada, o CHEGA 14 minutos, o CDS-PP 12 minutos, as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e do PAN 10 minutos, cada.
Para a apresentação da iniciativa, tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.
Deputada Inês Sá (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Estou certa de que nos dias que correm, todos aqui presentes, sem qualquer exceção, reconhecemos que a creche não é apenas um espaço de acolhimento. É ali que começa a construção do futuro, que se desenvolvem capacidades cognitivas, sociais e emocionais. Mas nenhuma creche cumpre a sua missão sem os seus educadores — profissionais que cuidam, orientam e educam com dedicação.
É, por isso, um imperativo social dignificar a profissão, assegurando salários justos, estabilidade e igualdade de tratamento. Não podemos continuar a aceitar que educadores com a mesma formação e responsabilidade tenham direitos diferentes, apenas porque exercem funções em contextos institucionais distintos.
A iniciativa do Partido Socialista, hoje em debate, obriga-nos a uma reflexão séria sobre um tema que merece a nossa preocupação, e a de muitos educadores de infância, que se sentem injustiçados pela redação dada ao Decreto Legislativo Regional n.º

23/2023/A, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores, que veio (e bem!) reconhecer o tempo de serviço em creche para efeitos de reposicionamento na carreira docente, mas deixou de fora a possibilidade de fazer retroagir esta alteração.
Esta lacuna, por muitos só percetível aquando do pedido de ingresso no ensino público, cria inevitavelmente uma desigualdade inaceitável.
Contrariamente ao que a Sra. Secretária Regional da Educação e Desporto afirmou em sede de comissão, o Partido Socialista entende que não é de todo razoável que educadores e educadoras que deram anos da sua vida ao serviço de uma IPSS ou numa instituição privada, em valência de creche, caso decidam deixar o seu lugar de origem e ingressar no ensino publico, vejam o seu tempo de serviço apagado, como se apenas em 2023 tivessem iniciado a sua profissão docente.
Neste âmbito, e porque estou convencida que muitos dos temas trazidos a esta Casa, quer pela sua complexidade, quer pelo conhecimento técnico que o debate exige, nem sempre conseguem transmitir, a quem nos vê e ouve, aquilo que verdadeiramente está em causa, permitam-me usar da simplicidade, e socorrer-me de um exemplo concreto relativamente a esta iniciativa. Imaginem dois educadores de infância: ambos fizeram a sua licenciatura na nossa universidade; ambos concorreram para uma mesma IPSS; um ficou colocado na creche, e o outro no Jardim de Infância, trabalhando cada um deles 35 horas/ semana. Considerando que atualmente, no que à educação diz respeito, as IPSS aplicam a Tabela Salarial da Função Pública nas suas instituições, ambos os educadores são colocados no mesmo escalão, e a ambos é atribuído um vencimento base de igual valor.
Passados 10 anos, estes mesmos educadores que, até aqui, exerceram as suas funções na mesma instituição, com iguais competências e igual tempo de serviço, decidem, até pela conjuntura atual em que vivemos, no que à escassez de recursos humanos nas nossas escolas diz respeito, ter chegado o momento de tentarem ingressar na função pública. Ambos conseguem ficar colocados e concretizar o seu desejo!
Mas como em todas as histórias, esta também tem um mas… Ao abrigo da legislação

em vigor, estes educadores para ingressarem na função pública necessitam de solicitar à Direção Regional da Educação um documento que certifique o tempo de serviço já cumprido, para assim serem integrados na carreira docente no escalão correspondente. E é aqui que aquilo que sempre fora igual, passa a ser diferente: porque o educador que esteve 10 anos a exercer funções em valência de creche, apesar de ver o seu tempo reconhecido para a maioria dos efeitos, não vê esse tempo reconhecido para efeitos de progressão, sendo apenas considerados os anos realizados a partir do ano de 2023, data em que entra em vigor uma nova redação do Estatuto da Carreira Docente.

A consequência mais lesiva do não reconhecimento deste tempo de serviço, ignorado apenas para este efeito, é que o docente que exerceu funções em valência de creche vai integrar na carreira, como se apenas tivesse 2 anos de serviço, e o outro será integrado no escalão correspondente, considerando os 10 anos em que esteve ao serviço num Jardim de Infância, o que, naturalmente, acomoda vencimentos diferentes.

Ora, se o Partido Socialista reconhece, (aliás como já o fez em sede de comissão e noutros debates havidos nesta Casa), sem qualquer tipo de reserva, os aspetos positivos que a revisão feita, em 2023, acrescentou ao Estatuto da Carreira Docente, com impacto direto na vida dos docentes, não pode, nem deve, deixar de identificar e denunciar a injustiça e a falta de equidade que a redação atual deste documento determina.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está hoje nas nossas mãos a possibilidade de corrigirmos esta situação, aprovando o Projeto de Decreto Legislativo que o Partido Socialista hoje apresenta, de forma séria, responsável, construtiva, e acima de tudo comprometida com a valorização da carreira dos nossos docentes.

Cabe, por isso, a esta Assembleia agir com celeridade e firmeza, honrando o princípio da justiça e da equidade que esta classe nos merece.

Porque valorizar os educadores, é valorizar a infância, a educação e o futuro da nossa sociedade.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor, tem a palavra.
(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Este debate só acontece porque o Governo da coligação criou o instrumento legal para a contagem de tempo de serviço em creche e fizemo-lo em 2023.
Deputado José Miguel Toste (PS): Se tivesse resolvido para trás!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deixem-me ser muito clara: quem inscreveu, na lei, a dignificação do trabalho dos educadores de infância, a valorização do trabalho que eles desempenham nas várias valências, seja pela equiparação do seu tempo semanal de trabalho a todos os restantes ciclos e níveis de ensino, repondo uma injustiça de há anos que não era contemplada pelos governos anteriores do Partido Socialista, seja por se inscrever a valorização do trabalho em creche para todos os efeitos, foi o Governo da coligação.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

No passado, nos governos socialistas, em sucessivos anos, às mesas de negociação para a alteração do Estatuto da Carreira de Docente …

Deputado José Miguel Toste (PS): No passado!

A Oradora: É preciso falar do passado porque nós estamos a falar de retroativos, Sr. Deputado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: O Governo do Partido Socialista nas negociações de alteração do Estatuto da Carreira de Docente sempre, repito, sempre – e eu estava sentada às mesas negociais – sempre rejeitou a valorização desse tempo de serviço.

Na altura, não nos disseram que seria por questões economicistas, de dificuldades financeiras, esse nunca foi um argumento utilizado. O argumento é que não conseguiam valorizar um tempo que não era certificado e não podiam garantir que regimes diferenciados e creches diferenciadas tivessem todos a mesma dignidade e a mesma dignificação em termos daquilo que era a certificação do trabalho que era aí desempenhado.

E é aqui que reside o nosso problema: é que hoje, o Partido Socialista vem propor que nós consigamos fazer o que os senhores nunca fizeram no passado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Nós bem sabemos, e os professores e os educadores bem sabem, que este Governo tem feito tanto e tão bem pela classe docente. Agora, o que a gente não pode fazer, de forma alguma, é reescrever o passado.

Deputado José Miguel Toste (PS): Nem prever o futuro!

A Oradora: Sendo certo que houve educadores e creches com serviço de qualidade e todos nós conhecemos profissionais devidamente qualificados que desempenharam, e

bem, este serviço com projetos pedagógicos, nós não podemos, contudo, garantir a certificação da qualidade do serviço desempenhado no passado, quando os senhores nunca o quiseram certificar à altura.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Ora, como eu disse, sobre o passado, em coerência com esta dignidade docente, nós não podemos comprometer-nos com uma certificação de qualidade de situações do passado, quando estas não eram controladas, nem tão pouco eram do conhecimento de todos os interessados.

O passado não se reescreve, Sr. Deputado, corrige-se. Não podemos garantir a equidade aplicada a situações passadas, bem distintas umas das outras. E vou usar também um exemplo. No passado, nós tivemos dois educadores de infância, dois até na mesma creche: um queria concorrer ao público para se aproximar de casa; todos os anos, pedia uma certificação do tempo de serviço para poder concorrer e tem um documento do tempo de serviço na mão. O outro, que não queria concorrer para ficar perto de casa, não queria por várias razões, não pedia essa certificação, porque ela só servia para efeitos de concurso. E hoje, passados 20 anos, para uns tenho uma declaração, para outros que fizeram exatamente o mesmo trabalho, não tenho garantias de me poderem dar essa certificação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porquê?

A Oradora: Digam-me lá que equidade é esta que nós estamos aqui a tratar?

Podemos corrigir o passado dispondo para o futuro e foi o que este Governo fez: alterou a lei, repôs a justiça, criou condições de igualdade para o futuro de todos os educadores, porque se nós tivéssemos a mínima dúvida da qualidade desse serviço, nós nunca, refiro e repito, nunca teríamos alterado a lei para certificarmos esse tempo de serviço.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.
Agradeço que se inscrevam.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.
(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Foi apreciada nesta Assembleia uma petição a alertar para a discriminação introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023, 26 de junho, para os educadores de infância da valência de creche, que, quando concorrem para funções públicas, apenas lhe é reconhecido o tempo de serviço para progressão na carreira a partir de 2023, ao contrário dos restantes docentes.
Na altura, discordámos da transição por concurso entre o setor privado e público, com reconhecimento à antiguidade apenas para os docentes e mantemos essa discordância.
Continuamos a defender que todas as profissões são importantes para a sociedade açoriana. Ao criar-se uma situação de exceção para a carreira docente, por reconhecimento do tempo de serviço na sua atividade privada, quando decide concorrer a serviços públicos, cria-se situações de injustiça em relação a outros profissionais.
Contudo, é um facto consumado que não podemos alterar. Mas podemos corrigir a situação dos docentes da valência de creche, que são os únicos que não têm essa prerrogativa.
Em abono da verdade, o Governo Regional dos Açores detetou essa situação e corrigiu esta desigualdade, mas apenas a partir de 2023.
Fica a questão: porque o tempo de serviço prestado antes de 2023 tem menos valor?
Reconhecemos que o PS esteve atento a este problema e apresentou uma proposta para solucionar. É postura do CHEGA defender soluções, quer sejam propostas por este

partido, quer por outros, independentemente da sua cor partidária.

A preocupação do CHEGA é com os cidadãos, pelo que vamos votar favoravelmente esta proposta.

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do CH.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apreciamos o Projeto de Decreto Legislativo Regional do Partido Socialista, que pretende alterar o atual Estatuto da Carreira de Docente, com vista a reconhecer o tempo de serviço prestado nas valências de creche às educadoras e educadores, no tempo anterior à aprovação do atual estatuto em 2023.

Esta alteração e esta medida, como dissemos aquando da apreciação da petição que reivindicava isso mesmo, é justa. É justa não só porque não sucedeu nenhuma alteração no trabalho das educadoras na valência de creche em 2023. Ele é idêntico ao trabalho que se fazia no passado. As creches, Sra. Secretária, são licenciadas, certificadas, as educadoras estão formadas e não há nenhum motivo para ser impossível fazer a certificação que a senhora refere.

A Sra. Secretária encontra inúmeros obstáculos para concordar com esta proposta. Mas esses obstáculos burocráticos que aponta cheiram a má vontade. E, de facto, era bom admitir que é preciso fazer um esforço para reconhecer a justiça da medida. E, muitas vezes, falar do passado pode ser muito interessante para o debate político no Parlamento, mas não diz nada às pessoas.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Diz, diz!

Retroativos é passado!

O Orador: Não diz nada a quem espera que tenha a sua reivindicação atendida, o seu problema resolvido.

E, de facto, é preciso olhar para o futuro. E o futuro, e aliás já o presente, é um futuro em que é preciso efetivamente valorizar, dignificar, fixar, atrair docentes para a carreira docente e isso faz-se, não negando a quem já está na carreira e deseja ver o seu tempo de serviço reconhecido, faz-se sim, valorizando esse tempo de serviço, faz-se sim, dando o exemplo de que é uma boa carreira para se trabalhar.

Porque sabemos muito bem do problema que temos entre mãos, da falta de professores, que sabemos muito bem que irá aumentar, porque não há formação de professores suficiente para as necessidades, tendo em conta as sucessivas e o aumento, como é natural, das aposentações, o problema só irá piorar.

Por isso, tudo o que se fizer para que com justiça e não criando desigualdades inaceitáveis — que não é o caso — , tudo o que se fizer com justiça para fixar, atrair e efetivamente reconhecer o tempo de serviço e melhorar as condições dos docentes, são medidas importantes para valorizar a carreira.

E, por isso, nós acompanhamos a proposta. Iremos votar favoravelmente, porque efetivamente é justo, é correto e deveria ter sido feito aquando da aprovação do atual Estatuto da Carreira Docente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou repetir aquilo que os meus colegas já disseram, porque corroboro na íntegra e vou votar favoravelmente esta iniciativa, da mesma forma que publicamente já demonstrei sempre isso a todos os educadores — isto era uma injustiça que seria feita — mas também queria aproveitar este tempo para também dizer que os educadores

estão para as nossas crianças, como os professores estão para os nossos jovens. A burocracia que aconteceu há uns anos, relativamente aos professores, que cada vez retirou-se mais a proximidade do professor com o aluno, devido a burocracia administrativa, está a acontecer também aos educadores. E nós temos de arranjar formas de colmatar essa diferença, que temos sim burocracia administrativa, mas não tem de ser feita pelos educadores.

Aproveito também para dizer outra coisa que é muito importante: os auxiliares de educação também não podem ser esquecidos. E da mesma forma que há a reivindicação da parte dos educadores, também há a reivindicação da parte dos auxiliares de educação, nomeadamente dentro da valência de creches e é algo que nós também temos de discutir, a curto prazo, aqui neste Parlamento.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade, sim senhor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate que hoje temos aqui não é novo, aliás, já foi suscitado no passado, quando o próprio Partido Socialista estava no Governo, sem que esta proposta tivesse sido acolhida. E, obviamente, que nunca é tarde para mudarem de opinião, mas agora temos também, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que até pode explicar aqui à Câmara, a razão de, durante anos sucessivos, nunca ter acolhido esta proposta, nunca ter permitido que, de facto, ela fosse implementada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É uma pergunta que fica aqui no ar.

De qualquer forma, num passado recente, houve uma petição sobre esta matéria e agora volta, por via de uma iniciativa legislativa apresentada pelo Partido Socialista.

Nós estamos, de facto, perante uma questão que toca aqui diretamente na valorização

do trabalho realizado em creches, no reconhecimento das funções dos educadores de infância.

Por um lado, Sras. e Srs. Deputados, importa reconhecer o mérito dos argumentos que foram trazidos, na altura, pelos peticionários, pelos próprios educadores de infância com quem todos nós falamos, e percebemos que, de facto, aliás, sempre foi esse o entendimento, que a educação dos 0 aos 3 anos é um pilar fundamental do desenvolvimento das crianças. Foi sempre este o entendimento de todos nós e este trabalho que é prestado em creches não pode ser nunca visto com menor valor.

E, precisamente devido a isso, este Governo, como já foi dito, teve este entendimento e foi quem, de facto, deu um passo significativo na valorização da carreira destes trabalhadores, não tivesse sido este Governo a apostar nas creches gratuitas, não tivesse sido também este Governo a valorizar o trabalho realizado em creches com a revisão do estatuto da carreira docente em 2023.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Por outro lado, nós não podemos ignorar algumas reservas que foram levantadas em comissão e que já foram aqui elencadas pela Sra. Secretária Regional da Educação, que a retroatividade da medida levanta algumas dificuldades de certificação e também a questão do possível impacto orçamental. Não podemos quantificar, aferir com rigor quanto é que poderá custar, mas a verdade é que terá um impacto e vamos ter de pagar, obviamente, esta fatura.

Não quer dizer que estamos contra as educadoras de infância, estamos a alertar. E alertar porquê? Porque ainda ontem e hoje tivemos debates sobre a despesa da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

A Oradora: Ora, por um lado, quer o Partido Socialista reduzir a despesa; por outro,

apresenta medidas que vão aumentar a despesa. E só para dizer que não podemos ter o melhor dos dois mundos. Este Governo está, de facto, a investir nas pessoas; não é uma despesa, é um investimento nas pessoas e isso, obviamente, tem um impacto no orçamento da Região.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado José Miguel Toste (PS): É só votar a favor e está o investimento nas pessoas.

Deputado Berto Messias (PS): Quer investir nas pessoas, vote a favor.

A Oradora: E só para relembrar a todos que, na educação, as transferências cresceram 45 % entre 2019 e 2025.

E digo mais, só entre 2024 e 2025, foram investidos cerca de 32 milhões de euros para a carreira docente, tanto para a sua valorização, como para dar resposta a tudo aquilo que está previsto no Estatuto.

Portanto, agora, Sras. e Srs. Deputados, devem estes educadores ser os sacrificados? Não, também não concordamos, mas temos de ser coerentes. Nós não podemos é querer uma coisa e o seu contrário, ao mesmo tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: De facto, o Partido Socialista teve aqui uma forte responsabilidade em todo este processo, porque foi durante os governos do Partido Socialista que nunca se contou com este tempo e arrastou-se o problema. Portanto, este Governo o que tem feito sucessivamente é reparar os erros que vêm de trás e que foram feitos pelo Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

A Oradora: Isto para dizer que não podem agora apresentar-se como "os salvadores" de uma situação que foi criada por V. Exas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Assim, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, aquilo que nós consideramos é que, entre a legítima aspiração à justiça e a necessária prudência orçamental e administrativa, cabe a esta Assembleia encontrar um equilíbrio. E não se trata apenas de reparar uma desigualdade, mas também de garantir que a solução seja tecnicamente exequível, que seja financeiramente confortável e equitativa para todos os profissionais de educação.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Berto Messias (PSD): Se a senhora quer investir nas pessoas, vote a favor desta proposta!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Valorizar as pessoas, valorizar os açorianos, valorizar os profissionais da educação, se há governo que tem feito isso, de uma forma exemplar, é o governo desta coligação PSD-CDS-PPM.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não recebemos lições de moral de ninguém …

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que atitude arrogante!

O Orador: isto não é uma atitude de arrogância, isto não é uma atitude de arrogância, como já está a Sra. Deputada Andreia Cardoso eriçada, julgando que isto é uma atitude de arrogância. Não é, eu estou só a verbalizar aquilo que este Governo de coligação e estes partidos de coligação têm implementado, desde o final de 2020, quando assumiram a governação dos Açores. Tão só isso! É marca identitária desta coligação valorizar os trabalhadores, valorizar, neste caso, os profissionais da educação. E, portanto, não aceitamos lições de moral.

Apartes impercetíveis das Deputadas Andreia Cardoso e Inês Sá (PS).

O Orador: E, portanto, argumentar que reconhecer este tempo a estes trabalhadores das IPSS é valorizar os educadores, é valorizar a educação, como que se fosse desprezar esses trabalhadores e desprezar a educação e desprezar as crianças, não reconhecer esse tempo. Esse argumento, nós não aceitamos.

E, portanto, Sra. Deputada Inês Sá, se há coisa que fizemos, e não foi preciso nenhum partido vir aqui exigir, não foi preciso nenhuma petição, não foi preciso rigorosamente nada, foi em 2023 alterar o Estatuto da Carreira Docente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E foi por nossa iniciativa que o fizemos. E foi por nossa iniciativa que decidimos que a partir dessa data — porque não se legisla para o passado — o tempo de serviço era contabilizado, porque foram criados os mecanismos para certificar esse tempo de serviço. Portanto, a partir do momento em que entra em vigor essa norma de contagem do tempo de serviço, obviamente estão criados todos os mecanismos que certificam que, efetivamente, esse tempo de serviço foi prestado e tem valor para os efeitos que

forem tidos, de acordo com aquilo que estiver no Estatuto da Carreira Docente.

Essa norma foi aprovada por unanimidade. O Partido Socialista aprovou e não falou de qualquer injustiça, não disse que ficavam de fora educadores de infância.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Que injustiça!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: O Bloco de Esquerda aprovou, achou justo. O PAN também aprovou, a Iniciativa Liberal aprovou, o CHEGA aprovou, o CDS-PP aprovou, o PPM aprovou e o PSD aprovou.

Deputado José Miguel Toste (PS): E agora, em coerência, vamos todos votar a favor.

O Orador: Portanto, desde aquele deputado naquela ponta, até aquele deputado naquela ponta, todos aprovaram. E agora? Agora estamos perante uma grande injustiça. Ah, uma grande injustiça. Então, eu também quero, porque eu também sou funcionário público, e já tinha uma atividade privada antes de entrar na função pública, também quero que me seja reconhecido o meu tempo de serviço passado. É isto, esta vossa proposta abre esta caixa de Pandora. É que a seguir virão outras categorias profissionais também dizer: "fizeram aquilo para os educadores?! Nós também merecemos, nós também somos profissionais. O que é que faz de nós menos que os educadores de infância?" Ah, pois é!

Deputado António Lima (BE): Os outros grupos já está.

O Orador: Portanto, nós criámos os mecanismos para que fosse contabilizado esse tempo de serviço a quem não é funcionário público, querendo entrar na função pública, a partir do momento em que entra em vigor a lei. E, portanto, não legislamos para o passado, porque as leis não são feitas assim. Ou não será assim, Sr. Deputado José Miguel Toste? As leis têm de ser genéricas e abstratas. Não é verdade? Não devem ser

feitas com base em casos particulares. Não é verdade?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual caso particular? Não estamos a falar de uma só pessoa.

O Orador: Manda o bom senso que assim seja. Então, porque é que o PS está a querer legislar com base em casos específicos e particulares? Explique-nos porquê!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que o Partido Socialista e o CHEGA – que entretanto retirou a sua proposta por ter entendido, e bem, que a proposta do Partido Socialista está melhor do que a dele e que vai acompanhar – fizeram um enorme favor ao Governo, com esta sua proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional em causa.

Deputado Berto Messias (PS): Estamos aqui para ajudar.

O Orador: Eu até, quando ouvi em sede da Conferência que o Partido Socialista ia apresentar um debate de urgência neste período legislativo, julguei que seria sobre o arranque do ano escolar, a catástrofe que tem sido o arranque do ano escolar.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Catástrofe?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ainda não acabou?

O Orador: Mas não vamos por aí.

Olha, vou dar-lhe só um exemplo, um exemplo muito simples, porque eu não queria falar desse assunto, porque estamos a falar dos educadores de infância, mas vou dar-

lhe um pequeno exemplo: os horários do Conservatório de Angra do Heroísmo não são compatíveis com os horários do colégio privado de Santa Clara. Isso é só um pequeno exemplo, mas há outros por aí adiante. E se quiserem discutir, para o próximo período legislativo, o arranque do ano letivo, nós discutimos com toda a frontalidade.

Mas há neste debate — com o qual todos concordamos —duas questões que merecem, da minha parte, uma reflexão. Não me parece, em primeiro lugar, que seja muito difícil certificar o tempo de serviço destes profissionais, mas o Governo lá sabe as linhas com que se coze e os mecanismos que tem ao seu alcance.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faça uma proposta da Iniciativa liberal e nós discutimos os horários aqui!

O Orador: Mas eu acho que a própria Segurança Social tem mecanismos que podem certificar o tempo de serviço destes profissionais. Não precisa de ir mais longe, é na Secretaria ao lado.

Mas, uma coisa que me preocupa é, de facto, o custo desta medida. Temos que avaliar o custo desta medida, neste momento. Porque ainda ontem, pela boca do Sr. Deputado Joaquim Machado, aqui foi referido, o custo diário, nas palavras dele, sábados, domingos e feriados incluídos, da saúde, da educação e da segurança social, só destes três importantíssimos departamentos da Administração Pública Regional, e nos quais, a entendimento da Iniciativa Liberal, devem ser concentrados todos os esforços deste Parlamento e do Governo Regional dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado.

O Orador: Não tenhamos dúvidas que os gastos em saúde são um investimento nas pessoas, não tenhamos dúvidas que os gastos na educação são um investimento nas pessoas, não tenhamos dúvidas que os gastos na segurança social são investimentos nas pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Verdade.

O Orador: Mas se desagregarmos estes três setores — e recorri à ajuda do Deputado Joaquim Machado, que é mais experiente nessas áreas, vetusta criatura da nossa

autonomia — são 1 milhão 117 mil euros na educação, todos os dias, sábados, domingos e feriados incluídos. E nós temos que perceber que os recursos dessa Região são finitos, e que os recursos dessa Região não estão a chegar para pagar estes três importantes setores da nossa sociedade.

Agora, uma coisa é certa, é de elementar justiça, repor esta situação. É preciso perceber onde é que vamos cortar, e provavelmente vamos ter de cortar em coisas que ainda hoje ouvimos discutir, de lesa-pátria quase, como os apoios a alguns clubes desportivos, a algumas associações, a algumas atividades culturais.

Em algum lado, vamos ter que cortar. Não sou eu que vou dizer onde é que tem de cortar, o Governo é que tem que perceber onde é que tem de cortar para garantir o tal investimento na saúde, na educação e na segurança social.

Deputado José Pacheco (CH): Na SATA.

O Orador: Mas eu vou dar um exemplo e vou dizer isto até me cansar, e *até que a voz me doa*, para usar a frase do poeta: se tivessem alienado a Azores Airlines, quando eu alertei que devia ser alienada, nem que fosse por um euro, tinham poupado 132 milhões de euros. Dava bastante para isto.

Se, nas tais contas de dias, de semana, feriados, domingos e sábados, seriam 1 milhão e 800 mil euros por dia, nos últimos 2 anos. Tinha dado para cobrir mais de metade da despesa desses três setores, nesses últimos 2 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá** (PS): Obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou acrescentar muito mais àquilo que já foi dito, mas não podia deixar de fazer aqui, pelo menos, dois ou três reparos.

Primeiro, quando o Sr. Deputado Pedro Pinto fala de que o Partido Socialista aprovou esta proposta do novo Estatuto em 2023, aprovou, aprovaria hoje e de facto não reparou

neste problema identificado posteriormente. Mas, mais grave do que isso, é que quem reparou neste problema já nessa altura, em 2023, não o corrigiu, que foi a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como ninguém.

A Oradora: Foi chamada a atenção pelo sindicato relativamente a este assunto, teve a oportunidade de corrigir e não corrigiu.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

A Oradora: Portanto, não é ao Partido Socialista que devem dar lições de moral, nem o senhor que as vai receber, porque eu também não lhe vou dar.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente às medidas para a despesa: ainda ontem o discurso era que este Governo investiu não sei quantos milhões de euros para melhorar as carreiras profissionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quantos? Quantos? Foram muitos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sei quantos, foram muitos!

A Oradora: O Partido Socialista apresentou uma série de medidas para cortar a despesa. Nenhuma delas se referiu a cortar nas carreiras profissionais. Estamos todos de acordo. Aprovem a proposta e as carreiras profissionais, todas elas, ficarão a ganhar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós sabemos cortar!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: Por fim, e sobre todos os argumentos apresentados relativamente à dificuldade da implementação desta medida, que não é de facto, Sr. Deputado Nuno Barata, quantificável, e isso é um problema desta medida. Não é quantificável porque, nem o Partido Socialista, nem ninguém conseguem prever quantas educadoras irão pedir transferência para o público no ano que vem, …

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exato

A Oradora: … no próximo ano letivo e quanto tempo têm de serviço para trás, é impossível de quantificar. Agora, estou certa de que este problema financeiro não impacta rigorosamente nada as contas da Região.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A senhora não sabe o que está a dizer. Depois venham dizer que faltam educadoras nas IPSS!

A Oradora: Por fim, e para não deixar todos os elementos referidos na Comissão como sendo um problema para não implementar esta medida, todos eles são facilmente desmontáveis e eu fi-lo em sede de comissão, não o vou repetir aqui novamente. Mas, em relação à avaliação, acho que vale a pena lembrar esta Casa, que pelos vistos o passado, também aí, foi esquecido, que a avaliação de desempenho, com bom e, mais recentemente, com o regular, é exigida a todos os opositores ao concurso de pessoal docente há mais de 25 anos, Sra. Secretária, há mais de 25 anos. Pelo menos de 25 anos tem esta informação.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Prestou atenção ao meu exemplo? Havia os que queriam concorrer e os que não queriam concorrer? Ou só conta o que trouxe escrito?

A Oradora: Relativamente ao resto do passado, volto a dizer nesta Casa, reitero para todos os Açorianos: é inacreditável a forma como se leva sempre um debate para o ataque. Quando nós viemos aqui trazer uma proposta — que é essa a nossa função e é para isso que aqui estamos — legítima, não viemos acusar o Governo de coisa nenhuma, o meu discurso não focou o Governo em, absolutamente, nada e as bancadas da oposição, incrivelmente, todas elas vieram atacar o Partido Socialista. Preocupem-se com outra coisa que não o Partido Socialista, preocupem-se com esta proposta, preocupem-se com os educadores.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pelo CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, que fique claro que não estamos contra ninguém, mas eu acho que isso ficou claro desde a minha primeira intervenção.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Da sua intervenção, com certeza não ficou.

O Orador: Mas tanto não estamos contra ninguém, que em 2023 propusemos e aprovámos, através do nosso Governo de coligação, que o tempo de serviço das educadoras de infância que trabalham nas IPSS fosse contabilizado quando quisessem, se quisessem, concorrer à função pública. Portanto, foi a nossa iniciativa. Exatamente por isso é que estamos aqui hoje. Porque, a partir de 2023, passou a contabilizar. E, portanto, se não tivéssemos feito essa proposta em 2023, hoje, seguramente, não estaríamos falando sobre isso, não seria um problema, porque continuaria a vigorar as normas que foram implementadas e aprovadas pelo Partido Socialista no passado e, portanto, era um não assunto.

O natural era que não fosse contabilizado, porque eram essas as regras. Como nós evoluímos, como nós valorizámos, agora já querem é que não seja valorizado apenas desde 2023, mas seja valorizado até onde for, independentemente de haver, ou não haver, documentos legais que possam certificar isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desde o tempo do Governo Socialista.

O Orador: E portanto, Sra. Deputada, é inevitável falar do passado, porque, no passado, essa regra não existia e nós fizemos a rotura com o passado e, a partir de 2023, passámos a contabilizar o tempo de serviço. É só isso.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sra. Deputada Délia Melo, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Délia Melo** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Inês Sá, eu gostaria de explicar que não é um ataque. Nós aquilo que fizemos foi uma constatação e foi relatar os factos, tal como são. E eu disse que, realmente, neste momento, trouxeram uma proposta, eu nunca pus em causa a vossa proposta, só coloquei algumas questões. Porque a proposta fala sobre a retroatividade dessa contagem de tempo de serviço.

É preciso também ir ao passado. Se for mais recente, é preciso relembrar e, mais uma vez, reitero aquilo que já foi aqui dito, todo o trabalho desenvolvido por este Governo Regional na valorização da classe docente …

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

A Oradora: … e todo o investimento feito em prol destes profissionais, que melhorou significativamente a sua vida.

E, se formos ao passado mais distante, é legítimo eu perguntar por que razão é que não houve essa disponibilidade, quando tiveram aqui todas as possibilidades e esse assunto foi discutido, mais do que uma vez, por que razão é que não resolveram a questão.

Portanto, foi só isso que eu questionei, porque aquilo que obviamente nós estamos aqui a fazer, desde a primeira hora, é apresentarmos com responsabilidade para podermos resolver a vida dos cidadãos, a vida dos açorianos. E é com responsabilidade, com coerência e com prudência também que eu falo nessas questões, porque tive de fazer ver — não sobre esta iniciativa em particular, mas é essa que estamos a discutir agora, mas sobre várias outras iniciativas — que, de facto, não se pode exigir ou querer o melhor dos dois mundos. Num dia falar sobre despesa, no outro dia apresentar despesa.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Exatamente.

A Oradora: E eu volto a dizer, isto não é absolutamente nada contra os educadores de infância. Nós não estamos contra, nós estamos a favor dos educadores de infância e,

por isso mesmo, é que já houve aqui um passo dado por este Governo Regional. Só para clarificar isso: que nós não estamos contra ninguém, não estamos contra esta medida, o que nós estamos a dizer é que têm de ser coerentes com toda a história, todo o histórico que este processo traz, com este processo e com tudo aquilo que tem sido discutido aqui, na Assembleia, ontem e hoje.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não resisto em pegar na intervenção da Sra. Deputada Délia Melo, quando fala de que esta medida e outras são um aumento de despesa. Eu julgava que não era, mesmo que fosse um cêntimo, julgava que esta medida não aumentava a despesa, porque eu vou citar o Presidente do Governo. Dizia ele, sobre os funcionários públicos, num debate do Plano e Orçamento, julgo eu, de 2021 e já confirmarei: "Este Governo não vê neles, como outros, um peso na despesa pública."

Deputada Sabrina Furtado (PSD). Vamos falar do passado! Vamos falar de 2020!

O Orador: É o Presidente do Governo que diz que os funcionários públicos não são despesa pública, por isso o argumento de que isto é despesa, ou que aumenta a despesa está posto por terra pelo próprio Presidente do Governo. Ao menos, na Administração Pública, não é aumento de despesa.

Deputada Délia Melo (PSD): Tem ou não impacto financeiro?

O Orador: Não, não tem impacto financeiro, porque o Presidente do Governo diz que não é despesa. Não sou eu que estou a dizer, é o Presidente do Governo.

Deputada Délia Melo (PSD): Não tem consequências financeiras? Isso é um discurso incoerente.

O Orador: Por isso, eu gostaria também de clarificar uma coisa que tem a ver com a ideia de que quando aprovámos o Estatuto da Carreira Docente, em 2023, sabíamos que o tempo de serviço não ia ser contabilizado retroativamente.

A interpretação de que o tempo de serviço não é contabilizado retroativamente é da Administração, é do Governo, porque, na letra da lei, não diz em lado nenhum, nem no Estatuto atual, nem no anterior Estatuto, que o tempo não é contado retroativamente. O que esta proposta faz é clarificar que o tempo de serviço anterior à aprovação do Estatuto é contabilizado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E como é que o certifica?

O Orador: Porque o que lá está e o que foi aprovado é que o tempo conta. Não diz que conta a partir do dia X ou até o dia Y, diz que conta. A Secretaria, o Governo, a Administração Regional é que têm uma interpretação restritiva de que o tempo só conta a partir da aprovação do Estatuto e isso está errado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não, não está. As leis não têm efeito retroativo, a menos que a lei o diga.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

O Orador: E, por isso, é um pouco *chover no molhado*, mas perante uma Administração que se recusa a ter uma interpretação mais lata, é preciso clarificar a lei e os senhores não querem clarificar a lei.

Quanto ao argumento de que isto é um benefício, que não é devido a um determinado grupo de professores, não colhe, porque o que acontece é que as educadoras de infância com tempo de serviço em creche são as únicas que não têm esse tempo de serviço contado retroativamente.

Por isso, a discriminação é negativa e é contra as educadoras de infância. E o que se

procura corrigir é uma injustiça e não dar nenhum benefício indevido a alguém.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Injustiça era não ser contabilizado nada.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sra. Secretária Regional de Educação, Cultura e Desporto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Novamente, também queria deixar aqui de uma forma muito clara a posição e até mesmo o próprio exemplo que dei.

Quando não existia uma disposição no passado, os educadores de infância regiam-se por aquela que era a legislação à época. Uns aplicavam uma norma e os outros aplicavam outra. Aquilo que eu não posso garantir é agora regimes de equidade quando eles não foram feitos no passado.

E aqui é que está o grande problema em termos de equidade e aqui é que está o grande problema em termos também de ultrapassagens que podem ser geradas na própria carreira entre educadores de infância.

Que fique bem claro a posição técnica que foi apresentada em sede de negociação aos sindicatos quando a questão foi colocada.

Deputada Inês Sá (PS): Esqueceu-se de dizer isso nas declarações públicas que proferiu a seguir.

A Oradora: A Sra. Deputada quis ofender-me, mas acabou por me fazer um grande elogio. Em primeiro lugar, porque se não sabem o que é que aprovam e o que é que está por trás das questões que são aprovadas, houve quem tivesse, e o Governo esteve

e os sindicatos estiveram à mesa negocial a debater e a fundamentar tecnicamente um problema e eu apresentei aos sindicatos as dúvidas e as questões que estou a apresentar hoje. E é com a mesma coerência com que o que eu fiz há 2 e 3 anos, que estamos a apresentar agora. É porque não podemos, não temos condições de garantir que haja equidade e, portanto, a vossa medida vai pugnar por ser uma medida profundamente injusta.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Inês Sá, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá** (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, se sentiu-se ofendida, não foi de todo a minha intenção ofendê-la. Aquilo que eu lhe quis dizer foi que, à altura em que negociou isto, contrariamente a declarações que fez publicamente, este problema foi por si identificado.

Agora, que me diga que nesta Casa ele não foi levantado… ele não foi, de facto, levantado, mas os sindicatos, já na altura, levantaram este problema e aquilo que se sabe é que não houve abertura política, à época, para chegar a esta retroatividade.

Portanto, o problema tinha sido identificado. Pelo PS não foi, por todos os outros partidos não foi, até por parte dos educadores, por muitos não foi. Sabe quando é que foi? Quando pediram a certificação do tempo de serviço.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Mas temos a obrigação de conhecer a lei e estudar!

A Oradora: Portanto, todos nós tivemos a mesma incapacidade de interpretar o documento da forma que ele, de facto, quereria dizer. E peço desculpa: da mesma forma

que lhe disse, em sede de comissão, isto não é nada injusto, Sra. Secretária, isto é da mais elementar justiça. Se há coisa que isto não é, é injusto. E eu tenho a certeza de que a Sra. Secretária tem todos os meios ao seu alcance para descobrir o tempo que as pessoas têm.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

A Oradora: Sabe porquê, Sra. Secretária? Porque a Sra. Secretária certifica o tempo para todos os outros efeitos. Porque é que para este, que implica dinheiro, é que não certifica? Porquê? Todos os outros efeitos são certificados.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Eu dei-lhe o exemplo, porque não se justifica!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

A Oradora: Eles vão para o público e sabem o tempo que têm. São vocês que passam a declaração! É um departamento do Governo da Educação que diz quantos anos tem cada educador. Porque é que para este efeito o tempo não conta? Essa declaração é falsa?! Não consigo perceber essa justificação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

A Oradora: Esta medida é da mais elementar justiça e, exatamente, por ser da mais elementar justiça, eu apelo e desafio esta Casa a aprovar esta medida que é da mais elementar justiça para todos os educadores de infância.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Vamos votar o projeto de Decreto Legislativo Regional nº 37/XIII, "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Ruído na Câmara.

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Secretária anuncie o resultado da votação. Faça favor.

Secretária: O projeto de Decreto Legislativo Regional nº 37/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o diploma tem quatro artigos. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão à votação o 1.º, o 2.º, o 3.º e o 4.º artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º foram aprovados com 23 votos a favor do PS, 5 do CH, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN, e com 23 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 5 do CH, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN, e com 23 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Muito obrigado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo** (PSD): Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa abstenção não é, de forma alguma, um voto contra os educadores de infância. Muito pelo contrário, nós reconhecemos plenamente o seu papel insubstituível no sistema educativo, a importância do seu trabalho diário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E foi precisamente por isso que todos juntos encontrámos uma solução, em 2023, para valorizar todo o trabalho que levam a cabo. A abstenção traduz apenas a prudência quanto à solução encontrada, …

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: … em particular em relação à dimensão orçamental da retroatividade.

Mas não significa, de forma alguma, uma falta de respeito ou de reconhecimento por estes trabalhadores, por estes profissionais de educação. Porque estamos com eles e, obviamente, também queremos que tenham as melhores condições possíveis.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição para declaração de voto.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

A nossa abstenção é exatamente o significado daquilo que foi exposto por nós neste debate. Por respeito pelos trabalhadores, nós não votámos contra, porque, por princípio,

nós valorizamos todos os trabalhadores, mas temos dúvidas que esta solução seja uma solução linear e que não vá causar atropelos ou dúvidas no ingresso ou na progressão na carreira. E, portanto, como temos dúvidas e as expressámos aqui, e a proposta não foi aprimorada para que acautelasse todas as possíveis implicações nessa matéria, nós abstivemo-nos. Portanto, cá estaremos no futuro porque, seguramente, este assunto ainda vai dar *água pela barba.* Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Há mais alguma intervenção para declaração de voto?

Pausa.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor.
(*) **Deputada Inês Sá** (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Nesta última fase do debate, eu apenas gostaria de dar nota de que relativamente a tudo que diz respeito à educação e, de facto, relativamente a tudo a que diz respeito a todas as categorias profissionais, dúvidas não tenho, que é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa. Porque, no final do dia, a certeza que eu levo daqui e que nós podemos levar daqui é que a justiça foi reposta.
Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!
A Oradora: Quanto à forma que se vai fazer, o Partido Socialista também se demonstra disponível para, naquilo que for possível, contribuir e, se houver essas dificuldades, cá estaremos para contribuir e para ajudar.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente este diploma, não obstante algumas reservas que tem, desde logo quanto ao impacto orçamental dela, mas também, relativamente a algumas questões legais, nomeadamente em sede de SIADAPRA (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública Regional dos Açores) e das leis que regulam os trabalhadores em funções públicas e seria imprudente não aprovar este diploma, por esta via. Se houver dúvidas sobre a aplicação dele, pois que se recorra aos tribunais, pois que se recorra à alteração das leis que impedem a aplicação desta, que podem ser duas, como eu já disse.

Não obstante, é o reconhecimento de uma injustiça que estava a ser praticada, que nos passou, na última revisão do Estatuto da Carreira Docente, como passaram outras que, entretanto, já foram revistas. Se bem se lembram, com a questão dos 300 professores que ficaram de fora, sobre a contagem do tempo de serviço no continente.

E, portanto, não foi só esta que nos passou, passaram-nos outras, como foi dito por quase todas as bancadas quando a revimos, por ser um diploma complexo e que obriga a um trabalho muito aturado, que passou também pelo crivo dos sindicatos e, portanto, fomos descobrindo as falhas no diploma e fomos resolvendo, corrigindo as falhas que o diploma tinha.

Não vem mal ao mundo por isso e, se problemas houver, de futuro, na aplicabilidade do diploma, pois eles hão de ser resolvidos também por esta via. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos avançar para o ponto 7 da nossa agenda, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XIII – "Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º**

101/2023, de 31 de outubro, que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi”.

É uma proposta do Governo Regional dos Açores. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A missão fundamental do Governo dos Açores é criar melhores condições de vida e de trabalho para os residentes da nossa Região de forma sustentável, transversal e também que beneficie toda a economia.

Hoje, apresentamos uma proposta de Decreto Legislativo Regional que, para além de ser consequente, pretende sobretudo resolver problemas concretos e criar melhores condições para uma determinada atividade económica considerando, de forma justa, as especificidades das nossas ilhas.

O presente diploma tem por objeto adaptar à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi. Este decreto-lei e a Portaria n.º 451/2023, de 22 de dezembro, que regulamenta as características e normas de identificação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi, foram estruturados para a realidade nacional, apresentando pequenas lacunas que não acautelam nem salvaguardam as especificidades próprias das Regiões Autónomas, no caso concreto da Região Autónoma dos Açores.

Assim, com esta iniciativa legislativa, o Governo Regional pretende adequar o regime jurídico em vigor, nesta matéria, à Região Autónoma dos Açores, por forma a que se garanta a sustentabilidade, atratividade e continuidade, a longo prazo, da atividade de transporte de passageiros em táxi.

Trata-se de um transporte público essencial para garantir a mobilidade dos açorianos, sobretudo fora dos centros urbanos, com sentido de proximidade e garantia de resposta,

em particular a públicos mais vulneráveis, como é o caso dos nossos idosos e doentes. Da mesma forma, o serviço de táxi tem assumido um papel de importância bastante evidente, no âmbito do nosso desenvolvimento turístico, sendo mesmo muitas vezes o primeiro e o último contacto com quem nos visita.

Assim, para além das necessárias adaptações de natureza orgânica, a proposta de diploma em apreço, conforme foi bem evidenciado na análise na Comissão de Economia, consagra duas especificidades fundamentais face ao diploma nacional.

Primeiro, salvaguarda que os táxis na Região Autónoma dos Açores estão isentos da obrigação de se encontrarem equipados com taxímetro. É uma decisão que atende às características do mercado regional, que é um mercado de reduzida dimensão e de grande expressão geográfica, atende também às pequenas distâncias percorridas e aos tempos de espera, sem prejuízo de ser efetuada uma reavaliação anual. Esta reavaliação anual decorre da necessidade de, em termos legislativos, imprimir sentido de transitoriedade à não aplicação de uma norma que é de aplicação nacional e evitar dessa forma eventuais dúvidas de inconstitucionalidade.

De qualquer forma, densifica-se a referida reavaliação, consagrando um prazo de 18 meses para a aplicação da norma, em caso de reavaliação, atenta à complexidade da matéria e à necessidade de adaptação de todo o sistema.

Em segundo lugar, esta proposta legislativa afasta a norma sobre a caducidade da licença que permite a atribuição de alvará no caso de morte do empresário em nome individual, prevista, como sabem, no Decreto-Lei nº 101/2023, de 31 de outubro, que estamos a adaptar.

Como é do conhecimento geral — e ficou claro nos parceiros das associações do setor — a maioria dos operadores de táxi na Região Autónoma dos Açores exerce a profissão em nome individual, dada a dimensão do mercado, que não permite, na generalidade dos casos, aos operadores suportar custos acrescidos, associados a uma estrutura de cariz societário.

Por outro lado, a caducidade para o exercício da atividade dos operadores de táxi, no

caso de morte do empresário em nome individual, acarreta, inequivocamente, um forte desincentivo ao investimento da atividade.

Com efeito, e percebe-se, constitui um fator de risco para a sustentabilidade da atividade de transporte em táxi, que, como já referi, tem importância crítica, sobretudo, na resposta à população residente, mas também aos turistas.

Neste sentido, a proposta do Governo dos Açores prevê a possibilidade do herdeiro legitimário ou o cabeça de casal continuar a exercer a atividade.

Devo referir que esta proposta, que temos hoje em discussão, sustenta-se numa ampla e colaborativa auscultação das associações do setor, recolhendo contributos e opiniões, como aliás os próprios sublinharam recentemente na Comissão de Economia.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem.

A Oradora: Em síntese, o que propomos nesta adaptação do diploma nacional do regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi é a isenção da aplicação da utilização de taxímetro e, em segundo lugar, a possibilidade de transmissão a herdeiro legitimário ou ao cabeça de casal da licença que permite a atribuição do alvará para o exercício da atividade do operador de táxi.

Estamos, por tudo isto, seriamente convictos que esta proposta legislativa garante a resolução dos problemas concretos dos profissionais de táxi nos Açores e torna toda a atividade mais atrativa, mais sustentável e mais justa.

Muito obrigada.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É precisamente esta a função que tem este Parlamento e que deve ter um Governo: conhecer a realidade, adaptar a legislação à realidade e, neste caso, "proteger um setor". É esta a nossa função, nossa obrigação.

E aqui, naturalmente, o CHEGA acompanha, porque também entendemos que é um setor que tem sido um *pedacinho* atacado, fruto da modernidade, com certeza, fruto dos tempos, mas precisamos dele. A Sra. Secretária disse e disse o bem: precisamos. Ainda é o transporte para muitos idosos, para algumas pessoas que não têm capacidade financeira de ter uma viatura e têm de recorrer, até inclusive nós, quando às vezes precisamos de recorrer aos táxis.

Às vezes, alguns jovens perguntam-me o que é isso de ser conservador, porque dizem as más-línguas, que ser conservador é andar para trás. Não, ser conservador — e eu sou conservador, e o Sr. Secretário que olha fixamente para mim também o é — é conservar o que temos de bom e podemos construir algo novo ao lado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Ó! Está de frente!

O Orador: Ao contrário de outros que se autointitulam modernos, que querem é destruir tudo para construir algo novo. Só que não têm a certeza se o algo novo irá funcionar ou não. Eu digo isso porque já tivemos aqui também discussões sobre plataformas, etc. Acho muito bem que haja as plataformas, não pode é destruir os táxis, porque este setor, que tem grandes dificuldades em sobreviver hoje em dia, também não pode ser atacado com coisas que vou ouvindo por aqui e por ali, tipo minibus para o aeroporto de Ponta Delgada e coisas desse género.

Nós temos, inteligentemente, também de proteger quem trabalha, ou então vão dizer aos taxistas que têm de ir todos para o rendimento mínimo, quando nós precisamos dos táxis, ou então nós vamos dar mais importância aos turistas, do que damos à população

local. Tudo isso é errado. Nós temos que dar importância à população local e disse muito bem a Sra. Secretária, que é proteger a nossa população.

Quando nós andamos aqui nesta farsa da modernidade, (eu sou homem da tecnologia, a modernidade ensinou-me pouco), eu não percebo porque é que se tem de destruir algo que existe para construir algo ao lado, que o tempo está a dar-nos alguma razão, que se calhar as pessoas nem querem. Eu também não concordo, não vejo necessidade de desprezar os açorianos para levar os turistas ao colo. Também é uma coisa errada, andam-se aqui muito com a lógica de bem receber o turismo e os açorianos… olha, que se *amanhem*!

Sra. Secretária, da nossa parte, o Governo Regional tem a concordância. E Deus lhe queira e lhe guarde que este Governo Regional fosse sempre assim: primeiro os nossos, depois os outros. Primeiro quem importa, primeiro quem trabalha e só depois os outros.

Haja saúde.

Muito obrigado.

Deputada Olivéria Santos (CH):Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pela Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal vai acompanhar este diploma que o Governo aqui nos traz, que adapta à Região e às suas especificidades o diploma nacional.

Eu devo confessar que, em relação à questão dos taxímetros, tenho alguma relutância à sua não aplicação. E nem sequer percebo bem porque é que as associações de táxis estão contra esse mecanismo.

A existência do mecanismo clarificava, tornava mais fácil a aplicação das respetivas

tarifas e retirava do âmbito das suspeições algumas coisas que se dizem sobre a classe dos taxistas.

Eu confesso, apesar de ter trazido aqui um diploma sobre os TVDE (Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica) e as plataformas, não foi com intenção de fazer mal algum aos taxistas. Aliás, eu nunca usei essa plataforma, a funcionar em Ponta Delgada e uso sempre o táxi. Uso o táxi por uma razão prática e simples: eu conheço os taxistas quase todos! Ainda na semana passada, deixei o meu telemóvel dentro de um táxi e depois fui à procura do Sr. Ricardo. Fui encontrá-lo noutro sítio, já com dois clientes americanos e lá estava o meu telemóvel guardado dentro do táxi do Sr. Ricardo. Isto são sempre coisas que se devem valorizar numa sociedade ainda pequena como a nossa.

Mas não percebo, sinceramente, esta aversão ao taxímetro que clarificaria todo esse processo. Mas não é por isso que deixaremos de acompanhar o diploma, até porque não é só disto que se trata.

Mas a questão mais importante aqui, e que tem muito a ver com a especificidade do nosso mercado e do nosso serviço de táxi, é precisamente a questão da transmissão por morte. Não faz qualquer tipo de sentido que ela se extinga, ou seja, que os herdeiros não possam herdar, passo a redundância, o alvará do táxi do falecido empresário em nome individual.

Nesse sentido, obviamente, a Iniciativa Liberal vai acompanhar o diploma, vai votar favoravelmente e cá estaremos para mais desta natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Gaspar, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Gaspar** (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa legislativa que o Governo nos apresenta, e que foi aqui bem explicada por parte da Sra. Secretária, pretende adequar o regime jurídico do serviço público de

transporte de passageiros de táxi na Região Autónoma dos Açores, por forma a que se garanta a sustentabilidade daquele serviço público, uma vez que se trata de um transporte público essencial para garantir a mobilidade dos açorianos, sobretudo fora dos centros urbanos.

Para além das necessárias adaptações de natureza orgânica, a proposta de diploma em apreço consagra as especificidades, face ao diploma nacional, salvaguardando que os táxis na Região Autónoma do Açores continuem a estar isentos da obrigação de se encontrarem equipados com taxímetro, atendendo as características do mercado regional, dada a sua reduzida dimensão e dispersão geográfica, às distâncias percorridas e ao tempo de espera.

Prevê ainda que, em caso de morte de um empresário em nome individual, titular da licença de táxi, a atividade do operador de táxi poder continuar a ser exercida pelo herdeiro legitimário ou o cabeça de casal, desde que se constitua, como empresário em nome individual, ou adote outra forma jurídica que se revele adequada para o exercício da atividade, salvaguardando os interesses dos taxistas, a nível familiar e a nível da sustentabilidade do setor.

Sobre estas questões, que são efetivamente ganhos positivos para o setor do táxi e que é de salutar importância, importa realçar a postura dialogante exercida por este Governo de coligação, que ouvi e teve em consideração a opinião de todas as associações de táxis dos Açores, que, por unanimidade, dão parecer positivo às propostas apresentadas.

Mais importante do que a apreciação positiva que fazemos desta iniciativa do Governo, importa citar a apreciação daqueles a quem são dirigidas essas atenções, particularmente do Presidente da Associação de Profissionais de Táxis da cidade de Ponta Delgada, que diz o seguinte: “A presente proposta está bem preparada, bem como o Governo Regional dos Açores está a ajudar o setor, e estão a preparar as coisas da melhor maneira em defesa dos taxistas”.

Disse!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pelo CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que hoje discutimos não é apenas uma adaptação técnica à legislação nacional, é acima de tudo um exercício de bom senso e de autonomia, para que o regime de transporte em táxi faça sentido na realidade concreta dos Açores.

Todos sabemos que o Decreto-Lei nº 101/2023 foi pensado para o território continental, onde o mercado é grande, concentrado e com condições muito diferentes das nossas. Se o aplicássemos tal como está, estaríamos a impor regras que, em vez de fortalecer, enfraqueceriam o setor de táxi na Região.

O que esta iniciativa faz é simples, é para o CDS-PP uma questão de justiça.

Mantém a isenção do taxímetro nos Açores, porque a experiência mostra que o modelo de cobrança ao quilómetro, ou ao minuto não se ajusta à nossa escala e às nossas distâncias. Mas esta decisão não é definitiva nem fechada. Fica sujeita à reavaliação anual, ouvindo sempre quem está no terreno.

Garante que, no caso de falecimento de um empresário em nome individual, a licença de táxi não caduca automaticamente. Essa medida protege as famílias e assegura a continuidade da atividade, sem colocar em risco um serviço de proximidade, de que muitos açorianos dependem, sobretudo fora das cidades e de outros centros urbanos.

Reforça ainda a autonomia administrativa, ao transferir para os serviços e para o Governo Regional competências que, no continente, estão atribuídas a entidades nacionais.

Assim, as decisões passam a ser tomadas cá, com o conhecimento direto da realidade

açoriana.

No fundo, este diploma faz aquilo que deve ser feito: garante a sobrevivência do serviço público essencial, ajusta a lei à nossa realidade insular e protege os operadores que, muitas vezes, asseguram sozinhos a mobilidade em freguesias mais afastadas.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sra. Deputada Marlene Damião.

Deputada Marlene Damião (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem sido consensualmente reconhecido nesta Câmara que o transporte em táxi é um pilar essencial da nossa Região. Para além da sua função económica e laboral, este serviço assume um carácter social insubstituível, garantindo a deslocação de pessoas em contextos onde outros meios de transporte são escassos ou inexistentes, assegurando a coesão territorial e respondendo, muitas vezes, a necessidades urgentes de mobilidade.

A proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje apreciamos tem por objetivo adaptar ao nosso contexto regional o Decreto-Lei n.º 101/2023, que veio modernizar e uniformizar o regime jurídico do transporte público em táxi a nível nacional.

Ora, no caso dos Açores, a adaptação legislativa não pode ser um mero exercício formal. A realidade arquipelágica, caracterizada pela dispersão geográfica, pela diferença de densidade populacional entre ilhas e até entre freguesias, exige soluções específicas, ajustadas às nossas necessidades e à nossa realidade económica.

O Partido Socialista reconhece a importância de continuar a salvaguardar que os táxis

na nossa Região estão isentos da obrigação de se encontrarem equipados com taxímetro, assim como de garantir a possibilidade de o alvará poder ser transmitido a um herdeiro, em caso de morte de empresário em nome individual.

No entanto, fá-lo sublinhando que há questões relevantes para este setor que não podem ser esquecidas, destacando, em particular, dois dos maiores desafios que o mesmo enfrenta nos dias de hoje: a modernização e a transição energética e a sustentabilidade do setor através da atenuação da sazonalidade.

Só com um consistente, acessível e claro apoio à descarbonização da frota de táxis, com uma rede de carregamento de veículos elétricos mais abrangente, e com incentivo à digitalização e ao uso de ferramentas eletrónicas modernas é que serão cumpridos os objetivos da transição energética.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que esta proposta é um passo positivo para a atualização do quadro legal do setor, mas reafirma que a sua atualização deve ser feita com base num diálogo permanente com as associações representativas dos taxistas, com os municípios e com os próprios utentes, bem como, atenta que não podem ser descurados os demais desafios que este setor enfrenta.

É esse diálogo que permitirá que a lei se traduza em práticas concretas de melhoria do serviço, em segurança para quem trabalha e em maior confiança para quem utiliza o transporte em táxi.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O diploma em apreciação vem adaptar à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico de transporte de táxi.

Dois aspetos justificam plenamente esta adaptação. Primeiro, a manutenção da isenção de taxímetros. A reduzida dimensão do mercado regional, os percursos curtos e a dispersão geográfica tornam este mecanismo desadequado e dispendioso e sem benefício efetivo para utilizadores e operadores.

Segundo, a facilidade da transmissão do alvará, em caso de morte do empresário em nome individual. A maioria dos operadores na Região exerce atividade nesse regime, pelo que a caducidade automática do alvará seria um fator de instabilidade e falta de incentivo ao investimento. As audições realizadas evidenciaram consenso entre associações representativas, municípios e Governo Regional.

Como afirmou a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, este diploma garante a sustentabilidade da atividade e respeita as características da Região.

Os pareceres emitidos confirmam que o setor funciona de forma adequada e que a prioridade é assegurar estabilidade reguladora e segurança jurídica.

Por todas estas razões, o PPM votará a favor do diploma.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral):

Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Srs. Membros do Governo:

Só para fazer duas observações: a primeira para dizer que após a aprovação, como esperamos e depois da intervenção das bancadas concluímos que será aprovado, iremos proceder à elaboração das respetivas portarias. Portarias estas que regulamentam as características e normas de identificação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi. Também a portaria da cor-padrão será atualizada, tendo em conta agora esta nova norma habilitante. E a portaria sobre as características dos táxis sem distintivo e cor-padrão já foram discutidos nesta Casa e que eu na altura referi que, quanto mais rapidamente esta alteração e esta adaptação fosse aprovada, mais rapidamente nós poderíamos fazer a portaria para alterar as características que atualmente estão em vigor para os táxis sem distintivo e cor-padrão.

Portanto, queria deixar este compromisso, de que rapidamente estas portarias serão elaboradas e publicadas.

Uma outra nota, sobre uma alteração proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, a pedido do Governo, por uma questão de precisão de linguagem, porque, de facto, o que não caduca e aquilo que nós afastámos neste diploma é a não caducidade da licença que permite a emissão do alvará. Bem sei que, hoje em dia, fala-se em alvará de forma, digamos, coloquial como se refere, mas a verdade é que é a licença que permite a atribuição do alvará. Porque a licença permite a atividade, o alvará é em nome da pessoa, terá que passar para o herdeiro. Mas a licença é que é transmissível. Portanto, é apenas uma questão de linguagem e, como é um documento jurídico, deve ficar preciso.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Creio não existirem mais intervenções.

Pausa.

Vamos então passar à votação deste diploma.
Vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XIII – "Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi".
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XIII foi aprovada por unanimidade.
Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto à Câmara se posso colocar à votação o 1.º, o 2.º e o 3.º artigo do diploma em conjunto?

Pausa.

O 3.º individualmente, o 1.º e o 2.º em conjunto, pode ser?
Estão à votação 1.º e o 2.º artigo do diploma.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
Secretária: Os artigos 1.º e o 2.º foram aprovados por unanimidade.
Presidente: Está à votação o 3.º artigo do diploma.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.
O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.
Secretária: O artigo 3.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto de abstenção do PAN.
Presidente: Coloco à votação as propostas de alteração, uma de alteração, outra de eliminação do PSD, do CDS-PP e do PPM, ao artigo 4.º do diploma.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
Secretária: As propostas de alteração e de eliminação ao artigo 4.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 4.º com estas propostas que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os restantes artigos podem ser em conjunto, 5.º, 6.º e 7.º?

Pausa.

Estão à votação os artigos 5.º, 6.º e 7.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 5.º, 6.º e 7.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Creio que podemos avançar, que não existirão declarações de voto.

Pausa.

Vamos avançar para o ponto 8 da nossa agenda, **Projeto de Resolução n.º 27/XIII – "Recomenda ao Governo Regional a realização de um plano estratégico de redução da despesa"**. É uma iniciativa do Partido da Iniciativa Liberal. Os tempos já estão espelhados. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, para a sua apresentação.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução que a Iniciativa Liberal trouxe ao Parlamento vem no seguimento de uma preocupação que, há cerca de um ano, aquando das reuniões preparatórias para a elaboração da anteproposta do Plano e Orçamento regionais para 2025, a Iniciativa Liberal levou ao Sr. Presidente do Governo, ao Palácio de Santana.

É uma preocupação com o crescimento da despesa e do nível de endividamento da Região que, aliás, é corroborado pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, foi corroborado pelo então CESA (Conselho Económico e Social dos Açores) e que recebeu também notas de aprovação nas audições, em sede da Comissão de Economia deste Parlamento, aquando da sua análise e relatório.

É um plano estratégico de redução da despesa que prevê, nos seus três pontos resolutivos, algumas soluções apontadas para esta redução. O tema já foi debatido aqui esta semana, a reboque de outra iniciativa, nomeadamente o debate de urgência promovido pelo CHEGA e, nesse sentido, parece-me que apenas importa reforçar a necessidade não só da Região rever o seu plano de crescimento da receita, através do crescimento da economia, da produção de riqueza, mas que isto seja acompanhado com uma redução da despesa, por forma a que, nos próximos anos, possamos começar a reduzir o espiral de endividamento da Região, até como uma responsabilidade intergeracional que todos temos para com os nossos filhos, os nossos netos e aqueles que cá estarão depois de nós.

É um plano que, nós percebemos, não é fácil de identificar onde cortar, que é desconfortável dizer onde se vai cortar, mas que é inevitável dizer aos açorianos que é preciso cortar.

Foi com agrado que registámos, das palavras do Sr. Secretário Regional das Finanças, ainda ontem aqui nesta Casa, que nos próximos 30 dias apresentará este plano e eu espero que, na preparação do Plano e do Orçamento do próximo ano, isto mesmo já esteja refletido.

De resto, pouco mais a acrescentar sobre a importância, a necessidade e a urgência da medida. Penso que já ontem dissemos bastante nesta Casa sobre a mesma matéria e, provavelmente, ainda hoje alguns acrescentarão mais alguma coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Francisco Lima tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o CHEGA associa-se a este diploma da Iniciativa Liberal e não se trata aqui do facto de já termos trazido o debate de urgência, de querer ir a reboque ou deixar de ir a reboque, porque eu acho que, se é uma medida urgente e necessária quanto mais forças políticas se juntarem e estiverem sensibilizadas para esta temática, melhor.

Neste sentido, nós reforçamos aquilo que durante a semana toda estivemos aqui a dizer. Se calhar, a pregar também um bocado, referindo-se, como o Santo dizia: *pregar aos peixes*. Mas, o certo é que o Sr. Secretário, hoje, nem sequer apareceu. Não sei se tinha a ver com os incumprimentos e a falta de dinheiro, mas seria bom que ele também estivesse atento a essa questão, porque a falta de dinheiro e os incumprimentos têm a ver com o descontrole e a necessidade de controlar a despesa.

Vamos lá ser honestos, a proposta que ele falou aqui de reduzir 30 milhões, isso é muito pouco. Só a SATA Internacional vai dar, se calhar, mais 60, 70 ou 80 milhões. Portanto, nós andamos aqui com *pensos rápidos,* quando, na prática, temos de fazer reformas estruturais profundas.

Claro que as reformas estruturais profundas, se não tiver um largo consenso político, serão perigosas para quem toma a iniciativa, nomeadamente os partidos chamados do arco da governação, porque não querem perder o eleitorado. Mas, de uma forma ou outra, é uma lei da economia que diz uma coisa muito clara: *o que não é sustentável, não se sustenta*. E, ou nós, neste Parlamento, este Governo Regional, ou outro partido qualquer, de uma coligação qualquer, tomam as medidas necessárias, ou qualquer dia, não seremos nós os açorianos, será a República, ou a própria União Europeia, ou o Banco Central Europeu a dizer: "Meus amigos, ponham ordem na casa, os senhores

estão falidos e vão ter que fazer assim como nós queremos." E, portanto, nós iremos nesse caso, como o falido, o devedor. O Sr. Presidente do Governo passa a ser o gestor da insolvência e estaremos aqui perante mais uma troika.

Antes que isso aconteça, antes que venha a ser os outros a definir em nossa casa aquilo que temos que fazer, eu acho que é a altura, pelo menos, para falar no assunto e não vale a pena achincalhar e criticar e levantar fantasmas porque essa realidade vai-se pôr. Seja o CHEGA, que não tem o *staff* técnico que tem os outros partidos, é provável que algumas das nossas medidas entrem em conflito até com a Constituição, com isto e com aquilo mas não entram em conflito com uma coisa: com a razão, com a realidade e com o facto do Governo Regional e os Açores já deverem mais de 3400 milhões. De resto, no mundo empresarial, as coisas são como são. Aparece uma dívida para pagar, alguém tem que a pagar. Como é que ela apareceu? Há má gestão. Há um problema? Tem de atacar o problema. Não se pode simplesmente pôr areia para debaixo do tapete. E, portanto, está na altura de não ser só cinco deputados do CHEGA e mais um da Iniciativa Liberal a falar nesses temas e os outros a assobiarem para o lado, como se nada se passasse. Isto é um problema que a gente tem se continuarmos nessa linha e nessa espiral de endividamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente, a resolução da Iniciativa Liberal continua a ser atual e a ser importante, independentemente do debate que tivemos ontem. Aliás, o debate de ontem permite

aprofundar algumas das matérias que estão aqui apresentadas e até permite-nos debater e refletir sobre o caminho que queremos para os próximos anos, porque tal como foi já aqui assumido, quer ontem, quer hoje, é uma inevitabilidade nós termos que controlar a despesa. E aproveitando a questão daquilo que está aqui redigido, que é um plano estratégico de redução da despesa, parece-nos que é muito difícil a ideia até de reduzir a despesa pública. Parece-nos que a nossa primeira prioridade devia ser controlar a despesa pública.

Deputado Nuno Barata (IL): Reduzir também é controlar.

O Orador: Primeiro controlar, primeiro conhecer, com exatidão, a despesa pública ao pormenor, garantir uma prestação de contas mais célere, mais detalhada, …

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: … mais transparente também, porque esse é o primeiro passo:

Deputado Francisco Lima (CH): Mais sufragável!

O Orador: … conhecer o problema com rigor e só assim podemos tomar decisões que permitam, efetivamente, controlar a despesa pública. Porque, conforme já foi aqui assumido, grande parte da despesa pública, do ponto de vista contabilístico, resulta de áreas referentes à administração pública, à saúde, à educação e à área social e são despesas essencialmente fixas, permanentes.

Deputado Francisco Lima (CH): E a SATA?

O Orador: Por isso, não se pode deixar no ar a ideia de que é fácil. Não é fácil, de um momento para o outro, reduzir a despesa pública, é um caminho que é difícil, porque é despesa fixa e permanente e nenhum de nós deseja aqui despedir funcionários públicos, nem cortar apoios que nós consideramos essenciais.

Esta é a posição do Partido Socialista, que qualquer medida, qualquer plano estratégico de controle da despesa pública é bem-vindo, é importante, é atual, é necessário, mas é preciso ter em atenção a ideia de reduzir a despesa pública que implica despedimentos.

Nós não concordamos com esta prerrogativa, há um caminho que tem de ser feito

primeiro, de controlar, conhecer e garantir uma prestação de contas mais efetiva e mais transparente, coisa que não acontece.

É bom relembrar a esse respeito, e não diretamente relacionado com a administração pública, mas ainda hoje há atrasos na prestação de contas, relativamente a empresas públicas e isso é inadmissível.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Um Governo Regional que se diz preocupado e que quer efetivamente a colaboração deste Parlamento para adotar medidas que permitam o maior controle orçamental, não pode, em simultâneo, ocultar e esconder informação deste Parlamento. Isso acontece na resposta a requerimentos, acontece na não divulgação de contas de empresas públicas e isso não pode continuar a acontecer.

É também importante, aproveitando esta oportunidade e aproveitando também a audição que tivemos do Conselho de Finanças Públicas, utilizar alguns dos conceitos que foram abordados em comissão. O Conselho de Finanças Públicas fala da questão da revisão da despesa e até fala de uma perspetiva de identificar oportunidades nesta revisão.

Eu acho que nós também temos que aproveitar oportunidades nesta revisão e falo nomeadamente de três áreas. A questão da digitalização, do trabalho remoto e até a própria evolução demográfica podem originar aqui oportunidades de alterar procedimentos, alterar formas de funcionamento da própria administração pública e, com isso, seja possível atenuar o ritmo de crescimento da despesa pública, porque há novas formas de trabalhar e nós temos que nos adaptar também a essas novas ferramentas.

Sobre a evolução demográfica, se por um lado é negativo que haja uma redução da natalidade em determinados territórios, a verdade é que isso também obriga o Governo Regional e as entidades públicas a planear, nos próximos anos, a nível de necessidades de recursos humanos, de edifícios e de outros equipamentos. Isso deve ser tido em conta nesse plano estratégico que aqui é solicitado pela Iniciativa Liberal e que deve

também merecer uma análise mais aprofundada por parte do Governo. Obviamente, refiro-me ao Governo, porque é ao Governo que cabe liderar este processo porque tem informação que nós não dispomos.

Portanto, este é um apelo que faço, em nome do Partido Socialista, que o Governo Regional considere este Parlamento como alguém que pretende colaborar, mas que para isso precisa de informação e só o Governo poderá prestar toda a informação que aqui é solicitada.

Nada mais a acrescentar nesta fase. Referir, como disse há pouco, que ficaríamos mais confortáveis que esta iniciativa, em vez de ser um plano estratégico de redução da despesa — pelas razões que aqui invoquei — fosse um plano estratégico de controle da despesa, porque é preciso, em primeiro lugar, controlar o ritmo de crescimento da despesa e porque é muito difícil, obviamente, reduzir despesa que se refira a apoios sociais e também a direitos laborais e nós não concordamos com esta prerrogativa.

De qualquer forma, isso não inviabiliza que o Partido Socialista vote favoravelmente esta iniciativa porque, conforme referimos, ela é uma inevitabilidade.

O caminho percorrido nos últimos 5 anos agravaram as dificuldades orçamentais da região e nós estamos a sofrer, os açorianos sofrem todos os dias com essas restrições orçamentais e nós já percebemos que o próximo ano será ainda mais difícil.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta matéria da despesa pública, creio que nos mobiliza sempre, no caso mais um dia, depois do debate que já ontem tivemos e daquele que também já havíamos feito durante o plenário de julho.

E, parecendo que é uma insistência, não deixa de relevar a importância que o controle da despesa pública e a avaliação da qualidade da despesa pública têm para qualquer governo e para os responsáveis políticos, nomeadamente também o Parlamento, que tem a função de fiscalizar quem exerce precisamente o poder.

Portanto, esta é uma matéria que nos convoca sempre para uma reflexão, para um debate, que eu julgo que já está devidamente feito, quanto à necessidade de identificar onde é possível encontrar algum desperdício, alguma ineficiência, mas também fazer a identificação daquilo que são as debilidades estruturais da Região, em termos de receita, para fazer face a um conjunto de responsabilidades constitucionais, legais e as outras de opção política que aqui nós fazemos.

E eu repito com toda a convicção, mas também reconhecendo a necessidade que há de uma pedagogia em torno desta matéria, aquilo que já, ontem, disse a respeito de uma grande parte da nossa despesa, sobretudo aquela que tem a ver com saúde, segurança social e educação, que corresponde à opção política deste Governo — e que outros anteriormente também já fizeram, é preciso reconhecer — de que, na área da saúde, da segurança social e da educação, a Região não pode ter serviços com menos qualidade e regularidade do que aqueles serviços que são oferecidos aos portugueses do resto do país. E, portanto, isso é indeclinável da nossa parte. Jamais abdicaremos deste princípio.

Dito isto, tenho de dizer, como já disse noutras ocasiões, que é bem-vinda esta iniciativa, do Sr. Deputado Nuno Barata e da Iniciativa Liberal, porque não só nos convoca para a reflexão, mas também para encontrar mecanismos que possam concorrer para a redução da despesa onde é possível, mas também para identificar as opções que temos que fazer, se as receitas continuarem a serem insuficientes perante as responsabilidades que nós temos. E, portanto, não basta só dizer que há despesa a

mais, que a despesa é superior à receita, mas temos de dizer quanto temos de cortar, onde vamos cortar, quando vamos cortar e como vamos cortar.

Portanto, as respostas a estas quatro questões têm de ser dadas por todos nós.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Naturalmente que à cabeça o Governo Regional, que tem responsabilidades acrescidas nesta matéria, mas depois todos nós que somos convocados, ano a ano, para fazer a aprovação do Orçamento. E não podemos chegar aqui, ao mês de novembro, e fazer dezenas de propostas que aumentam a despesa, sem dizer onde é que do outro lado, na receita, isso tem a devida correspondência.

Deputado Nuno Barata (IL): Zero. A Iniciativa Liberal fez zero.

O Orador: O Governo Regional também já expressou, muitas vezes, Sr. Deputado Francisco Lima, a sua posição relativamente a esta matéria e, portanto, a circunstância do Sr. Secretário Regional das Finanças hoje por estar fora da Região, (creio que já neste momento, fora da Região) ao serviço do interesse…

Deputado Francisco Lima (CH): Deve ter ido buscar dinheiro.

O Orador: Olhe, se eventualmente foi buscar dinheiro, aí está uma boa razão para hoje aqui não estar.

Porque o Governo Regional também já exprimiu a sua adesão a esta proposta do Partido Iniciativa Liberal e, portanto, não vale a pena estar a fazer aquele *enredozinho*, um *fait-divers* sobre a ausência do Sr. Secretário Regional das Finanças, hoje aqui.

Aliás, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares também aqui tem esta função parlamentar de representar o Governo e de responder, em alguma matéria à qual seja interpelado e da qual disponha de informação suficiente para aqui connosco partilhar.

Portanto, dito isto, não posso deixar, nesta primeira intervenção, de fazer uma observação àquilo que foi uma intervenção da bancada do Partido Socialista, que foi até mais sensata do que é habitual, reconhecendo que o melhor é não falarmos do passado, porque eles têm um problema de consciência com o seu passado, têm

vergonha do seu passado, não conseguem perdoar-se a si mesmos daquilo que fizeram e que deixaram de fazer. Mas dentro desse quadro, de uma certa ponderação, que até é um bocadinho, não vou dizer estranha, mas menos habitual do Partido Socialista, não deixou o Sr. Deputado Carlos Silva de dizer que nós temos de conhecer com exatidão a despesa. Pois, há dois pontos atrás, este plenário aprovou uma iniciativa do Partido Socialista que seguramente vai ter impacto na despesa e o Partido Socialista diz: "nós não sabemos quanto é que vai custar, mas o que é preciso é que seja aprovada."

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E, portanto, esta defesa do rigor de conhecer com exatidão a despesa … passaram-se 43 minutos e já foi, outra vez, atirada borda fora.

Deputado Nuno Barata (IL): É a qualidade da despesa.

O Orador: Quanto custa? Quanto temos de cortar? Onde devemos cortar? Quando vamos cortar? E como vamos cortar?

Acompanho a preocupação do Partido Socialista, relativamente à análise que devemos fazer sobre a despesa …

Deputado Nuno Barata (IL): Queria mesmo que o senhor dissesse isso!

O Orador: Permita-me, Sr. Deputado Nuno Barata, eu acho que o título da sua iniciativa seria mais abrangente e mais prospetivo, se não tivesse posto lá a redução da despesa, ainda que prosseguindo esse princípio, se tivesse de fazer uma avaliação e uma análise da despesa.

Deputado Francisco Lima (CH): O objetivo é reduzir.

O Orador: Mas eu acho que, nesse estudo projetivo que devemos fazer, teremos em conta — e acho bem a sugestão do Partido Socialista — de considerar um dos vetores que é a questão demográfica da nossa Região.

Mas, porventura, a questão demográfica da Região deve ser, inquestionavelmente,

considerada, talvez pela razão, exatamente, oposta àquela que o Partido Socialista aqui invoca. É que a despesa na Região vai crescer, precisamente por causa da regressão demográfica. Não só pelos efeitos de escala que isso vai provocar, não só pelo efeito que isso também terá em algumas receitas onde se utiliza o fator da capitação e a despesa vai aumentar, porque é a tendência mundial — e isso não é especificamente da Região — com o prolongamento da vida e uma população mais idosa a requerer muito mais cuidados, nomeadamente e sempre à cabeça, na área da saúde. E na saúde, como sabemos, com os avanços tecnológicos que está a incorporar, e bem, todos os dias, é possível fazer novos diagnósticos, novos exames. Isso repercutir-se-á sempre na parte da despesa. Portanto, vamos avaliar também a demografia, mas não tanto na perspetiva de que menos natalidade teremos menos pessoas e teremos menos despesa, porque efetivamente o que nós vamos ter é ainda mais despesa.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo a minha intervenção pelo fim.

Subscrevo, na íntegra, a parte final da intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado. Nós temos uma população mais envelhecida e teremos ainda mais no futuro próximo, que requer maiores cuidados de saúde. Cuidados de saúde esses que têm um custo crescente, não é preciso fazer grandes contas para perceber que os custos de saúde têm vindo a crescer, também pela evolução que eles têm tido ao longo do tempo, mas

também pela demografia e pelo envelhecimento da população. E o Sr. Deputado Joaquim Machado disse uma coisa que está certa: a despesa pública vai crescer e concordo plenamente. E não é porque nós quisemos agora gastar e esbanjar. A despesa pública vai crescer por esse motivo, também por outros, mas por esse motivo. E aquilo que está a propor e a debater é como é que vamos reduzir despesa.

Eu não sei se estão a perceber a contradição deste argumento. É porque, ao mesmo tempo que se assume que a despesa vai crescer por diversos motivos, mas também pelo envelhecimento da população, quer-se reduzir na despesa. A conclusão que se chega é que essa redução vai incidir sobre aquelas que são funções essenciais do Estado, por exemplo, a saúde, de que estava a falar o Sr. Deputado Joaquim Machado.

E começo pelo fim porque a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, julgo eu, que é lapidar e deveria levar, naturalmente, o PSD a não acompanhar esta proposta, porque a sua argumentação contraria toda a argumentação que a proposta vem trazer.

E indo ao princípio, a proposta que a Iniciativa Liberal traz, para além de reformulações orgânicas que podem trazer algumas eficiências e alguma poupança residual, não trará uma redução que resolva nenhum problema financeiro da Região, sejamos honestos.

Mas, para além disso, a Iniciativa Liberal não diz onde é que quer cortar. E essa questão é fundamental. Onde é que quer cortar? Onde é que quer reduzir despesas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor diga quanto custa as suas propostas!

O Orador: Porque, da nossa parte, nós não vamos aprovar uma proposta que pede ao Governo para cortar, mas não diz onde. O que isso significa é um cheque em branco, ao Governo, para reduzir despesas onde achar bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas ele diz ao Governo para gastar e nunca diz quanto.

O Orador: E onde quiser, sem dar cavaco a ninguém e nós, com isso, não podemos concordar. E, mais uma vez, também não damos para o peditório de que o problema da Região é um problema de despesa. Há má despesa pública — sejamos honestos — como é evidente. Mas, o problema da Região não é um problema de despesa, é um

problema de desequilíbrio entre as despesas e as receitas. São coisas totalmente diferentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É por isso que os países governados pelo Bloco de Esquerda não conseguem avançar!

O Orador: E vejamos a sequência das coisas: a Iniciativa Liberal e também os partidos da coligação e o CHEGA resolveram reduzir receita em 2021. Reduziram impostos, essencialmente, sobre os mais ricos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas quais são os mais ricos?

O Orador: A receita potencial diminuiu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A receita aumentou!

O Orador: E agora, como não tem receita, dizem que é preciso cortar na despesa. Como é evidente, a direita tem sempre uma solução para essas situações, que é cortar nos serviços públicos e é cortar nos trabalhadores.

Aliás, a Iniciativa Liberal não esconde o que vem através da sua nova líder nacional, que diz que é preciso despedir funcionários públicos. Por isso, nós já sabemos o que é que a Iniciativa Liberal pensa sobre o assunto e, como é óbvio, desconfiamos daquilo que o Governo vai fazer e de modo algum vamos dar um cheque em branco ao Governo.

Mas falemos de reduzir despesa. Nós já fizemos propostas, fazemos muitas propostas que aumentam despesas, mas também fazemos propostas para aumentar receita e para diminuir despesa.

Quando nós propusemos aqui a redução dos juros pornográficos que iam ser pagos à EDA de 7 %, o que é que se fez? Poupou-se 1 milhão e potencialmente, com os outros 26 milhões de euros que a Região deve de eletricidade, pode chegar quase aos 6 milhões de poupança. É ou não poupança? Se o Governo fizer a mesma redução de juros. E pode fazer mais, porque 4 % de juros de mora já é altamente excessivo. Não há depósitos a prazo que garantam essa rentabilidade. É um belo negócio, mas não é para a Região.

Redução de custos com consultorias, com gabinetes de advogados, com nomeações. Já o propusemos e continuamos a fazê-lo.

E aumentar receita. Aumentar a derrama regional para lucros superiores a 2 milhões de euros. Não são trocos!

Rever a Lei de Finanças Regionais para um aumento de 150 milhões de euros por ano. É aumento de receita.

Agora, olhar para o problema só do ponto de vista da receita e dar um cheque em branco para cortar, nós não damos e não damos para esse peditório.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem em branco, nem cruzado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à ausência do Sr. Secretário das Finanças — ela já foi explicada pelo Sr. Deputado Joaquim Machado — está ao serviço da Região, não se encontra na Região e, portanto, está em serviço, um serviço importante para o interesse da Região.

Seja como for, o CHEGA foi previdente e, para ouvir o Sr. Secretário das Finanças sobre esta matéria, antecipando já uma possível ausência do Sr. Secretário das Finanças, que é uma capacidade de antevisão extraordinária, já marcou o debate para ontem e já teve oportunidade de ouvir o que é que o Sr. Secretário das Finanças pensa sobre esta matéria. Eu tenho a certeza que terá sido esse o objetivo — uma informação que o CHEGA tinha sobre essa matéria — e não o objetivo, com certeza, de ultrapassar e de se antecipar à Iniciativa Liberal na discussão desta matéria. Isso eu tenho a certeza, conhecendo vossas Excelências, que esse não terá sido, de certeza absoluta, o vosso propósito. Portanto, terá sido sempre uma situação previdente.

Mas, o Sr. Secretário das Finanças já teve oportunidade de dizer o que pensa sobre esta

matéria e eu vou aqui voltar a referenciar aquela que é a posição do Governo.

Em primeiro lugar, é importante dizer o seguinte: eu estava a ouvir os Srs. Deputados e estava a me lembrar dos meus tempos de oposição, quando me sentava ali, exatamente onde está o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. E estava a ver aquela que é a dificuldade, de facto, em fazer oposição neste momento. Coloco-me sempre no lugar dos outros, no âmbito de uma discussão. É muito importante conseguirmo-nos colocar no lugar dos outros, quais são os argumentos que se vão desenvolver.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor sabe mais do que isso!

O Orador: E a grande dificuldade em dizer como é que se critica a política económica de um Governo que conseguiu o maior crescimento da história dos Açores!

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor sabe mais do que isso!

O Orador: Como é que se critica a política económica de um Governo que irá duplicar o PIB no espaço de duas legislaturas? Como é que se critica a política de um Governo que está a ter este sucesso extraordinário? Eu percebo a dificuldade enorme que seria estar nesse local, criticar o Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Que coisa estrondosa. Não paga é o que deve.

O Orador: E até vejo à vontade… os Srs. Deputados do Partido Socialista, os anteriores governantes, o Deputado Berto Messias, nunca teve esta facilidade de estar aqui sentado e dizer: "bom, eu tenho aqui estes *resultadozinhos* para vos mostrar". A duplicação do PIB em duas legislaturas, o aumento do PIB em 2000 milhões de euros em 5 anos — não custa nada a dizer, custa muito a fazer — 2000 milhões de euros e eu vejo que seria tremendamente difícil.

Mas, se o crescimento económico já coloca muitas dificuldades à oposição, imaginem o que não seria falar da criação de emprego, ou seja, 121 000 pessoas a trabalhar nos Açores. Um recorde absoluto: 121 000 pessoas!

Mais dificuldade eu teria em colocar-me, novamente, no lugar que ocupa agora o Bloco de Esquerda. Combater um Governo que tem este nível de emprego, que tem um nível de desemprego de 3,9 %, que tem um crescimento económico explosivo, é difícil.

Mas vamos àquele que é o conteúdo da proposta apresentada pela Iniciativa Liberal. Desde já, o Governo considera, aliás como foi explicado por diversos intervenientes em audição, que o problema não se resolve apenas pelo corte da despesa. É preciso resolver o problema pelo lado da receita. E é isto que se está a conseguir. Vejam bem que o crescimento da receita tem sido muito significativo. O crescimento da receita tem sido bastante significativo. De 2019 para 2024, o IRS subiu 24 %, o IRC subiu 55 % e o IVA 22 %.

Deputado Carlos Silva (PS): Então, não há problemas de receita.

O Orador: E conseguiu-se este aumento contra o discurso do *diabo vem aí*, do Partido Socialista, a dizer que os senhores fazem uma diminuição, utilizam o diferencial fiscal totalmente, ou seja, os 30 % e os senhores vão ter um problema no âmbito da receita. E vejam, aumentou significativamente. E eu estou absolutamente convencido, o Governo Regional está absolutamente convencido, os especialistas estão absolutamente convencidos que o que fez aumentar a receita foi exatamente a redução dos impostos e, portanto, o aumento da atividade económica.

Deputado Berto Messias (PS): Quais especialistas? Os técnicos especialistas que os senhores contrataram para os vossos gabinetes?

O Orador: E portanto, meus senhores, nós o que temos de continuar a fazer é manter o crescimento da receita de forma tão significativa como estamos a fazer.

Em segundo lugar, é necessário também resolver uma questão, que é a questão política. A Lei das Finanças Regionais é algo que é preciso resolver, porque aprofunda neste momento, no atual contexto, no contexto internacional, no novo contexto nacional, é evidente que prejudica gravemente a Região Autónoma dos Açores. E nós não estamos satisfeitos com o esforço que o Estado faz, com a justiça nesta matéria que não está a ser feita, por parte do Estado, e portanto, esta também é mais uma vertente em que é preciso fazer avançar as coisas.

Finalmente, no lado da despesa, temos aqui o compromisso do Sr. Secretário que eu lembro que se comprometeu a apresentar um plano de poupanças no espaço de um mês.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já só faltam 29 dias.

O Orador: A Iniciativa Liberal pede-nos 60 dias, o Governo não vai fazer em 60, o Governo vai fazer em 30 dias este plano de poupanças. E comprometemo-nos, desde já, numa redução de 30 milhões de euros. Uma redução de 20 % nos gabinetes e consultadorias, uma redução de 20 % nas deslocações, uma rentabilização do património regional, etc. Ou seja, um conjunto de medidas que certamente irão reduzir também as despesas.

Uma coisa é certa, não vamos adotar nenhuma medida que possa prejudicar o crescimento económico, que possa significar um retrocesso do ponto de vista do grande esforço que tem sido feito do ponto de vista social. Não vamos provocar nenhum retrocesso no âmbito das carreiras que nós requalificámos e que se encontravam num estado lastimável, como o Partido Socialista as deixou. E, portanto, não vamos, de certeza absoluta, diminuir os apoios sociais de que a população está a usufruir.

É possível resolver questões, mas nunca exclusivamente pela despesa. A despesa é uma das vertentes, mas nós assumimos aqui no Parlamento e, por isso, o Governo concorda com a iniciativa que a Iniciativa Liberal apresenta aqui neste Parlamento e, por isso, esta é uma das vertentes para realizar um esforço que é necessário fazer no atual contexto que a Região enfrenta. Mas não é o único e é necessário resolver a questão também pelo lado da receita, porque a nossa ambição continua a ser uma ambição de fazer crescer a Região aos níveis que está a crescer, que são níveis verdadeiramente extraordinários.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça a favor.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, não há qualquer contradição na bancada do Partido Socialista. Há sim identificação de prioridades e de reposição de direitos que têm que ser garantidos e assumidos por nós, tal como já foram assumidos por vós, relativamente aos educadores de infância.

Não é possível, obviamente, quantificar neste momento, o que qualquer pessoa percebe e, portanto, não é esse o problema do défice orçamental da Região e creio que nem é justo para com essas pessoas referir-se a isso.

Relativamente àquilo que foi aqui referido, Sr. Secretário Regional Paulo Estêvão, há aqui uma contradição da sua parte, aliás, várias.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Uma posição desde sempre do Partido Socialista. A contradição é sua.

O Orador: O Sr. Secretário diz que não há nenhum problema de receita, mas, ao mesmo tempo, reclama mais receitas da República constantemente. Tem que se decidir: ou a receita, afinal, cresce a um ritmo extraordinário e é suficiente para cobrir as necessidades da Região; ou, então, assume de uma vez por todas que é insuficiente e, por isso, é que pede, todos os dias, mais dinheiro à República. As duas coisas é que não podem acontecer.

E, depois, há aqui também um argumento que o senhor invoca e que é falso, que é a questão do crescimento do PIB. O PIB cresceu, essa parte é verdade.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): O que é que é mentira, afinal?

O Orador: Agora, é preciso analisar com rigor o que é que isso significa.

O PIB da Região cresce, é um indicador económico, é positivo, mas isso não é um indicador de desenvolvimento social e de desenvolvimento sustentável de uma Região.

E, depois, o Sr. Secretário omite algo que é muito importante, que é o PIB *per capita*.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Qual é a contradição então?

O Orador: Mas, além disso, e é importante analisar os dados com bastante rigor, o PIB *per capita* da Região no contexto nacional, em 2012, era de 89,8. Em 2019, era de 88,4 e, em 2023, os últimos dados disponíveis, é de 88,4. Ou seja, o PIB *per capita* de 2023, a riqueza que é produzida e que é, no fundo, distribuída pelo número de habitantes, em 2023, é precisamente igual ao de 2019. Onde é que está esse sucesso extraordinário, Sr. Secretário Regional? São dados do Serviço Regional de Estatística, produzidos pelo seu Governo. Onde é que está esse sucesso extraordinário? Onde é que está o sucesso extraordinário no dia-a-dia das famílias? Nas dificuldades que eles sentem para encontrar uma habitação a preços acessíveis, por exemplo. Em várias áreas que já aqui foram referidas, tivemos um debate hoje sobre incumprimentos. As dificuldades que os estudantes sentem para encontrar a habitação, para conseguir pagar propinas, para conseguir fazer o seu curso. As dificuldades existem.

Deputado Russell Sousa (PS): O Governo não paga!

O Orador: Todos os partidos reconheceram aqui hoje que os incumprimentos do Governo Regional dificultam o dia-a-dia das famílias e o Sr. Secretário Regional vem aqui num discurso triunfalista, falar em autoelogio e em sucesso extraordinário, perante tantas dificuldades. E omite dados que são muito relevantes. O nível de desenvolvimento da Região, infelizmente, não é o que o senhor apregoa e dados como o PIB *per capita* comprovam precisamente isso. A Região não avançou assim tanto como o senhor entende que avançou, porque o PIB *per capita* de 2023 é exatamente igual ao de 2019 e é inferior, e isso é preocupante, ao de 2012, durante as governações do Partido Socialista.

Mas, compare com a Madeira, já que gosta tanto de comparar com outras regiões. A Madeira tem um sentido precisamente contrário a esse. Em 2012, o PIB *per capita* era de 95,2, em 2019, era de 98,4 e em 2023, é de 108,3. Ou seja, está acima da média nacional. E, portanto, os números que existem comprovam exatamente o contrário do que referiu.

As dificuldades existem, são muitas e, infelizmente, aparentemente, o Governo Regional e os partidos que o sustentam vivem num mundo paralelo que não corresponde àquele em que vive a maioria dos açorianos.

Para terminar, gostaria de referir, relativamente à iniciativa que aqui estamos a discutir, que concordo, em parte, com a perspetiva que é apresentada pelo Deputado António Lima, sobre a preocupação e a dificuldade que significa reduzir a despesa pública. Já aqui mencionámos. Preferia, obviamente, que o título da iniciativa fosse um plano estratégico de controle e monitorização da despesa pública. Mas não será essa a razão para nós não acompanharmos a iniciativa, porque, se nós analisarmos com rigor tudo o resto que lá está, consta exatamente esta preocupação. E, portanto, é preciso ter isso em conta e não será um problema no sentido de voto do Partido Socialista.

Por fim, relativamente à questão demográfica. Obviamente, a questão demográfica implica, em alguns setores de atividade, como a área da saúde, eventualmente um aumento da despesa, mas noutros, irá provocar, inevitavelmente, também uma redução e nós estamos a ter isso em consideração, sob pena de perdermos uma oportunidade. Controlar, monitorizar, rever e alterar implica exatamente isso: identificar problemas e identificar oportunidades. E nós também temos que contribuir para isso.

Muito obrigado.

Deputado Russell Sousa (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta é uma intervenção que procurarei que seja rápida, até porque visa, sobretudo, ser uma reação às palavras do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, António Lima.

O Deputado António Lima, hoje, insurge-se aqui contra o Governo e os partidos que o

apoiam e também contra a Iniciativa Liberal, que é a autora da proposta e contra a redução da despesa. Mas, ontem, o Bloco de Esquerda publicou uma notícia que diz que o Bloco tem apresentado soluções para reduzir a despesa.

Portanto, um dia diz uma coisa, outro dia diz outra.

Sr. Deputado António Lima, de uma vez por todas, a redução de impostos na Região permitiu gerar mais receita fiscal. Portanto, aquilo que o senhor diz é falso. O senhor não tem nenhuma evidência de que a redução de impostos tenha impactado na receita. Pelo contrário, temos mais 24 % de receita fiscal de IRS, temos mais 57 % de IRC e temos mais 22 % de IVA. Portanto, com o abaixamento dos impostos foi possível gerar mais emprego, emprego mais bem remunerado.

O senhor tem uma dificuldade enorme em reconhecer e nunca o diz.

Deputado António Lima (BE): Não está demonstrado!

O Orador: O senhor nas suas intervenções, mesmo quando aborda só a área social, nunca, nunca por nunca diz que a Região hoje está bem no emprego. Nós hoje aqui nos Açores, apesar das discordâncias com os partidos que governam, temos o melhor e o maior emprego de sempre. O senhor é incapaz de dizer isto. É preso a esses dogmas, a esses seus complexos do passado, a essa sua ideologia que, hoje, já não tem paralelo em sítio nenhum do mundo. Até a Albânia, que era a referência da UDP (União Democrática Popular), que está na base do Bloco de Esquerda, até esses já perceberam que se continuassem a ser socialistas, nunca teriam uma economia como deve ser e também esses abandonaram esse tipo de ideologia.

Portanto, Sr. Deputado António Lima, mais uma coisa: nós estamos preocupados com a despesa também, com a receita ainda mais, com a qualidade da despesa. Agora uma coisa, o senhor, das duas uma, ou anda distraído e isso também não lhe fica bem, ou então foi intelectualmente desonesto, quando diz que nós queremos reduzir despesa social sobretudo.

Deputado António Lima (BE): Eu não sei.

O Orador: Ontem aqui foi afirmado e hoje reafirmo: o "cheque pequenino" deixou de

ser pequenino e vai continuar a ser aquilo que é.

Deputado António Lima (BE): Então diga lá onde vai cortar!

O Orador: O complemento regional de pensão vai continuar a ser o que é. O complemento regional de abono de família cresceu muito, vai continuar.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

O Orador: O apoio aos doentes oncológicos cresceu muito, vai continuar. As creches gratuitas cresceram como nunca, vão continuar assim. A Tarifa Açores é uma inovação, é um sucesso, vai continuar, com certeza que sim. E assim sucessivamente.

Eu creio que o senhor, muitas vezes, tem saudades do passado, daquele passado em que a Região era governada pelo socialismo e o senhor mantinha-se mais calmo nas críticas à governação.

Deputado António Lima (BE): Não é verdade, estava distraído.

O Orador: Sr. Deputado, permita-me dizer o seguinte: eu acho que no seu caso político — não o senhor pessoalmente, mas o posicionamento do Bloco de Esquerda — no caso do posicionamento do Bloco de Esquerda, se aplica muito bem umas quadras de Nemésio nas suas cantigas à minha guitarra, que diz mais ou menos assim:

"Na caixa da minha viola
Há um letreiro que diz:
V. DA SILVA, VIOLEIRO*,*
ILHA TERCEIRA - PARIS*.*

Mas um tolo, um engraçado,
Colou com cuspo uns tarjões:
SILVA, CANGALHEIRO DE ALMAS*,*
FAZ VIOLAS E CAIXÕES*."*

O senhor, em matéria de despesa, faz violas e caixões. Um dia queixa-se, no outro dia toca viola.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que era a minha expectativa, quando fiz a minha primeira intervenção, afinal, a vindima não estava feita.

Afinal, a reboque e a pretexto desta iniciativa da nossa Representação Parlamentar discute-se o Estado da Região e ainda bem.

Eu registei, nas palavras do Sr. Deputado Joaquim Machado, a frase: "convoca-nos à reflexão." Não há melhor frase do que esta para registar aquilo que esta iniciativa conseguiu neste plenário, neste período legislativo. Mas convoca também os açorianos à reflexão, porque os açorianos, um pouco por todas as ilhas, um pouco por todas as nossas freguesias, todos querem fazer coisas, todos querem promover eventos, todos querem ter agremiações e associações empresariais, culturais, etc., etc., etc. Esquecem-se, porém, como é que se financiam essas atividades e recorrem sempre ao mesmo, ou ao Orçamento Municipal ou ao Orçamento Regional.

Eis uma área onde a Região pode começar por cortar. Em tantas coisas que não têm qualquer tipo de retorno cultural, económico, social e que se vão fazendo por estas ilhas de fora. Posso enumerar várias: organizações, coisas que as pessoas gostam, se lembram de um dia fazer de manhã e criam uma associação, ou já têm uma associação e resolvem implementar. É um bom caminho para começar a cortar e essa reflexão tem de ser feita por todos os açorianos, porque é insustentável. O estado de coisas a que nós chegámos é insustentável e não é uma questão de perceções. Quando nós chegamos ao ponto de ter relatos, de que há seguros por pagar, que há manutenções essenciais que

não se fazem, que há escolas que não têm os computadores e informaram os pais hoje de manhã que não têm computadores para os alunos do 8.º ano. Não é uma questão de perceção, é uma questão de factos insofismáveis. Não há dinheiro para o mais básico e, portanto, ao contrário do que diz o Sr. Secretário, que está à espera da revisão da lei de financiamento das regiões autónomas para resolver esse assunto, está mais ou menos como um estudante que está em Coimbra, que gasta tudo em cerveja na Latada e depois fica à espera de que o pai lhe aumente a mesada. Não! Nós temos de começar por cortar na despesa superlativa, ainda antes de alguém nos dizer que mesada é que nós vamos ter, porque não somos nós que vamos dizer qual é a mesada que vamos ter. É a República que nos vai dizer e, como eu já disse aqui hoje, ao ritmo que a República também está a desbaratar algum dinheiro, provavelmente, vai ser pouca essa mesada.
E essas associações das quais falei têm de ser mais proativas, não podem viver desse rendimento social de inserção das associações e dos clubinhos. Têm que ir à procura de fontes de financiamento externas à Região, porque existem mecanismos de financiamento externos à Região. Existem mecanismos de financiamento direto às associações na União Europeia, do E-Grant, tantos outros mecanismos. É preciso ser criativo. Eu percebo, o mais fácil é chegar à porta de uma secretaria qualquer e dizer: "Gostava que me dessem dinheiro para fazer isso, aquilo ou aquele outro". Vão à procura, sejam proativos e, se nós continuarmos a dar, estamos a fazer a mesma coisa que reclamamos, em relação ao rendimento social de inserção ou aos programas ocupacionais. Estamos a manter as pessoas numa letargia, num acomodamento e elas depois não inventam formas de financiamento. Até formas de financiamento local, entre os seus pares, que, muitas vezes, acontecem, com finalistas que organizam jantares, almoços. No fim de contas, estão a retirar aquele dinheiro das famílias, mas as famílias sentem-se úteis, ou eles próprios sentem-se úteis organizando essas coisas. Fontes de financiamento sem ser o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.
E, depois há, em relação ao controle da despesa, coisas que são inevitáveis. Nós temos um rol de pagamentos que são efetuados por indexação à remuneração mínima mensal

garantida, em vigor na Região Autónoma dos Açores. A remuneração mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores, essa que está indexada à remuneração mínima garantida, prevista no Orçamento do Estado. Ora, se o Orçamento de Estado do próximo ano aumentar significativamente essa remuneração mínima mensal garantida, obviamente vai-nos aumentar diretamente a despesa. Portanto, nós temos de estar preparados para acudir essa despesa que nos vai ser imposta por fora, que não é nossa, nem decidida por nós. Logo, temos de cortar noutra qualquer, sob pena da Região entrar num colapso financeiro e num sufoco, que então aí o descalabro vai ser total.

Não servirá de nada virmos, daqui a dias, aqui reclamar porque aconteceu um acidente numa viatura da Região, com falta de manutenção e que atropelou três ou quatro pessoas e nós vamos fazer um voto de pesar e mandar uma cartinha às famílias. Mas, depois, afinal, nós andámos a gastar naquilo que não era necessário, em vez de se fazer aquilo que, de facto, tem de ser feito.

Sr. Deputado António Lima, para finalizar, se o senhor votasse, favoravelmente, a iniciativa legislativa resolutiva que aqui trouxemos, ela ficaria ferida de morte, ela perderia a inteira qualidade. Ainda bem que o senhor vota contra e ainda bem que o senhor, mais o Sr. Deputado Carlos Silva, trouxeram o problema do despedimento dos funcionários públicos.

Nós, Iniciativa Liberal, como o senhor bem lembrou, não temos problemas nenhuns com isso. Nós sabemos da falta de recursos humanos na saúde, nós reconhecemos a falta de recursos humanos na educação, mas nós também sabemos em que secretarias, em que departamentos há recursos humanos a mais. Não há dúvida.

Deputado António Lima (BE): Então diga.

O Orador: Portanto, nós, Iniciativa Liberal, não temos problemas nenhuns em assumir e uma das formas de reduzir despesa, nem sequer é o despedimento desses funcionários públicos, é pô-los a trabalhar na saúde e na educação, por exemplo. É a mobilidade entre as secretarias, é promover isso. É uma bolsa daqueles que não são necessários

nalguns serviços.

É, por exemplo, deixar de pagar os ordenados, mais a segurança social de alguns que estão a trabalhar ou empregados em algumas associações e que são pagos diretamente pela secretaria regional que os cede a essas associações, é um exemplo.

Deputado José Pacheco (CH): Estás a falar da ARRISCA?

O Orador: Não, não tenho de falar só da ARRISCA, nem tenho de enumerar as associações, mas o Sr. Secretário da Agricultura sabe muito bem quantos são.

Portanto, não vale a pena escamotear, ou temos um elefante no meio da sala? Ou sou só eu que sei essas coisas? Não! Eu acredito que os 57 Srs. Deputados, mais os Srs. Membros do Governo, todos conhecem essas situações. Portanto, não é novidade nenhuma que isto acontece em toda a Região e não é novidade nenhuma que isso é despesa que não está a contribuir para a Região.

Toda a gente sabe, mais ou menos, onde é que é preciso cortar. Ninguém quer é assumir. Eu já sei que, dos 30 milhões que o Sr. Secretário vai cortar, sempre que disser a alguém que não vai receber, este ano, a ajuda que recebeu o ano passado, ou o subsídio, à "boca pequena", vai ser dito que a culpa é do Barata, "#aculpaédobarata". Mas, não me incomoda nada. Agora, eu não quero é que seja eu aqui a dizer que é para cortar. Que vão dizê-lo à boca pequena, já sei que vão dizer. Não tenho dúvidas nenhumas disso, mas não me assusta absolutamente nada. Estou aqui, pronto a ir a votos e a dizer aos açorianos outra vez: "Sim, fui eu, porque não quero que os vossos filhos e os vossos netos, em vez de viverem aqui, tenham de emigrar para não ficarem aqui o resto das suas vidas a pagarem as dívidas que essa gente andou a fazer."

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, pouco mais há a dizer sobre esta iniciativa. A sua urgência e a sua necessidade são uma inevitabilidade.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo

Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Nuno Barata (IL): Já sei que vão dizer que a culpa é do endividamento zero.

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, não sofra por antecipação porque a redução que foi anunciada de 30 milhões de euros é anterior à discussão desta iniciativa e, por isso, com certeza que ninguém dirá isso, porque há um histórico da afirmação que é feita antes de aqui ser discutida a sua iniciativa e, por isso, se calhar poderá ser dita é a do CHEGA.

Considero importante aqui referenciar alguns pontos. Em relação à Lei das Finanças Regionais, por exemplo, a contradição, Sr. Deputado Carlos Silva, é sua porque, nesta matéria, até agora, o Partido Socialista sempre defendeu que, em relação à República, quer fosse governada por um partido ou por outro, existia um subfinanciamento da Região Autónoma dos Açores. O senhor acaba de dizer que nós estamos à espera e que queremos resolver o problema através da Lei das Finanças Regionais, quando o senhor, o Partido Socialista, quando estava no Governo e depois dele, sempre considerou que o financiamento do Estado em relação à Região Autónoma dos Açores é insuficiente e que a Região Autónoma está subfinanciada. Essa é a posição histórica do Partido Socialista. E eu agora vejo que V. Exª, em relação a essa matéria, com as suas afirmações, representando uma bancada com essa dimensão, prejudica, obviamente, a posição dos Açores e a posição negocial dos Açores. Portanto, lamento que tenha feito essa afirmação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Seja rigoroso, Sr. Secretário. Não é bem assim.

O Orador: Em relação à Lei das Finanças Regionais e o facto do Partido Socialista já não estar neste barco, que é de conseguir um financiamento justo por parte do Estado, em relação à Região Autónoma dos Açores e ao conjunto de circunstâncias que a nossa autonomia tem de enfrentar.

Mas peço-lhe que faça um exercício: olhe para o financiamento de outras regiões autónomas, como as Canárias, ou agora mais recentemente como a Gronelândia, que

tem 30 mil habitantes.

Deputado Carlos Silva (PS): Veja a Madeira.

O Orador: Olhe para o financiamento dessas regiões dotadas de autonomia, desses territórios dotados de autonomia e compare com o esforço que o Estado português faz aqui. Faça esse exercício e verifique até que ponto o Estado português, nesta matéria, está a prejudicar gravemente a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Essa é a conversa do seu Primeiro-Ministro.

O Orador: Esta é a conversa preocupante de V. Ex.ª, de aqui desvalorizar a necessidade de uma nova Lei das Finanças Regionais. Só por causa do debate político o senhor apresentou esse argumento e esse argumento é um argumento perigoso e espero que o seu líder partidário tenha a oportunidade de repor aquela que é a posição histórica do Partido Socialista nesta matéria, porque faz falta que o Partido Socialista esteja nesta matéria e esteja também nesta reivindicação justa da autonomia dos Açores.

Depois, quero referenciar outra questão: como é que os governos socialistas resolveram o problema da natalidade no território nacional? Através da imigração. Hoje em dia, o nosso país tem 10 milhões e meio de habitantes. Um milhão e meio são estrangeiros. Só 9 milhões é que são nacionais. Ou seja, através do crescimento da imigração, que representa 15 % da população residente, através de uma política de portas escancaradas, foi o que aconteceu, V. Exs. resolveram o problema da baixa taxa de natalidade. Não resolveram o problema da baixa natalidade, V. Exs., com o descontrolo que existiu nesta matéria, criaram um problema grave ao nosso país.

Na Região Autónoma dos Açores, a imigração representa apenas 3 % da população residente. Isso leva-nos a outra constatação, que é o crescimento económico dos tais 2000 milhões de euros, de acrescento ao PIB, que eu lhe referenciei, que vamos somar no final deste ano, esse crescimento económico foi feito, apesar de não termos, de não termos a dimensão da imigração que o resto do país enfrentou. Não o tivemos. Veja bem o que é que representa um crescente à população, do ponto de vista do consumo,

do ponto de vista do emprego, de ter 15 % de população estrangeira. E foi isso que motivou os Governos do Partido Socialista nessa matéria.

Agora vejo que V. Exª. também se tornou admirador das políticas da Madeira. Vejam bem, nunca tinha visto. É uma novidade no discurso do Partido Socialista também, em relação a esta matéria. Mas compare as políticas sociais que aqui são praticadas, com aquelas que são praticadas na Região Autónoma da Madeira. Faça uma comparação, em relação a esta matéria, verifique a diferença enorme que existe e verifique a enorme diferença também que existe em relação ao diferencial fiscal. Veja o diferencial fiscal na Região Autónoma da Madeira e veja o diferencial fiscal que nós temos aqui.

Deputado Carlos Silva (PS): Então, o senhor quer reduzir o diferencial fiscal?

O Orador: V. Exª., a partir do momento em que considera e valoriza o modelo da Madeira, V. Exª. o que está a sinalizar é: diminuam as políticas sociais, aumentem os impostos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Grande parte deste debate resume-se a uma forma pouco correta de tratar o assunto.

Diz-se que há funcionários públicos a mais, mas não se diz onde. Diz-se que é preciso cortar, mas não se diz onde. *É tirar a pedra e esconder a mão.*

Deputado Joaquim Machado (PSD): É como o senhor faz. Diz para fazermos as contas.

O Orador: Porque é muito fácil dizer que há a mais e que é preciso cortar. O que é difícil é dizer onde cortar.

O Sr. Deputado Joaquim Machado, do alto da sua arrogância habitual, vem dizer que não há cortes no "cheque pequenino", não há cortes nas creches gratuitas, não há cortes no programa Novos Idosos, etc., etc., etc. Então diga, onde é que há cortes? Essa é que é a questão. Os senhores dizem que não vão cortar em nada, mas vão reduzir despesa. Isso é extraordinário, é um milagre, não é da multiplicação, é da subtração. Não vão cortar em absolutamente nada, mas a despesa vai diminuir, por milagre. Não sabia que era santo milagreiro, Sr. Deputado Joaquim Machado.

E também é preciso dizer que está por demonstrar qual foi o efeito da política fiscal do Governo Regional, porque o Sr. Presidente do Governo contraria a argumentação de que a redução de impostos trouxe mais receita. O Presidente do Governo disse *n* vezes neste Parlamento que a redução de impostos significava menos 140 milhões de euros no orçamento da Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que ficam no bolso dos açorianos.

O Orador: Menos 140 milhões de euros por ano, isso em 2021.

Agora, quer dizer que, afinal, não há 140 milhões de euros, é isso que querem fazer crer? Houve uma redução da receita em 140 milhões de euros, segundo o Presidente do Governo Regional, não são as minhas contas.

E a coligação acha justo que uma empresa — e dou o exemplo de uma empresa regional, podia dar de outras — que tem 10 milhões de euros de lucro por ano, paga menos de 30 % de IRC, do que paga uma empresa no resto do país. Acham justo? E agora sejam os açorianos chamados a pagar uma dívida galopante. Acham justo? Esse é que é o problema, é quem ganha 900, 1000 e 1500 e 2000 euros, é que é chamado a pagar essa dívida. Não é a EDA, não é a grande distribuição, nem os combustíveis, são os açorianos que vão pagar essa dívida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E são os que ganham 900!

O Orador: E se está tudo tão bem, e se a receita fiscal está a subir tanto, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, como é que explica que o saldo global orçamental, em julho, seja negativo, cá em baixo, abaixo de zero, 224 milhões de

euros? Diga lá. Por isso, há um problema de equilíbrio orçamental.

Mas quem o criou, em grande parte, tirando a questão da Lei de Finanças Regionais, quem o criou, em grande parte, foram: o Governo, a coligação e os partidos que aprovaram essa mesma política orçamental.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o resto, quem foi?

O Orador: Foram os responsáveis, mais ninguém. Por isso, como já disse, nós não damos cheque em branco e ainda bem que a medida fica muito melhor nas palavras da Iniciativa Liberal sem o nosso voto, porque cheques em branco nós não damos, mas pelos vistos a Iniciativa Liberal também dá.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sras. Membros do Governo:

Nós não nos revemos nesta visão de catástrofe que foi aqui desenhada pela Iniciativa Liberal.

Obviamente, toda a despesa merece a nossa atenção e merece a nossa preocupação, quanto àquilo que é o montante da despesa em si e o fim a que se destina.

E, portanto, é dessa avaliação entre aquilo que se gasta e o fim a que se destina que se pode avaliar se a despesa é uma despesa justificável e justa, ou se é uma despesa supérflua.

Ora, a Iniciativa Liberal traçou-nos aqui um cenário de completa catástrofe, despedir tudo o que mexer na função pública e, portanto, ficar com, se calhar, talvez e só, os Membros do Governo e o seu gabinete ali nas secretarias para abrir a porta e atender telefones.

E, portanto, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal esquece de um pequeno detalhe, é que vivemos em ilhas e, portanto, se as ilhas estivessem todas juntas, só necessitaríamos de um hospital, não necessitaríamos de três; só necessitaríamos de dois ou três centros de saúde, não necessitaríamos dos centros de saúde que temos; necessitaríamos apenas de

um porto e de um aeroporto e não de tudo o que nós temos por causa dos transportes. E, portanto, há despesas que são inerentes à nossa condição arquipelágica, ao facto de estarmos isolados no meio do Oceano Atlântico e, dessas, a gente não consegue fugir, por muito que queira.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas eu disse o contrário!

O Orador: Podemos racionalizar algum tipo de despesa aí, mas a margem de corte não é aquela que nos foi pintada pela Iniciativa Liberal.

E, portanto, Sr. Deputado, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. No debate que tivemos aqui na terça-feira, o Sr. Secretário das Finanças também se manifestou preocupado com a despesa e já anunciou que, por iniciativa do Governo, no próximo orçamento haverá um corte de despesa na ordem dos 30 milhões de euros.

Ora, se pelas contas do Governo fosse possível cortar mais, já no próximo ano, seguramente, o anúncio não teria sido de 30 milhões, teria sido um anúncio superior.

E, portanto, Sr. Deputado, a sua iniciativa é importante, porque nos convoca à reflexão. Mas é preciso é colocar tudo em cima dos pratos da balança. E a nossa condição arquipelágica e o nosso isolamento no meio do Atlântico têm de entrar nessa equação.

Por outro lado, e em relação a questões que já aqui foram levantadas, como seja a da natalidade, a do envelhecimento e a tudo o que isso implica. Ora, com o envelhecimento da população e com a evolução da medicina, pois obviamente, viveremos mais tempo; com a evolução da medicina, vamos desejar… porque já o fazemos hoje em dia, quem é que vai a uma unidade de saúde nos Açores e não quer fazer logo uma TAC (Tomografia Computorizada), uma ressonância, tudo o que é análise para ver se a unha do pé está encravada ou não está encravada.

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

Obviamente, eu estou a entrar num exagero, porque foi neste exagero que o Sr. Deputado colocou a questão na sua última intervenção.

E, portanto, havendo a tecnologia, havendo os profissionais, é óbvio que as pessoas desejam e ambicionam, é natural desejarem e ambicionarem terem o melhor serviço. E isso tem custos. Se formos pela bitola da Iniciativa Liberal, todo o investimento, por exemplo, na saúde, que está sendo feito por estes dias de equipar as unidades de saúde de ilha, cai por terra então e ficamos apenas com um enfermeiro e um médico para evacuar…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E as evacuações também custam dinheiro.

O Orador: … e as evacuações também custam dinheiro.

O que é que nós queremos? Queremos continuar com o mesmo nível de evacuações? Ou queremos ter médicos mais diferenciados nas ilhas mais isoladas e, se calhar, com isso, prestar melhores cuidados lá e evitar algumas evacuações? Se calhar, fica mais barato e a qualidade de atendimento, se calhar, é superior.

E, portanto, esta sua iniciativa é importante para fazermos toda esta reflexão. Mas não é só pelo lado da despesa, ou pela perspetiva de cortar na despesa. Mas, no fim da reflexão, vamos ver a dimensão do corte.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer uma interrupção dos nossos trabalhos. Regressamos às 18 horas e 10 minutos.

Eram 17 horas e 48 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos

Eram 18 horas e 17 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, porque também o debate tem sido esclarecedor, mas importa clarificar dois ou três aspetos, daquilo que foi referido pelo Sr. Secretário Paulo Estêvão.

Em primeiro lugar, a posição do Partido Socialista relativamente à Lei de Finanças Regionais é clara, é coerente e mantém-se válida naqueles que são os pressupostos por nós identificados como prioritários. A lei precisa de ser atualizada, sim, não mudamos de opinião. Nós não abdicámos é de ter, na Região, as competências ao nível da saúde, da educação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Nós também não.

O Orador: E não abdicámos dessas competências, coisa que os senhores aparentemente estão dispostos a ceder, em troca de um cheque para colmatar os défices orçamentais. Essa é a nossa diferença e, portanto, se não é, o Sr. Secretário terá a oportunidade de a clarificar. Mas, a opinião do Partido Socialista e a posição relativamente a esta matéria não mudaram.

O que nós também temos dito, e que o Sr. Secretário omitiu, ou não quis relevar, é que as nossas dificuldades orçamentais não se podem resolver apenas por via de mais dinheiro por parte da República. Nós temos competências e nós temos capacidade de decidir sobre o que queremos fazer com o dinheiro que a Região tem ao seu dispor. E, aparentemente, aquilo que o Sr. Secretário veio aqui dizer é que vamos manter tudo igual: "nós concordamos com o plano estratégico de redução de despesas, mas, afinal, vamos manter tudo igual porque há um sucesso extraordinário, o PIB cresce de forma

extraordinária e está tudo bem".

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E cresce, como nunca cresceu.

O Orador: Não é possível ter as duas coisas, Sr. Secretário. E, portanto, se há efetivamente um problema do ponto de vista orçamental, um problema de crescimento do ritmo da despesa pública, é preciso atuar nesta matéria.

Paralelamente, é preciso atualizar a Lei de Finanças Regionais. Sim, há um processo que está a decorrer, envolvendo todos os partidos, mas com premissas que para nós são prioritárias. Nós não abdicamos das competências, por exemplo, ao nível da saúde e da educação, coisa que os senhores, aparentemente, estão dispostos a ceder.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Isso não é verdade.

O Orador: Última nota, e é importante referir novamente relativamente à questão do PIB. Percebi que o Sr. Secretário, na sua última intervenção, já não quis relevar muito a questão do PIB, mas aquilo que eu referi relativamente ao PIB *per capita* é que importante analisar os indicadores, porque aquilo que eles demonstram é que o nível de riqueza que a Região produziu por habitante, se nós compararmos com o resto do país e com as outras regiões, nós estamos a perder o comboio. E isso é importante, porque o PIB cresceu nos Açores, é verdade, mas cresceu em todo o mundo, em toda a Europa e nas outras regiões.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com mais população. É preciso também lembrar isso.

O Orador: Se, em 2019, nós tínhamos um PIB *per capita* de 88,4 % e, em 2023, temos precisamente o mesmo nível de PIB *per capita* face ao resto, à média nacional, isso é uma estagnação.

Em 2012, nós estávamos melhores do ponto de vista do PIB *per capita*.

O Sr. Secretário não pode apenas relevar o valor nominal do PIB, porque cresceu. Cresceu também porque a conjuntura era favorável, cresceu porque nós apanhámos um período extremamente difícil de estagnação, de abrandamento da atividade económica

com a pandemia do covid e depois, obviamente, cresceu. Cresceu por via da inflação, cresceu pelos problemas logísticos, cresceu por via da pandemia, cresceu nos Açores e cresceu em todo o mundo.

Dizer apenas que há um sucesso económico tremendo nos Açores, …

Deputado Joaquim Machado (PSD): E há.

O Orador: … porque o PIB cresceu do ponto de vista nominal, mas nós estamos a ficar para trás, em comparação com outras regiões do país, e citei o exemplo da Madeira, que tem um crescimento do ponto de vista económico muito superior ao nosso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PS nos Açores diz o contrário do Cafôfo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Tire o efeito do centro dos negócios e veja o efeito dos negócios!

O Orador: E citei também a questão da Madeira, porque a Madeira, apesar da dimensão da dívida que tem, tem conseguido excedentes orçamentais, e os senhores, nos Açores, que governam há 5 anos, acumulam *déficits* orçamentais superiores a 1300 milhões de euros e um aumento de dívida equivalente e isso sim, é preocupante. E depois vir aqui falar em rigor, pedir o contributo e a reflexão de todos para nós delinearmos estratégias que permitam mitigar os *déficits* orçamentais, mas depois inscrever em orçamentos, de forma sucessiva, de receitas fictícias, como aos fundos comunitários, na ordem dos 400 milhões de euros, quando só executam 200. Isso sim é iludir, é querer enganar, e é querer enganar este Parlamento sobre um orçamento que nunca foi rigoroso nos últimos anos, e nós estamos a pagar a despesa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a frontalidade que me é característica tem de continuar e tem que se dizer as coisas como elas são.

Nós temos que reduzir a despesa e temos que reduzir uma coisa que existe na nossa Região há 50 anos: eleitoralismo. Eleitoralismo é uma coisa que nos mata e que nos sufoca. O que é que é o eleitoralismo? É a promessa de emprego, o pôr na administração pública, são os concursos viciados, são os apadrinhamentos, é essa bandalheira toda que eu tenho visto durante 54 anos. Qual é a parte que ninguém percebe? Quem está em casa percebe. E toda a gente que está em casa sabe. Querem o melhor exemplo, altura de eleições autárquicas: festas, festarolas, tintas, cimentos, casas de banho, é tudo uma coisa. Quem é que paga? Paga o contribuinte.

Não querem acabar com isso? Eu quero acabar com isto custe o que custar! Porque é uma pouca-vergonha o que eu tenho visto. Há gente em empresas públicas, há gente no setor de administração pública que entrou com cunha. Não entrou por mérito. E ainda hoje entra. São os tachos, os *técnicozinhos* especialistas, são os jeitos.

Qual é a parte que não perceberam? Isso não se trata de despedir pessoas, isso trata-se de pôr a casa na ordem. Não querem pôr a casa na ordem? Votem no CHEGA, que o CHEGA põe essa casa na ordem. Mas não é com esta palhaçada que eu tenho visto nos Açores, em que toda a gente tem o direito de um tacho desde que vote no partido do sistema. Eu não sou do sistema, eu sou contra o sistema.

Deputado Flávio Soares (PSD): É contra o sistema, mas está no sistema.

O Orador: Eu não estou aqui a pagar impostos, para outros andarem a distribuir.

E não olhem para mim com essas caras, porque sabem de uma coisa? Se há partido que não tem tacho é o CHEGA.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal. Faça o favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra nesta fase adiantada do debate apenas para esclarecer duas questões que me parecem que têm de ser esclarecidas.

Ruído na Câmara.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, eu não sei se ameaçou, ou se não ameaçou. Eu dei a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata e exijo que o senhor crie as condições para que ele possa prosseguir. Faça o favor, Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como ia a dizer, pedi a palavra nesta fase do debate, já adiantada, apenas para esclarecer, na decorrência da intervenção inflamada do Sr. Deputado Pedro Pinto, que o catastrofista foi o Sr. Deputado Pedro Pinto, porque eu tive, inclusivamente, uma atitude bastante construtiva, ao longo de todo este debate, como eu tive, na fase do debate de urgência do CHEGA, sobre o mesmo assunto.

Mas, há uma coisa que eu não posso deixar de dizer, é que jamais a Iniciativa Liberal disse que queria cortar no setor da saúde. Eu não tenho culpa que o Sr. Deputado só saiba falar do setor da saúde.

Deputado José Pacheco (CH): Cortem nos técnicos especialistas. Nos tachos.

O Orador: Inclusivamente, eu disse que faltam recursos humanos na saúde, que faltam recursos humanos na educação e que há recursos humanos a mais noutros departamentos do Governo que poderiam estar a ser utilizados para colmatar as falhas de recursos humanos nesses dois setores.

E, portanto, vir apelidar de catastrofista, o deputado da Iniciativa Liberal, sendo

catastrofista, não é, no mínimo, intelectualmente honesto.

E, para que fique claro, a Iniciativa Liberal conhece a Administração Pública Regional e sabe muito bem onde é que estão trabalhadores a mais e onde é que eles podem ser dispensados. E, portanto, se quiserem fazer essa análise séria, certamente conseguirão fazê-la. Se não a quiserem fazer, pois eu tenho uma má notícia para vos dar: é que essa política de passar culpas e de falar dos assuntos e não fazer nada foi precisamente a política que levou ao surgimento do Partido que está sentado aqui à minha direita …

Deputado José Pacheco (CH): Graças a Deus.

O Orador: … e que tem permitido, ao longo dos últimos 6 anos de existência desse Partido, os discursos como aquele que o Sr. Deputado José Pacheco acabou de fazer e com o qual eu não me revejo.

Deputado José Pacheco (CH): Bem bom! Bem bom que não se revê!

O Orador: E os senhores todos reclamam, e os *opinion makers* que fazem parte dos vossos partidos reclamam e apontam o dedo, mas os senhores, PS e PSD, são os principais responsáveis pela emergência dos populismos, dos totalitarismos e daquilo que os senhores próprios criticam todos os dias.

Deputado José Pacheco (CH): Não é populismo, o que digo é real!

O Orador: Tivessem o PS e o PSD resolvido os problemas das pessoas e nada disso se estava a discutir hoje. Tivessem o PS e o PSD encarado os problemas da Região com coragem, com determinação e nada disso estava a acontecer. Tivessem o PS e o PSD, que são conhecedores do grave problema do desequilíbrio orçamental da Região, feito aquilo que vos era pedido e incumbido pelo voto popular e, certamente, não estaríamos hoje aqui a discutir este problema, nem da forma que ele está a ser discutido. Contem sempre com a Iniciativa Liberal para ser construtiva e dar aportações para a solução deste problema.

E se o Sr. Presidente do Governo, ali, daquela bancada, disse uma vez que a receita da Região tinha reduzido 140 milhões de euros, por via da baixa dos impostos, só cometeu um *lapsus linguae*, porque não reduziu a receita da Região. Ficou nos bolsos dos

açorianos e das empresas açorianas e ainda assim a receita fiscal cresceu.

Provavelmente, o Sr. Presidente do Governo terá cometido um *lapsus linguae,* como já cometeu outros. Mas, o que é certo e é verdade é que 140 milhões de euros ficaram nas famílias e nas empresas açorianas …

Deputado Joaquim Machado (PSD): E bem.

O Orador: … e bem e, ainda assim, a receita fiscal cresceu.

Eu percebo a intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva — e é desonesto dizer que ele não tem razão — relativamente ao PIB *per capita*. Mas, ainda há um outro indicador que tem de ser avaliado e que tem a ver com o valor acrescentado bruto. Perceber se esse crescimento do PIB é diretamente proporcional ao crescimento do valor acrescentado bruto, que este, sim, é um indicador importantíssimo para a Região, porque se nós não acrescentarmos valor na nossa economia, certamente, não serve de nada a crescer. Quer dizer que ela está a crescer artificialmente. E está a crescer — já aqui falámos — por vários fatores que até nem têm a ver com as políticas regionais, têm a ver com fatores externos, como a inflação, como o PRR, etc.

Felizmente, a nossa economia está a crescer. Está a olhos vistos, não é preciso ser um grande técnico e pegar nos números de uma forma muito aturada para perceber isso. E ainda bem que está, mas como eu disse no debate promovido pelo CHEGA, e volto a repetir hoje, essa almofada não vai durar sempre e é preciso ter a tal rede que nos permita, numa recessão, num problema internacional que nos pode cair às costas, num desacreditar do mercado do turismo, que estejamos com uma almofada financeira e uma almofada da despesa que nos permita fazer face a uma recessão da economia. Porque ela é inevitável, goste-se ou não, ela é cíclica e é inevitável. Espero é que não venha tão cedo. E também espero que se aproveite esse período de crescimento para fazer os ajustes que têm de ser feitos.

E, por hoje, penso que não é preciso dizer mais nada, mas se for preciso, devo guardar aqueles 47 segundos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também, espero que seja a minha última intervenção.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Pacheco que percebo o seu direito à indignação, todos nós temos em democracia, mas só chamar-lhe a atenção que as suas contas dos 54 anos remetem as culpas para o Marcelo Caetano. Isso é importante pois, V. Exª disse 54 anos e, portanto, tudo começou com o Marcelo Caetano, na sua opinião, a menos que tenha sido um lapso.

Deputado José Pacheco (CH): Foi um lapso.

O Orador: Depois, quero também referenciar o seguinte, em relação ao Sr. Deputado Carlos Silva, a retificação que fez relativamente à Lei das Finanças Regionais, foi importante a sua clarificação, nesta matéria. Apenas a referência que fez em relação ao Governo e aos partidos da oposição, que queríamos diminuir os atuais níveis de autonomia, no âmbito da saúde, ou da educação, refuto em absoluto essa sua observação.

Aliás, estou aqui a representar o Governo Regional, mas o PSD é um partido fundador da autonomia e o discurso do PSD, do CDS-PP e do PPM nesta matéria é idêntico e do PS também, é de que nós não recuamos uma vírgula que seja nas conquistas autonómicas que conseguimos realizar, ao longo de todos estes anos de autonomia dos Açores. Não recuamos uma vírgula.

Consideramos que a Região continua a ser prejudicada, do ponto de vista financeiro e que a Lei das Finanças Regionais não é justa para os Açores.

Em relação à Madeira: V. Exª tem conhecimentos suficientes na área económica, eu sei que tem muitos e pode perfeitamente perceber, se fizer as contas, a projeção que o centro de negócios tem no crescimento da economia madeirense e nos números que a economia da Madeira apresenta. Retire esse efeito e faça as contas.

Depois, quero-lhe dizer também, em relação ao PIB *per capita*, eu dei-me ao trabalho

de fazer aqui as contas, vou-lhe dizer: 2019, fazendo as contas a seu favor, nós temos um PIB *per capita* de 18 394 euros, já retificando os números iniciais, ou seja, diminuindo a população e portanto, isto é um rácio entre o PIB e a população. Tem 18 394 euros e sobe, em 2023, para 22 305 euros, ou seja, cresce muito significativamente, cresce 4000 euros. Portanto, o PIB *per capita* subiu nos Açores.

V. Exª tentou confundir esta Câmara com uma comparação nacional, foi o que tentou fazer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não tentou confundir nada.

O Orador: O PIB *per capita* subiu e o PIB da Região Autónoma dos Açores tem o maior crescimento da história dos Açores, nunca foi alcançado um valor tão significativo.

Mas, além do PIB *per capita*, é preciso somar o que o Sr. Deputado Nuno Barata estava a referenciar. É que além do aumento do PIB *per capita* bastante significativo, temos de lhe somar outro fator, que certamente aumentou o rendimento das famílias, que foi a redução dos impostos e isso o senhor não consegue ver olhando só para o PIB *per capita*.

Deputado José Ávila (PS): Mas o senhor consegue.

O Orador: … tem de verificar a redução das despesas das famílias, que evidentemente que tem a ver com a redução dos impostos. E, portanto, isso tem um efeito no aumento do rendimento das famílias. O que lhe quero dizer é que o Governo dos Açores tem uma estratégia. Estamos de acordo com esta iniciativa, é preciso reduzir a despesa, …

Deputado António Lima (BE): Reduzir a despesa não reduzindo!

O Orador: … retirando os setores que acabei de referenciar, sem afetar o crescimento económico, sem afetar a despesa social, sem afetar esse conjunto de despesas. É possível, com certeza que é possível fazer melhor e vamos fazer melhor.

É necessário continuar a apostar no crescimento económico e é necessário também que a Lei das Finanças Regionais possa ser mais justa para os Açores, são três vertentes para atacar esta questão.

Quanto à situação internacional, em que sentido nos iria beneficiar? Bom, é só perguntar aos alemães se acham que a situação internacional é boa. Pergunte aos franceses, que estão à beira de um resgate, se a situação internacional é boa, se a conjuntura é assim tão boa. Pergunte aos ucranianos, pergunte aos russos, pergunte a metade do mundo se a situação conjuntural é assim tão boa.

Nós estamos a crescer, não por uma conjuntura favorável em que a situação internacional é uma situação bastante instável, que está a prejudicar um conjunto de economias de grande dimensão. Nós estamos a crescer porque as políticas são as adequadas e estes resultados são resultados conseguidos, não pelo Governo dos Açores, o mérito pertence inteiramente à população dos Açores, pertence inteiramente ao povo dos Açores. Portanto, nós estamos aqui apenas a representar e a aplicar as medidas que consideramos mais favoráveis para a Região e estas políticas estão a ter um efeito extraordinário muito positivo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Paulo Estêvão, eu fiz referência ao PIB *per capita* em percentagem da média nacional. Sr. Secretário, peço desculpa. Portanto, fui colar os indicadores que estão disponíveis e que comprovam aquilo que eu referi.

O que eu disse é que o Sr. Secretário utiliza apenas dados absolutos e o PIB, em termos nominais, quer per capita, quer em termos absolutos. Agora, se nós compararmos com o resto das regiões do país, nós estamos a perder o comboio, Sr. Secretário e negar isso é desconhecer a realidade em que vivemos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Estamos a convergir. Estamos a convergir com a Europa.

O Orador: Por último, Sr. Secretário, eu vou terminar com uma expressão sua. O Sr. Secretário referiu que este Governo adota as políticas adequadas. Elas são tão adequadas, tão adequadas que nós estamos à beira de um plano de austeridade para a Região anunciado pelo seu Governo.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas referências apenas. Estamos a convergir com a Europa, estamos a convergir com a média nacional e não é verdade que a Região esteja à beira de um resgaste. Muito pelo contrário, estamos a ter o maior crescimento económico de sempre.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos passar à votação deste projeto de resolução n.º 27/XIII, Recomenda ao Governo Regional a realização de um plano estratégico de redução da despesa.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução n.º 27/XIII foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN, e com 1 voto contra do BE.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 9, **Projeto de Resolução n.º 47/XIII – "Recomenda a criação das condições necessárias para a formação em medicina desportiva de, pelo menos, um médico por unidade de saúde de ilha, da Região Autónoma dos Açores"**. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para a apresentação da mesma, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O movimento associativo desportivo nos Açores tem um papel fundamental em milhares de açorianos, sejam jovens ou menos jovens.

Mas essa realidade, hoje em dia, tem exigências acrescidas, pois a prática desportiva de hoje, naturalmente, é bastante diferente daquilo que era no passado, seja em busca daquilo que são os melhores hábitos de vida — naturalmente falo aqui da atividade física desportiva — seja naquilo que são os resultados desportivos, e aqui falo claramente naquilo que é a prática desportiva federada. A verdade é que são os clubes e essas associações na nossa Região que lidam, no seu dia-a-dia, com aquilo que são os problemas que existem no desporto açoriano. E os exames médicos e atestados de aptidão desportiva, neste momento, são o verdadeiro problema sentido, diariamente, por essas associações.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou este projeto de resolução, no sentido de darmos também o nosso contributo ao que este assunto diz respeito. Foi baseado em situações de conhecimento público, relatadas pelos clubes e pelas associações desportivas, assim também como aquilo que nos foram transmitindo nas visitas que fomos fazendo a esses clubes nas diversas ilhas dos Açores.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe, com este projeto de resolução, que se crie um programa de incentivo capacitando profissionais de saúde, para que possam exercer a medicina desportiva junto daqueles que mais necessitam, que são, efetivamente, os nossos atletas que fazem parte dessas associações e clubes que acabei de referenciar, que se defina um espaço temporal no sentido que isso possa ser implementado, assim como criar um plano de transição para que, quer o ponto 1, quer o ponto 2, sejam executados.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa carece de alguns esclarecimentos, por parte do seu proponente. Desde logo, se o proponente tem noção do impacto orçamental de uma medida desta natureza. Levámos dois dias a falar de despesa, importa perceber o impacto orçamental desta medida.

Mas, mais do que o impacto orçamental desta medida, importa ainda perceber a exequibilidade desta medida, que é perceber se há, na Região, técnicos de saúde suficientes para resolver essa situação. Se, de facto, essa situação existe neste momento, e permitam-me a analogia liberal, se há mercado e o problema persiste, é porque não há oferta.

E estas duas questões, quer a do custo da medida para a Região , quer a da sua exequibilidade, por via da falta dos profissionais de saúde, importa ser esclarecida à Câmara para que a Câmara possa tomar uma decisão consciente. Consciente da sua exequibilidade e consciente do impacto orçamental que essa medida possa ter nas contas da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Paiva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O desporto tem, nos Açores, uma expressão notável. Os nossos clubes e associações movimentam centenas de jovens, garantindo não só a prática desportiva, mas também a transmissão de valores de saúde, disciplina e integração social.

Esta vitalidade deve orgulhar-nos e merece ser acompanhada com políticas que respondam aos desafios que coloca. Um desses desafios é a medicina desportiva. É sabido que, em algumas ilhas, surgiram dificuldades pontuais na emissão de atestados. Não foram situações generalizadas, mas é evidente que criaram constrangimentos a atletas e dirigentes. A proposta em debate sugere que cada unidade de ilha passe a contar com um médico com formação específica em medicina desportiva.

A intenção até pode ser compreensível, mas importa ter presente a realidade. O Serviço Regional de Saúde enfrenta uma escassez de recursos humanos, nomeadamente médicos, que se sente e não apenas nos Açores, mas em todo o país.

Recrutar e fixar médicos é uma dificuldade diária, não se resolve por decreto. Acrescentar novas exigências, sem ter em conta essa limitação, é correr o risco de

comprometer outros serviços essenciais.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):Muito bem!

O Orador: O que se impõe é o equilíbrio. Devemos incentivar a formação nesta área, sim, mas de forma realista e, sobretudo, envolver todos os clubes e associações nesta resposta. Não é aceitável que a responsabilidade recaia toda sobre o sistema público de saúde.

O desporto é feito em rede e cabe a todos assumir o papel na organização e na obtenção de atestados de aptidão desportiva.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a medicina desportiva é um investimento na segurança e no futuro dos nossos jovens. Devemos caminhar nesse sentido, mas com soluções exequíveis, sustentáveis e partilhadas, sem criar-se expectativas que não podemos cumprir.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa aguarda inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos concordamos que a prática do desporto federado merece ter as condições para se desenvolver, pela mais-valia que traz à sociedade açoriana em termos de estilo de vida saudáveis e ocupação das nossas crianças e dos nossos jovens, o que implica

cumprir com os exames médicos e atestados de aptidão física.

Também percebo a necessidade do proponente de procurar uma solução para assegurar o acesso aos exames médicos. Já discordo da solução encontrada.

O Serviço Regional de Saúde, mais precisamente os cuidados de saúde primários têm uma missão bem definida: acompanhamento dos açorianos, em termos de prevenção, resolução de problemas de saúde agudos e gestão de doenças crónicas, recorrendo à referenciação para os cuidados hospitalares diferenciados, quando entender necessário. Os médicos de família têm de estar disponíveis para os utentes da sua lista e não os afetar a mais uma especialidade, a medicina desportiva.

Temos uma Direção Regional do Desporto, temos instrumentos que são os contratos programa com as associações e clubes desportivos. Direciona-se a verba que se iria gastar com a formação de médicos de família geral e familiar para essas entidades contratarem os serviços de um médico com a especialidade em causa, para resolver o problema. Desta forma, assegura-se, em tempo útil e não em 2027, o cumprimento dos requisitos a que a prática desportiva obriga, sem congestionar os centros de saúde.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A prática desportiva, e a atividade física em geral, deve ser incentivada a todos os níveis e a Região deve fazê-lo e deve fazer aquilo que estiver ao seu alcance para que haja mais atividade desportiva, haja mais desporto a ser praticado pelos nossos jovens, principalmente, quando estamos a falar na formação que incute hábitos de atividade física que vão para além da competição, que se prolongam muitas vezes pela vida fora,

e que é fundamental. É fundamental porque isso é uma medida também de saúde. Quem olha para esta questão como uma questão de curto prazo, não está a ver o filme, porque garantir que há atividade física na nossa população é poupar. Desde logo, é ter melhor saúde. E, tendo melhor saúde, é recorrer menos aos serviços de saúde.

Por isso, incentivar, facilitar, fazer com que os clubes desportivos, as associações e as famílias tenham maior capacidade e facilidade de praticar desporto, federado ou não, é uma medida também de saúde, de promoção da saúde.

E os cuidados de saúde primários, Sra. Deputada Hélia Cardoso, são essencialmente prevenção. E, olhando para o longo prazo, incentivar a prática desportiva é prevenir doenças futuras.

Por isso, nós acompanhamos a intenção do Projeto de Resolução. Temos algumas reservas relativamente ao primeiro ponto, porque, de facto, sobre a questão dos incentivos, é preciso perceber que tipo de incentivos e como é que podem ser criados.

Mas, de facto, o Projeto Resolução vota-se no seu todo e concordamos, na generalidade, com os objetivos e com as medidas propostas, que, como disse, visam facilitar a prática desportiva e ultrapassar um obstáculo que há, em algumas das nossas ilhas, que diz respeito aos atestados que os médicos possam passar e que sabemos que há problemas em algumas das nossas ilhas.

Os problemas foram resolvidos com outras soluções. Muito bem, ainda bem, agora é preciso resolver os problemas onde eles não estão resolvidos. E, de facto, é por isso que nós acompanhamos o Projeto de Resolução e iremos votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Salomé Matos** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção neste ponto, também penso que tivemos a oportunidade, ainda que de forma breve, de fazer algumas audições, ter acesso a alguns pareceres, ainda

que poucos, e, portanto, todas as ressalvas que eu aqui farei e as referências foram apontadas em comissão e também, obviamente, o Deputado Lúcio, enquanto proponente, terá capacidade de esclarecer aqui algumas questões.

Mas, também ouvindo algumas intervenções que me antecederam e, nomeadamente, o Deputado António Lima, eu começaria exatamente por referir-me ao facto de alguns conceitos que não estão devidamente clarificados na iniciativa e que permitem este discurso de misturar aquilo que é prática de exercício físico, com aquilo que seria, julgo eu, talvez a intenção que é salvaguardar aqui a obrigatoriedade que existe para a prática do desporto federado.

Portanto, não estamos, de facto, a falar de prática de exercício físico, que, obviamente, deve ser incentivada, é um pilar à promoção de estilos de vida, é preventiva no desenvolvimento de inúmeras doenças. Nesse âmbito, insere-se naquilo que é a missão dos cuidados de saúde primários e, quanto a isso, também não temos dúvidas, porque esse tipo de atestado, digamos assim, obviamente está ao alcance dos cuidados de saúde primários.

Estamos, efetivamente, a falar de atestados de aptidão física que, por via do Instituto Português do Desporto e Juventude, considera obrigatório e aquilo que o Presidente do Conselho Médico deixou bem claro foi que, obviamente, estamos a falar de competências para avaliar este estado de saúde ou doença substancialmente diferentes.

Depois, é um projeto de resolução que, aparentemente, parece ter o nobre objetivo de garantir a realização destes atestados e dos exames médico desportivos, mas, do nosso ponto de vista, ignora o facto de que esta competência adquire-se, como nos explicaram, por duas vias: quer por via da formação do internato médico ou através da atribuição de uma competência, por via da experiência, que obriga a que, cumulativamente, a pessoa satisfaça um conjunto de requisitos.

E aqui, a nossa preocupação, expressa em comissão e hoje aqui, é que, de facto, o horizonte temporal que um dos pontos resolutivos prevê, não nos parece razoável, nem ajustado a que se reúnam as condições para que haja médicos, neste caso MGF

(Medicina Geral e Familiar), em condições de corresponder ao que é solicitado.

Depois, quer o ponto um, quer o ponto dois do projeto de resolução, partem do princípio de que haverá médicos disponíveis. Ora, poderá não haver. Não está em causa que sejam obrigados a tal, que tal não é possível e, portanto, também não poderão as unidades de saúde de ilha, onde estes médicos prestam serviço, obrigá-los, uma vez que não faz parte do cumprimento das obrigações contratuais a que estão sujeitos.

Reconhecemos o constrangimento que está por base da proposta, de facto, é a falta de médicos com esta formação em medicina desportiva, que é transversal. Por aquilo que percebemos, nos Açores, já terá havido um médico, entretanto, aposentado e, mesmo no território português, falamos de um total neste momento de 60 a 50 médicos com esta formação. Portanto, estamos de facto a falar de uma exiguidade muito grande e aqui eu acompanharei a opinião do Deputado Nuno Barata, quando o próprio presidente do Conselho de Médicos disse que, efetivamente, não tem sido uma área com grande procura e apontou várias questões. Quando questionado, disse que, provavelmente não era suficientemente aliciante, não sabia precisar porquê, mas que de facto não havia esta procura. Depois, temos de facto aqui preocupações com a questão, quer do impacto financeiro da medida, que se sabe que existirá e não é de somenos importância, mas para além da questão quantitativa, também temos a questão qualitativa, em que temos de pensar com seriedade, caso isto fosse possível, este médico enquanto frequentasse esta formação, ou depois no exercício dessas funções, que atividade seria subtraída, para que ele pudesse dedicar tempo, quer a fazer a formação, quer depois a dedicar à emissão de atestados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

O Orador: E, portanto, também deixamos estas questões. Tendo em conta aquilo também que já foi aqui anteriormente referido, sabendo que esta não é uma competência das unidades de saúde de ilha, também não nos parece que nem os encargos, nem este ónus recaiam sobre as unidades de saúde de ilha, quando sabemos que diretamente compromete aquilo que é a atividade assistencial.

Por último, e uma vez que há aqui questões que nos deixam algumas reservas, nomeadamente o facto de assumir um pressuposto, de forma cega, diz que o Governo Regional e o Serviço Regional de Saúde devem "assegurar um acompanhamento clínico mais adequado e próximo." Isto levado à letra e no extremo, levar-nos-ia a admitir que, no fundo, as unidades de saúde de ilha passariam a ter responsabilidade, quase a assumir uma retaguarda, um departamento médico das associações desportivas. E, portanto, imaginando que teremos aqui ainda oportunidade, ficar-me-ia por aqui, na expectativa de também ver respondidas algumas questões.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.
(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
O projeto de resolução apresentado pelo Partido Socialista propõe que, até 2026, exista em cada unidade de saúde de ilha, pelo menos, um médico de família, um médico com competência certificada em Medicina Desportiva.
A discussão deste projeto não pode ser separada da audição realizada à Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social. Foi nessa mesma audição que deixou claro que a Medicina Desportiva não integra as competências principais dos cuidados de saúde primários.
A governante foi clara: nem as unidades de saúde de ilha, enquanto estruturas vocacionadas para os cuidados de saúde primários, nem os seus clínicos, podem ser obrigados a desempenhar atos especializados fora do seu âmbito, sem que para tal exista uma adesão voluntária.
Ficou também demonstrado que a imposição definida pelo PS prejudicaria diretamente

os utentes. Foi reforçado o episódio ocorrido na ilha Graciosa, em 2023, quando o médico cancelou dois dias de consultas para apoiar um clube que depois desistiu da competição, deixando dezenas de utentes sem resposta.

Os pareceres das próprias unidades de saúde de ilha reforçam estas conclusões. A Unidade de Saúde da Terceira, por exemplo, alerta que a prática de exercício físico não se confunde com o desporto federado e que os médicos de Medicina Geral e Familiar não estão obrigados por lei, nem por contrato de trabalho a realizar exames médicos desportivos. Não há, portanto, um consenso técnico a sustentar a proposta do PS.

E o comportamento do Partido Socialista durante a audição confirma a fragilidade da sua iniciativa. Perante a clareza da Secretária Regional, o PS tentou transformar a sua proposta num compromisso político…

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não disse isso! Eu sei quem disse isso!

O Orador: … lamentando que a governante tivesse, no seu entender, rejeitado em bloco a iniciativa. Mas, o que o PS chama de rejeição é, na verdade, rigor técnico e responsabilidade governativa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem.

O Orador: Com base nas evidências recolhidas nos pareceres das Unidades de Saúde, no parecer da Comissão de Assuntos Sociais e nas declarações da Sra. Secretária Regional, concluímos que esta proposta é prejudicial para o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

E, falando em desporto, não posso deixar de dizer hoje aqui que é lamentável que a Câmara Municipal do Corvo não apoie o Clube Desportivo e Escolar do Corvo, que esta época subiu à Série Açores.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, isto o que é?

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foi aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse hoje à Direção do Clube. Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, seguindo o seu raciocínio, de que tudo o que seja prevenção da saúde é obrigação do Serviço Regional de Saúde, sendo assim também a Medicina do Trabalho, …

Deputado António Lima (BE): Há entidades patronais!

A Oradora: … na medida em que é preventiva para problemas de saúde, provocados em ambiente de trabalho, também deveria ser a competência. Mas como é das empresas, aí já não é preciso ser do Serviço Regional de Saúde.

Quanto ao n.º 3, eu pedia um esclarecimento ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, quando recomenda como solução as convenções. Para haver convenções, tem de haver médicos que adiram à convenção. Está a partir do pressuposto que existem médicos com competência na área de medicina desportiva, em todas as ilhas, que vão aderir às convenções, para que os jovens e os adultos sejam referenciados para essas convenções. Eu não sei se se sabe como é que funciona uma convenção? Existem as entidades que aderem à convenção e, depois, o médico de família, numa consulta, faz uma referenciação para a convenção. Ou seja, tínhamos os atletas todos a irem ao médico de família, que depois faziam uma referenciação para ir ao convencionado.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):Bem visto!

A Oradora: E este convencionado era de que ilha? Da sua ilha? Do continente? Como é que isto se iria processar?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas o senhor é o proponente!

A Oradora: Eu estou a falar do n.º 3. Sim, mas tem que ser exequível.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Agradeço as vossas inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra, faça a favor.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou tentar de forma clara, pelo menos dentro daquilo que são os meus conhecimentos, responder àquilo que fui interpelado.

No entanto, gostava de fazer aqui um enquadramento que me parece pertinente em toda essa discussão. E parece-me também bem que, daqui para a frente, cada proposta de resolução que venha aqui, e que não seja só da parte do Partido Socialista, que seja quantificada naquilo que é o valor a executar.

Ruído na Câmara.

Eu sei que até mando alguns apartes, mas eu tive a amabilidade de estar calado, no sentido de poder ouvir todas aquelas que foram interpelações à bancada do Partido Socialista para poder responder.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Ouve o que lhe interessa, quando não lhe interessa está sempre em apartes!

O Orador: Posso, Sra. Deputada? Muito obrigado pela amabilidade.

Ao falar de desporto, parece-me importante esclarecer aqui algo. Aquilo que são os atestados, os exames médico-desportivos solicitados para praticar desporto federado na nossa Região, o desporto federado, não necessariamente tem a ver com o desporto de alto rendimento. Ou seja, em qualquer escalão de formação é exigido esse atestado médico-desportivo, porque é lei, porque é exigido para ser federado. E, nesse sentido, não deixa de ser atividade física, não deixam de ser os nossos filhos, não deixam de ser os nossos sobrinhos, não deixam de ser os nossos jovens a terem a necessidade de realizarem esse exame médico-desportivo para realizar desporto. Estamos a falar de desporto amador.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Todos sabemos disso.

O Orador: E a verdade é que eu já ouvi aqui, nesta legislatura, (não na outra que estive aqui presente, mas nesta legislatura) já ouvi aqui nesta Casa, várias vezes, invocarem o desporto, a par daquilo que são as associações que praticam o desporto na nossa Região, assim como as associações culturais, e do desporto como um meio de prevenção, por exemplo, às toxicodependências …

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E são.

O Orador: Já se disse aqui muitas vezes, das associações culturais, enfim, de uma panóplia daquilo que são, digamos, as condicionantes em praticar desporto, que é a necessidade do atestado médico-desportivo, mas os benefícios em praticar desporto. E a verdade é que quem gera toda a atividade desportiva da nossa Região são os clubes. Tentando de alguma forma responder às questões que me colocaram, a Sra. Deputada Salomé, tivemos oportunidade de discutir isso em comissão, ela tem a sua forma de ver a coisa e respeita em toda legitimidade, eu tenho a minha. E a verdade é que não foram assim tão poucos parceiros que recebemos. Recebemos de todas as unidades de saúde, que nem todas estão de acordo com aquilo que é a posição de V. Exas.

Deputada Salomé Matos (PSD): Cinco!

O Orador: Algumas acham que é um projeto de resolução com mérito.

Fomos também ouvir as associações de alguns desportos da Região, quer desportos coletivos, quer desportos individuais, e as associações, retirando uma, todas são unânimes, em dizer que há necessidade efetiva desse projeto de resolução ser implementado.

Gostava só de deixar aqui uma nota que me parece bastante pertinente. Não tenho por hábito fazer isto, mas eu tenho que responder ao Sr. Deputado João Mendonça. Peço imenso desculpa, dessa vez o senhor vai ter de levar resposta. Eu não sei se o Sr. sabe o que é que leu, mas eu quero deixar bem claro aqui…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, o que é isto? "O senhor não sabe o que é que diz?"

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Desculpe, eu não estou a ser ofensivo. Não estou, não estou. Não é nesse sentido. O Sr. Deputado João Bruto da Costa não queira criar um incidente, porque não foi nesse sentido.

O que eu quis dizer foi o seguinte: quando em comissão, a Sra. Secretária Mónica Seidi estava lá… Aliás, eu já o fiz aqui noutras situações, em outros debates que estive. A posição do Partido Socialista deixa de alguma forma incomodado quer a bancada do Governo, quer a bancada da coligação, quando nós nos disponibilizamos a criarmos uma solução juntos.

Porque, na verdade, esse problema existe. E o que eu disse e pode ter sido mal interpretado…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Devia ter falado antes.

O Orador: Oh, Sra. Secretária, eu vou falar consigo? A senhora não me atende o telefone, de certeza absoluta. Como é que quer que eu fale consigo? O nosso

mecanismo de falar com V. Exa. é através de requerimento.

E a verdade, aquilo que eu coloquei em comissão e reitero, foi o facto de acordo com aquilo que estávamos a discutir, que é para isso que servem as comissões. As comissões não servem só para irmos lá fazer trabalho partidário. Servem para defendermos os interesses dos açorianos. Eu já percebi que a lógica é utilizar as minhas palavras e transformá-las, …

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Eu nem sequer falei!

O Orador: … porque a Sra. já tentou lá na comissão e agora foi o Sr. Deputado João Mendonça que fez aqui esse papel, o que eu quis dizer foi que, se há uma solução melhor, porque o problema existe, os clubes não têm acesso a médicos para isso, em algumas ilhas não existem.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E o Serviço Regional de Saúde!

O Orador: E o que eu disse e repito foi, se a Sra. Secretária acha que há uma solução melhor, diga-nos que nós retiramos a nossa proposta e apresentamos uma proposta.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não foi isso que o senhor disse em comissão! O que o senhor disse foi: o que é que é preciso alterar no projeto de resolução, para que seja aprovado!

O Orador: Foi, foi. Se não foi isso que interpretou, foi isso que eu quis dizer.

Aquilo que é importante também ficar registado aqui foi que antes da audição da Sra. Secretária e que noutras situações tem muito valor, porque a saúde é discutida aqui de muitas formas. Nalgumas situações, quando ouvimos a Ordem dos Médicos: é lei aquilo que o bastonário diz. Noutras situações: a Ordem dos Médicos não representa o Governo. Naturalmente, mas aquilo que o Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos, o Dr. Carlos Ponte disse foi que concordava com isso e até falou ainda na importância que o desporto tem, naquilo que são os cuidados de saúde de preventivos. É muito importante, ele até disse – está no relatório da Comissão – que, no passado, isso

também já se fez.

Aquilo que eu queria deixar também bem presente é que a criação desse projeto de resolução não foi no sentido de obrigar nenhum médico a fazer isto. Foi a forma que achámos que era de criar um incentivo para que essa formação pudesse ser realizada pelos médicos, por aqueles que quisessem. Ainda vivemos em democracia, felizmente. E foi isso que quisemos transmitir.

De qualquer forma, também ficámos a saber, através da audição da Ordem dos Médicos, que é possível qualquer médico de família fazê-lo com 6 anos de experiência.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é verdade! E mais: não são só 6 anos e o senhor sabe isso!

O Orador: Aquilo que o Sr. Deputado da IL interpelou a bancada do Partido Socialista é o impacto orçamental. Nós quando criámos esse projeto de resolução foi após uma visita que fizemos à Unidade de Saúde da Ilha do Faial. E, nesse dia, em que fomos à Unidade de Saúde da Ilha do Faial, os deputados eleitos pelo Partido Socialista da Ilha do Faial, eu e a Sra. Deputada Inês Sá, fomos informados e nós pudemos comprovar que, na Universidade do Porto, na Sociedade Portuguesa de Medicina Desportiva, uma pós-graduação em medicina desportiva custava cerca de 2500 euros.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E as viagens?

O Orador: Deixe-me acabar, Sra. Secretária.

Grande parte disso é online. Nós, em conversação com aquilo que foi a nossa reunião, nesse sentido, analisámos isto desta forma.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Afinal houve conversação.

O Orador: Ou seja, parece-me que o impacto de um médico na Unidade de Saúde da Ilha não tem uma relevância muito grande.

Agora, se me perguntar qual é o valor das consultas? Honestamente, não lhe sei dizer. Naturalmente, não sei.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Sabe!

O Orador: Não sei. A Sra. Secretária pode pensar que eu sei, mas eu não sei. Estou a

ser sincero consigo. Acredite em mim. É impossível.

De qualquer forma, e penso que fui respondendo a quase tudo aquilo que foi realizado, e queria só deixar uma nota que me parece importante que é: estamos a falar para todos os açorianos, mas temos que diferenciar, infelizmente, algumas ilhas. E há ilhas que não têm o acesso ao privado, que outras têm. E este projeto é no sentido de uniformizar aquilo que são todas as ilhas dos Açores.

A Sra. Secretária disse, em comissão, que nenhum atleta tinha ficado sem exame médico-desportivo. Mas, falemos de forma sincera: nós sabemos como é que isto funciona. Há pais de atletas que são médicos, que fazem esse favor aos clubes, que ajudam esses clubes. Algumas pessoas até são...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas é proibido?

O Orador: É verdade, é o que acontece. E o problema é nós não dizermos a verdade. É o que acontece.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Chama-se *pro bono*.

O Orador: Mas, eu não ponho nada disto em causa. O que o Partido Socialista quis foi uniformizar. O que o Partido Socialista quer com esse projeto de resolução…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas acho que o Partido Socialista quer regulamentar a boa vontade das pessoas que querem ser beneméritos!

Ruído na Câmara.

O Orador: Ó Sr. Presidente, isto é uma coisa séria.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado terminar. Já terminou.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Gomes** (PSD): Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas alguns considerandos, em relação…

Ruído na Câmara.

… a esta matéria e naquilo que tem a ver mais com a parte dos clubes, das associações. Começar por dizer que, relativamente aos pareceres, realmente foram enviados nove pareceres, mas de 55 associações. Portanto, não foi assim um número tão elevado. Atenção, que não estou a criticar a iniciativa. É uma iniciativa que, por aquilo que nós assistimos nas audições, em comissão, por algumas coisas que já foram ditas, é realmente muito complicado e tem um custo muito elevado para o Serviço Regional de Saúde, para além de dificultar toda a dinâmica do Serviço Regional de Saúde, principalmente nas unidades de saúde de ilha. O Sr. Deputado assistiu às audições e sabe do que é que estou a falar.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor também assistiu!

O Orador: De qualquer forma, também dizer que houve associações que deram um parecer positivo, mas se houver aqui um partido que venha com uma proposta para que o Governo Regional coloque um médico em cada associação, a fazer trabalho a tempo inteiro, naturalmente, vão ficar contentes e vão dizer que querem e que aceitam

Mas há coisas que são claramente irrealistas e outras muito difíceis.

De qualquer forma, dizer que os clubes e as associações têm tido, ao longo destes anos, este problema ou dificuldade (já vem de há muitos anos) e, felizmente, as associações e os clubes têm conseguido sempre arranjar soluções, arranjar alternativas para mitigar esta situação e os atletas são sempre inscritos e acabam não sendo prejudicados por essa questão.

Deputado João Vasco Costa (PS): Em que ilha foi isso?

O Orador: Eu próprio já fui dirigente associativo e, na altura, tínhamos as ilhas da Graciosa e de São Jorge, que não têm hospital, nem têm médicos e conseguimos, em articulação com os clubes, contratar um médico. O médico foi às duas ilhas, com um

custo muito reduzido para os clubes. E, portanto, como nós fizemos na altura, isto tem acontecido em muitas associações.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): E quem é que faz os exames complementares? Ninguém está a passar atestados sem os exames.

O Orador: Também dizer que, nos últimos dias, contratei várias associações e o processo para esta época tem corrido bem. As inscrições estão a decorrer normalmente e, não vou dizer que não tenha havido dificuldade, porque, naturalmente, há sempre uma ou outra dificuldade, mas não tem havido constrangimentos e os atletas estão a ser inscritos com a normalidade que se impõe, nesta altura da época desportiva.

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas está a falar de que ilha?

O Orador: Não podia deixar também, para terminar, citar algo que foi dito esta manhã, relativamente ao desporto, que ninguém quer se chegar à frente. Houve uma alusão aos dirigentes e que está a haver algum abandono no desporto. Mas, depois, olhamos para os números daquilo que foram os atletas inscritos, em termos federativos, na época de 2024, e foram quase 25 mil atletas inscritos.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É! Mas esses são todos profissionais!

O Orador: Isto é sinal de uma grande pujança do desporto, muito à custa do trabalho dos clubes, do trabalho dos dirigentes, apoiados pelas autarquias …

Deputado Flávio Soares (PSD): Algumas!

O Orador: … e apoiados pelo Governo Regional. Por muito que queiram, por vezes, de alguma forma, menosprezar a importância que o desporto tem, vemos que o desporto açoriano, não só pelo número de atletas inscritos, mas também pelos títulos que têm sido conquistados, a nível nacional e os lugares honrosos que têm tido, portanto, o desporto regional está bem, recomenda-se e é assim que queremos que continue nos próximos anos.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que, na audição recente, fui bem clara, relativamente àqueles que são os pressupostos difíceis de operacionalizar esta medida.

Falei, efetivamente, das condições que são necessárias para a obtenção de um grau de especialista em medicina desportiva. E, por isso mesmo, pelo facto da Ordem dos Médicos exigir que haja uma especialidade de medicina desportiva, também se vê que esta é, efetivamente, uma necessidade, naturalmente e bem, que deve ser exigida a qualquer praticante desportivo no desporto federado.

Sr. Deputado Lúcio, eu não vou voltar a dizer tudo aquilo que já disse em sede de comissão, vou apenas dizer-lhe que, em relação à questão dos 6 anos, que eu também tive a oportunidade de esclarecer na comissão, não é bem assim. Para se ter a especialidade de medicina desportiva, não é só uma licenciatura e exercício de medicina com mais de 6 anos, é necessária também a prática diferenciada de medicina desportiva e esta prática requer confirmação, é necessária atividade científica e formativa sobre trabalhos apresentados ou publicados e, portanto, há uma panóplia…

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não foi isso que o Dr. Carlos Ponte disse!

A Oradora: Então, se não foi isso que foi dito, eu lamento, mas o Sr. Dr. Carlos Ponte não está no conhecimento de toda a informação. Eu tenho a informação aqui comigo, o Sr. Deputado também podia ter consultado. Não fui eu que fiz a legislação, ela existe, basta consultar e, se o Sr. Deputado quiser, eu também lhe posso facultar o Decreto de Lei que define estas competências. Portanto, não é sequer uma competência da Região.

É um decreto de lei e isso está bem definido.

Agora, há aqui efetivamente questões que ainda não senti que tivessem sido esclarecidas, para que todos os Srs. Deputados pudessem ter a informação necessária para uma votação mais esclarecida.

Desde já, a questão da despesa. Falou numa pós-graduação de 2500 euros, mas eu vou relembrar aquilo que já lhe disse, que é não é o Serviço Regional de Saúde, nem a Secretaria da Saúde que paga pós-graduações aos médicos do Serviço Regional de Saúde. Essa é uma iniciativa individual e própria de cada médico. Vamos fazer um levantamento das necessidades todas e vou lhe dizer, Sr. Deputado que, se calhar, entre pagar uma pós-graduação em Medicina Desportiva, se calhar pagarei pós-graduações em Medicina de Urgência e de Emergência nas ilhas sem hospital, que é uma carência muito mais premente do que a Medicina Desportiva, porque efetivamente nós temos carência de recursos humanos.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E o Sr. Deputado não pode vir aqui, num dia, dizer que o Serviço Regional de Saúde está um caos, que não se fazem consultas, que a atividade está a reduzir, que nunca o Serviço Regional de Saúde esteve tão mal, desde que a Sra. Mónica Seidi tem a pasta da saúde.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Eu não disse nada disso!

A Oradora: E depois, vem pedir-me que estes mesmos médicos deixem de atender os seus utentes no âmbito das competências do médico de Medicina Geral e Familiar, para vir fazer Medicina Desportiva. Isso não é correto, Sr. Deputado.

Das duas, uma: nós assumimos que efetivamente à carência de recursos, não

conseguimos chegar a tudo e temos também de definir prioridades, ou então o Serviço Regional de Saúde, que é caótico e que está um caos, é quem dá o apoio toda a prática da Medicina Desportiva, mas também de outras especialidades que nem sequer são competência das unidades de saúde de ilha.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

A Oradora: Isso também está definido no Estatuto do Serviço Regional de Saúde e, portanto, Sr. Deputado, não é por aqui que vamos conseguir lá chegar.

Efetivamente, o Serviço Regional de Saúde tem colaborado com a Medicina Desportiva. Há médicos do Serviço Regional de Saúde que querem fazer isso.

Aparte impercetível.

Eu não sei se é função deles. O Sr. Deputado, como bem se sabe, no âmbito da Medicina Geral e Familiar, a Medicina Desportiva não é uma competência dos médicos de Medicina Geral e Familiar. Isso não é definido pelo Governo Regional. Está definido pela Ordem dos Médicos. Portanto, é uma situação que nos ultrapassa e não temos qualquer responsabilidade sobre a mesma. Naquilo que o Serviço Regional de Saúde consegue ajudar, ajuda. Ajuda na realização de eletrocardiogramas de forma gratuita que depois estão entregues em mão ao beneficiário, que pega nesses exames e leva ao médico, quando faz o atestado médico desportivo. A realização de radiografias ao tórax também é exigida no âmbito dos exames médico desportivos. O Serviço Regional de Saúde disponibiliza gratuitamente esses exames e são facultados aos beneficiários para levarem ao médico que assina o exame médico desportivo.

Portanto, nós não podemos estar a exigir, por um lado, mais ao Serviço Regional de Saúde e depois, criticar que o mesmo Serviço Regional de Saúde não dá resposta àquilo que, efetivamente, é a sua função primordial, nomeadamente, garantir uma rede de suporte em cuidados de saúde primários que efetivamente chegue a todos os açorianos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, ao apoiarmos uma pós-graduação em Medicina Desportiva, desde já, estamos aqui a criar uma discrepância. E não é só sob esta subespecialidade, mas também em profissionais de saúde, porque a seguir, naturalmente, não existem só médicos no Serviço Regional de Saúde. Existem, efetivamente, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e farmacêuticos que, naturalmente, gostariam de se diferenciar e de fazer mais formação paga pelo Governo Regional.

Mas, há outra coisa que também nos distingue, porque eu não creio que tenha de ser o Governo Regional a assumir os pagamentos de tudo isto.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos. Presumo que o CHEGA também vai pedir de 30 minutos, por isso, se quiser que vamos à sua guarida, assim o fazemos.

Presidente: Não será necessário. É regimental. Está concedido e, atendendo à nossa hora, encerramos os nossos trabalhos, por hoje. Recomeçamos amanhã às 10 horas com o PTAP.

Eram 19 horas e 28 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata

Délia Maria **Melo**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Os Serviços de Redação.